

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

POLÍCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL:
UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DAS CONDIÇÕES DE
TRABALHO DESTA ORGANIZAÇÃO

FLÁVIO ROBERTO IVANÓSKI

Dissertação submetida à Universidade
Federal de Santa Catarina para a obtenção
do Grau de Mestre em Engenharia de
Produção

FLORIANÓPOLIS - SC

FEVEREIRO, 2000.

**POLÍCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL:
UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DAS CONDIÇÕES DE
TRABALHO DESTA ORGANIZAÇÃO**

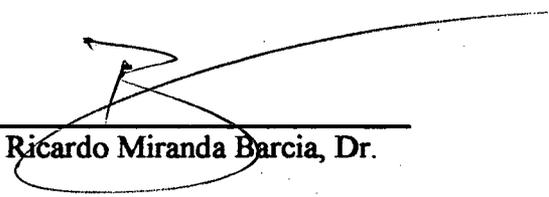
FLÁVIO ROBERTO IVANÓSKI

A presente Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de

MESTRE EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

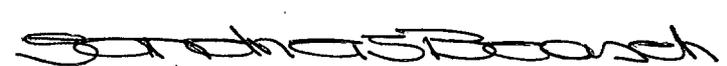
e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

COORDENADOR DO PROGRAMA

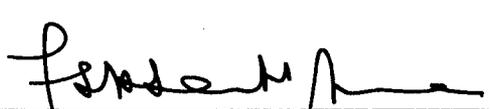


Prof. Ricardo Miranda Barcia, Dr.

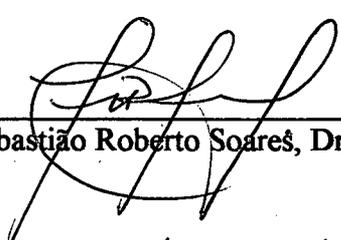
BANCA EXAMINADORA:



Profa. Sandra Sulamita N. Baasch, Dra.



Fernando Soares Pinto Sant'Anna, Dr.



Sebastião Roberto Soares, Dr.



Berenice Martins da Silva, Mestre.

**Dedico este trabalho
à minha esposa Chrystianne,
e à minha filha Letícia,
pelas horas de carinho,
ajuda e dedicação.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à meus Pais, minha Esposa e minha Filha;

Ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC;

À minha Orientadora, Profª. Dr. Sandra Sulamita Nahas Baash;

Aos Professores Membros da Banca de Defesa;

Aos Companheiros do 7º Batalhão da PMSC e à 3ª. Cia. do 7º BPM;

Aos Colegas Policiais Militares Ambientais de SC;

Aos Amigos e Parentes;

E à todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a realização dessa Dissertação.

SUMÁRIO

Lista de Figuras	vii
Lista de Tabelas	viii
Lista de Gráficos	ix
Lista de Anexos	xi
Resumo	xii
Abstract	xiii

Capítulo 1 : Introdução

1.1. Formulação do Problema	2
1.2. Objetivos do Trabalho	4
1.3. Organização da Dissertação	5

PARTE I : ESTUDO CONCEITUAL

Capítulo 2 : O Homem e as Organizações

2.1. O Homem e as Organizações	9
2.2. As Organizações e os Sistemas de Gestão	13

Capítulo 3 : Organizações de Fiscalização e Proteção ao Meio Ambiente

3.1. O Sistema Nacional do Meio Ambiente	25
3.2. A Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA	28
3.3. As Competências Federal, Estadual e Municipal	30
3.3.1. A Competência Federal	30
3.3.2. A Competência Estadual	32
3.3.3. A Competência Municipal	33
3.4. Os Órgãos de Proteção e Fiscalização do Meio Ambiente	34
3.4.1. IBAMA	34
3.4.2. FATMA	38

Capítulo 4 : A Companhia de Polícia de Proteção Ambiental - CPPA

4.1. Histórico, Competência e Atuação da CPPA	41
4.1.1. Histórico	41
4.1.2. A Competência da Polícia de Proteção Ambiental	43
4.1.3. A Atuação da Polícia de Proteção Ambiental	46
4.1.4. A Atuação da Polícia Ambiental através de Convênios	47
4.2. Estrutura Organizacional, Atividades Desenvolvidas e Instrução dos PMs	52
4.2.1. Estrutura Organizacional da CPPA	52
4.2.2. Atividades Desenvolvidas pela CPPA	55
4.2.2.1. Relatório de Atividades da CPPA por Pelotão, referente ao ano de 1998	55
4.2.2.2. Relatório de Atividades da CPPA por Pelotão, referente ao ano de 1999	58
4.2.3. Instrução dos Policiais Militares Ambientais	61

PARTE II : ESTUDO ANALÍTICO

Capítulo 5 : Estudo Analítico

5.1. Amostra utilizada no Estudo	67
5.2. Metodologia de Trabalho	67
5.3. Etapa 1 : Análise dos Relatórios de Atividades da CPPA.....	69
5.4. Etapa 2 : Análise do Questionário Aplicado aos PMs.....	107

Capítulo 6 : Sugestões e Conclusão

6.1. Sugestões para Melhoria dos Serviços Prestados pela CPPA - SC	127
6.2. Conclusão do Trabalho	130

<i>Anexos</i>	131
---------------------	-----

<i>Referências Bibliográficas</i>	174
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Organograma da CPPA - PMSC;

Figura 2 : Distribuição Geográfica dos Pelotões da CPPA no Estado de Santa Catarina, com respectivos Efetivos.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 : Ocorrências / atendimentos por Pelotão - Ano de 1998;

Tabela 2 : Análise de Tropa por Pelotão - Ano de 1998;

Tabela 3 : Análise Operacional por Pelotão - Ano de 1998;

Tabela 4 : Ocorrências / atendimentos por Pelotão - 1º Semestre de 1999;

Tabela 5 : Análise de Tropa por Pelotão - 1º Semestre de 1999;

Tabela 6 : Análise operacional por Pelotão - 1º Semestre de 1999.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 : Ocorrências / atendimentos durante 1998 e 1º semestre de 1999;
- Gráfico 2 : Educação ambiental / Pelotão - ano de 1998 e 1º semestre de 1999;
- Gráfico 3 : Flora / Pelotão - ano de 1998 e 1º semestre de 1999;
- Gráfico 4 : Fauna / Pelotão - ano de 1998 e 1º semestre de 1999;
- Gráfico 5 : Pesca / Pelotão - ano de 1998 e 1º semestre de 1999;
- Gráfico 6 : Mineração / Pelotão - ano de 1998 e 1º semestre de 1999;
- Gráfico 7 : Poluição ambiental / Pelotão - ano de 1998 e 1º semestre de 1999;
- Gráfico 8 : Incêndio florestal / Pelotão - ano de 1998 e 1º semestre de 1999;
- Gráfico 9 : SOS abelha / Pelotão - ano de 1998 e 1º semestre de 1999;
- Gráfico 10 : Outros / Pelotão - ano de 1998 e 1º semestre de 1999;
- Gráfico 11 : Atendimentos efetuados por cada pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999;
- Gráfico 12 : Número de cursos/ palestras oferecidos aos PMs por pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999;
- Gráfico 13 : Número de policiais participantes dos cursos/ palestras oferecidos por pelotão;
- Gráfico 14 : Atendimentos realizados por pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999;
- Gráfico 15 : Municípios vistoriados por cada pelotão , ano de 1998 e 1º semestre de 1999;
- Gráfico 16 : Número de BOAs expedidos por pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999;

Gráfico 17 : Número de autos de infração encaminhados ao IBAMA por pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999;

Gráfico 18 : Apreensão / depósitos realizados por pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999;

Gráfico 19 : Número de termos de soltura de animais silvestres por pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999;

Gráfico 20 : Doações realizados por cada pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999;

Gráfico 21 : Número de embargos / interdições efetuados por pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999;

Gráfico 22 : Número de pessoas conduzidas (presas) por cada pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999;

Gráfico 23 : Número de pessoas atendidas em educação ambiental por cada pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999;

Gráfico 24 : Questão 1 do questionário;

Gráfico 25 : Questão 2 do questionário;

Gráfico 26 : Questão 3 do questionário;

Gráfico 27 : Questão 4 do questionário;

Gráfico 28 : Questão 5 do questionário;

Gráfico 29 : Questão 6 do questionário;

Gráfico 30 : Questão 7 do questionário;

Gráfico 31 : Questão 8 do questionário;

Gráfico 32 : Questão 9 do questionário;

Gráfico 33 : Questão 10 do questionário.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 : Quartéis da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental;

Anexo 2 : Currículo do Curso de Formação de Soldados (policia militar e bombeiro);

Anexo 3 : Currículo do Curso de Formação de Sargentos;

Anexo 4 : Currículo do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos;

Anexo 5 : Currículo do Curso de Formação de Oficiais;

Anexo 6 : Currículo do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais;

Anexo 7 : Currículo do Curso Superior de Polícia Militar;

Anexo 8 : Currículo da Instrução Modular;

Anexo 9 : Questionário Aplicado aos Policiais Ambientais de SC.

RESUMO

A defesa do meio ambiente vem se constituindo nestas últimas décadas numa das principais preocupações do ser humano. O poder público vem criando leis, entidades e órgãos destinados exclusivamente à proporcionar um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Neste contexto, encontra-se a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, que criou em sua estrutura organizacional a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental - CPPA, cujo objetivo central é o de proteger e fiscalizar o meio ambiente catarinense. Neste estudo procurou-se analisar a qualidade dos serviços prestados pela Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina, na execução de suas tarefas junto à sociedade. Para isso, numa primeira etapa, foram coletados dados e informações junto à CPPA, à respeito de suas atividades, instrução dos policiais ambientais e estrutura atual dos pelotões espalhados pelo Estado Catarinense. Os dados coletados referem-se ao ano de 1998 e primeiro semestre de 1999. Numa segunda etapa, foi aplicado um questionário de 10 questões aos policiais ambientais, a fim de verificar como estes vêem o serviço por eles prestados, o que está de acordo e o que está faltando para melhorar os serviços. Ao analisar-se os resultados das duas etapas, constatou-se que a polícia militar ambiental do Estado de Santa Catarina carece de muitos aspectos para realizar um serviço melhor à comunidade catarinense e que traga motivação constante aos policiais. A criação de novos pelotões pelo Estado, um maior efetivo, maior quantidade de equipamentos e viaturas, instruções periódicas, através de cursos, palestras sobre educação ambiental para os policiais e população, são algumas das reivindicações sugeridas pelos policiais ambientais que se fariam necessárias para melhorar os serviços. Por fim, conclui-se que o presente trabalho veio a colaborar com este tipo de organização militar, uma vez que conforme a visão da gestão ambiental, se faz necessária a prática de mudanças para o aprimoramento, eficiência e qualidade dos serviços prestados pelos policiais junto à população e principalmente, ao meio ambiente.

Palavras-Chave : Organizações, Sistema de Gestão, Organizações Ambientais, Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina.

ABSTRACT

In the last decades, the defense of environment has been the principal preoccupation of the human being. The public power is creating laws, corporations and organs destined to provide an equilibrated environment to presents and futures generations. In this context, appear the Militar Police of Santa Catarina State, that created in its organizational structure, the Police Company of Environmental Protection - CPPA, whose central aim is to protect and control the catarinense environment. This research analysed the quality of perform services through Militar Environmental Police of the Santa Catarina State, in the execution of works to society. In the first stage were collected any informations in CPPA, about its activities, instruction of environmental policemen and actual structure of platoons spreads in the catarinense state. The datas collected refer to year of 1998 and first semester of 1999. In the second stage, were applied a questionnaire, contains 10 questions, to environmental policemen, to verify what they know about work give by them, what lack to improve their services. The analyse of results verified that the Militar Environmental Police of the Santa Catarina State needs of great aspects to realize a better services to catarinense community, and to give more motivation to policemen. The creation of new platoons in State, a bigger efective, great amount of equipments and vehicles, periodical instructions through courses, conversations about environmental education to policemen and population, are several vindicates suggests by environmental policemen, needs to improve their services. Finally, it concludes that the present research collaborated with the militar organization, cause conform the vision of environmental management, changes are necessaries to quality and effiencie the perform services by policemen to population and mainly, to environment.

Key-words : Organizations, Management Sitems, Environmental Organizations, Militar Environmental Police of Santa Catarina State.

Capítulo 1

Introdução

Capítulo 1 : INTRODUÇÃO

1.1. Formulação do Problema:

A defesa do meio ambiente vem se constituindo nestas últimas décadas numa das principais preocupações do ser humano, tendo a luz da evolução tecnológica e das novas descobertas científicas, despertado para uma realidade nada acalentadora que se agiganta a cada dia: o próprio homem está destruindo o meio em que vive.

Diante desta assertiva inverossímil - os exemplos dos efeitos gerados pela devastação da natureza que já se desnudam em várias partes do globo, como o acréscimo das pragas nas lavouras devido ao desequilíbrio na teia alimentar provocado pelo homem ao exterminar os predadores naturais daquelas espécies; todavia estes efeitos não se apresentam tão distantes, basta verificar o processo de desertificação nos pampas gaúchos, oriundos da devastação indiscriminada da vegetação nativa ou ainda mais próximo, aqui em Santa Catarina, a poluição dos rios da região oeste, provocada pelos criadores de suínos ao despejarem os dejetos destes animais diretamente na água que é consumida por milhares de famílias - Institutos Governamentais, bem como organismos não governamentais, alguns por interesse, outros por necessidade, engajaram-se na árdua tarefa de proteger o Meio Ambiente nas regiões citadas anteriormente.

Visando isto, o poder público para consecução deste objetivo criou diplomas jurídicos, órgãos e entidades destinados única e exclusivamente a proporcionar um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, pois como destaca a Constituição Federal de 1988 (art. 2º, I) "*o meio ambiente é um patrimônio público que deve ser assegurado e protegido, haja vista seu uso coletivo*".

Neste contexto encontra-se em posição de destaque a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental da Polícia Militar de Santa Catarina - CPPA, que constitui o tema central deste estudo. Este órgão, instituído com objetivos de conservar e fiscalizar o

meio ambiente no Estado de Santa Catarina, e que, apesar das dificuldades enfrentadas com falta de recursos materiais, financeiros e humanos, entre outros, para a realização de um trabalho que é de *suma importância* para a nossa sociedade quanto o é a preservação do meio ambiente, constitui um dos órgãos mais importantes de fiscalização das atividades suscetíveis de degradação ambiental em Santa Catarina.

Estudar as organizações, como a CPPA, e os fenômenos que com elas se interagem, é semear em campo fértil. As organizações públicas fiscalizadoras do meio ambiente não fogem à regra. Há muitas contribuições nesta área, algumas delas bastante ricas em substância, principalmente aquelas que conseguiram uma depuração maior, afastando-se de antigos ranços ideológicos.

Com o presente estudo, pretende-se que novas luzes sejam lançadas sobre o tema, e que sejam úteis para os que vierem buscar outras informações sobre o presente tema proposto. Ao relacionarmos as dimensões organizacionais a determinados objetivos, temos que ter em mente que as instituições públicas fiscalizadoras do meio ambiente presumem ter como princípio a busca de um serviço mais completo que vá de encontro aos anseios da sociedade mantenedora de tais instituições, fazendo com que essa sociedade sinta-se mais confiante e segura, numa época em que o que está reinando é a desconfiança em relação aos órgãos públicos.

Para que se possa examinar e, até mesmo, reformular os objetivos de uma organização, é necessário que se revejam suas características estruturais e processuais. Daí a importância de se analisar os objetivos da organização, bem como os elementos com elas relacionados.

Apesar de apresentar-se como uma tarefa difícil a conquista do aprimoramento dos serviços prestados pelas instituições que fazem a proteção e a fiscalização ambiental, não devemos esmorecer esforços no sentido da busca incessante da eficiência juntamente com a eficácia, visto que em uma sociedade que a cada minuto recebe informações globalizadas e que a cada dia está mais exigente, é normal desejar o melhor dos serviços prestados pelos órgãos públicos prestadores de serviços essenciais (o meio ambiente é essencial). Apesar de ser o estudo de um problema que

Atinge uma instituição pública, este se faz necessário, uma vez que tal instituição presta um serviço que é de suma importância para a população catarinense, e a melhoria dos serviços prestados irá, sem dúvida, beneficiar não só esta como principalmente as futuras gerações.

1.2. Objetivos do Trabalho:

1.2.1. Objetivo Geral:

Analisar a qualidade dos serviços prestados pela Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina, através de policiais ambientais dos seguintes níveis hierárquicos: Soldados, Cabos e Sargentos.

1.2.2. Objetivos Específicos:

- Aplicar um questionário junto à policiais militares ambientais de nosso Estado, a fim de verificar como estes vêem o serviço por eles prestados, o que está de acordo e quais os problemas por eles enfrentados;

- Propor soluções para os problemas encontrados, que venham melhorar a eficiência dos serviços prestados pela Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina, vindo a favorecer não só a sociedade civil, mas principalmente a motivação e condições de trabalho para que o policial militar ambiental exerça melhor a sua função.

1.3. Organização da Dissertação:

A presente dissertação encontra-se dividida em duas partes:

- A primeira refere-se à “Parte Conceitual”, onde é apresentada uma revisão bibliográfica à respeito do tema;

- A segunda parte refere-se à “Parte Analítica”, onde são expostos os resultados e análises obtidos a partir das atividades realizadas pela CPPA, instrução dos policiais ambientais e do questionário aplicado aos PMs.

Além da divisão em duas partes, o trabalho está organizado em 6 capítulos, de acordo com o que segue:

- Capítulo 1 : Este capítulo refere-se à ‘Introdução’ do trabalho, e expõe o problema que originou o estudo, os objetivos e a organização da Dissertação.

- Capítulo 2 : Este capítulo mostra uma revisão bibliográfica sobre assuntos relativos ao homem e às organizações.

- Capítulo 3 : O capítulo 3 trata de organizações que prestam serviços de fiscalização e proteção ao Meio Ambiente Catarinense.

- Capítulo 4 : Este capítulo trata do objeto de estudo desta dissertação - a CPPA, Companhia de Polícia de Proteção Ambiental - mostrando seu histórico, sua competência e atuação, atividades desenvolvidas e instrução dos Policiais Ambientais.

- Capítulo 5 : O capítulo 5 expõe a análise da prestação de serviço atual, realizada pela polícia militar ambiental, de acordo com os dados obtidos junto à Corporação, bem

como os resultados e análises do questionário aplicado aos policiais militares ambientais de Santa Catarina.

- Capítulo 6 : Diz respeito às sugestões para uma melhor prestação de serviço da Polícia Militar Ambiental em Santa Catarina, além da conclusão da Dissertação.

PARTE I: *Estudo Conceitual*

Capítulo 2

O Homem e as Organizações

Capítulo 2 : O HOMEM E AS ORGANIZAÇÕES

2.1. O Homem e as Organizações:

Segundo KAST & ROSENZWEIG (1987, p.4), *“o homem é um animal social com tendência à organização e à administração de seus assuntos. (...) O termo social implica que os seres humanos tendem a estabelecer relações cooperativas e interdependentes”*.

Vários autores, e dentre os quais podemos citar WEBER (1982), HALL (1984), ETZIONI (1974) e THOMPSON (1976), costumam destacar a importância das organizações para a sociedade, nos dias atuais. De acordo com tais estudiosos, cada vez mais, o ser humano vem dependendo de arranjos sociais organizados para atingir seus objetivos.

Uma organização se forma por muitas razões, porém todas são dirigidas para servir ao homem. Uma organização permite ao homem fazer coisas, superar obstáculos, controlar seu ambiente. Através de especialização de tarefas, coordenação de esforços, unidade de direção e uso inteligente dos recursos disponíveis, a organização pode fazer mais do que um homem sozinho. (KWASNICA, 1981).

Hoje a atividade organizada varia dentro de uma série contínua que vai desde os grupos não-formais, até as organizações formais e altamente estruturadas. As atividades militares e as religiosas estão entre as primeiras que se tornaram formalmente organizadas. Elaborados sistemas desenvolveram-se, e grande parte deles persistiu, com modificações, até os dias de hoje. As empresas e os governos constituem outras esferas de atividades que geraram organizações formais dispostas para a execução de tarefas (op. cit.).

Uma organização é dependente de algum elemento de seu ambiente operacional na proporção da necessidade de recursos ou desempenhos que aquele elemento pode proporcionar e, na proporção inversa, à capacidade de outros elementos para proporcionar o mesmo recurso ou desempenho (THOMPSON, 1976).

Mas, o que vem a ser uma organização?

Segundo HALL (1984, p. 23), *“uma organização é uma coletividade com uma fronteira relativamente identificável, uma ordem normativa, escalas de autoridade, sistemas de comunicações e sistemas de coordenação de filiação; essa coletividade existe numa base relativamente contínua em um ambiente e se engaja em atividades que estão relacionadas, usualmente, com um conjunto de objetos”*. A estrutura organizacional atende à três funções básicas: em primeiro lugar, realizar produtos e atingir metas organizacionais.; em segundo lugar, regulamentar a influência das variações individuais sobre a organização e em terceiro lugar, servir de contexto para o exercício de poder, a tomada de decisões e a execução das atividades da organização.

Já KATZ & KHAN (1978) definem as organizações como sistemas abertos, sendo capazes de influenciar o meio, ao mesmo tempo em que também sofrem pressões dos ambientes com os quais interagem. Desta forma, as organizações trocam informações com os demais componentes do grande organismo que é a sociedade.

Na sociedade, as organizações desempenham papéis de vários sentidos. Podem atuar como agentes de mudanças, assim como podem ser-lhes os agentes de resistência. De acordo com HALL (1984), sendo as organizações componentes tão importantes de conflitos na sociedade, depreende-se que elas são fundamentais para a mudança social.

Segundo SCHEIN (1982), estão ocorrendo várias mudanças sociais e políticas em todo o mundo, que criam uma constante demanda de novos serviços e também a extensão dos serviços já existentes. Neste contexto, Meyer (1991, p.148, apud DIAS, 1997) destaca o seguinte: *“O mundo tem mudado numa velocidade espantosa. Os*

avanços tecnológicos, as mudanças rápidas em tradicionais sistemas políticos, novos valores e estruturas sociais, o surgimento de novas forças econômicas mundiais, demonstram uma dinâmica sem par nas mais diferentes áreas do conhecimento e da atividade humana. As organizações nesta sociedade organizacional também estão procurando mudar e se adaptarem a estes novos tempos. Até porque a organização vista como tradicional está agora encontrando seu momento de verdade, sua sedução está desaparecendo, necessitando urgentemente de mudanças para poder se adequar aos novos tempos que estão surgindo. Na verdade, caminhamos para uma nova sociedade que surge construída sem padrões rígidos, com novas alternativas e oportunidades que irão surgir adequados a tantas idéias, quanto existirem usuários”.

Dessa forma as organizações, como parte desta sociedade dinâmica, precisam urgentemente se adaptarem às mudanças que estão ocorrendo no ambiente externo. O crescimento, a mobilidade, a intelectualização da população, seguidos da criação de novas tecnologias com o crescimento da automação, o avanço científico, o surgimento de novas ocupações e necessidade de produtos e serviços, pressionam as organizações no sentido de que estas realizem mudanças drásticas em suas estruturas e que diversifiquem seus modos de atuação.

As organizações, enquanto entidades dinâmicas em constante estado de fluxo, respondendo a diferentes espécies de estímulos internos e externos sob muitas formas, são tidas como organismos paralelos que tendem a mudar no decorrer do tempo, via processo de evolução (CHAMPION, 1985).

De acordo com KOTTER (1990) a mudança organizacional pode ser um fracasso total ou uma ação bem sucedida. Em assim sendo, a mudança organizacional é um importante aspecto a ser analisado no âmbito das organizações.

As mudanças são uma realidade para as organizações. Mesmo que uma organização esteja bem ambientada em um determinado momento, seus dirigentes têm que prever a ocorrência de mudanças no ambiente, que exigirão futuras modificações na organização. As organizações se modificam em resposta às condições ambientais, no esforço para atingir de modo mais eficaz seus objetivos (CHAMPION, 1985).

Diante das mudanças ambientais, há necessidade de haverem mudanças no ambiente de qualquer organização. Os mercados mudam; surgem novos produtos; desenvolvem-se novos materiais; aprovam-se novas regras. Deste modos, as organizações devem estar preparadas para enfrentar as ameaças ou aproveitar as oportunidades criadas por tais mudanças para se reestruturarem e tornarem-se ágeis a fim de ganhar o mercado que a cada dia se torna mais acirrado. Mas mudança organizacional entretanto, exige, simultaneamente maior competência profissional, novas oportunidades de confrontação e diálogo, novas formas de se organizar o trabalho, grandes esforços para a melhoria da comunicação e sobretudo muita transparência.

As mudanças demandadas podem indicar, segundo WREN (1979), que a sobrevivência das organizações está diretamente ligada a fatores tais como a manutenção do sistema organizacional interno e a coordenação dos recursos humanos da organização, por meio de um processo de mútua cumplicidade, a que o autor denominou “reciprocidade”, e pela adaptação ao ambiente externo, a que denominou “adaptabilidade”.

A maioria das críticas e das revisões feitas por diversos autores sobre o assunto tem-se concentrado excessivamente nos sistemas organizacionais internos. Embora eles sejam úteis para a postura ética das organizações, a grande ameaça para a continuidade de sua utilização vem do ambiente externo, principalmente causada por sua inabilidade em se adaptar rapidamente às mudanças demandadas por ele (DIAS, 1997).

Para que a mudança possa se constituir num processo contínuo e não em um processo único, no qual momentos de grandes transformações são seguidos por momentos de estabilidade, é preciso construir organizações voltadas para um processo permanente de aprendizagem (KOCHAN, USEEM, apud DIAS, 1997).

Segundo GARVIN (1992, p.357), *“as organizações de aprendizagem são capacitadas para criar, adquirir e transferir conhecimentos e para modificar seus comportamentos refletindo, assim, a incorporação e prática desses novos conhecimentos”*.

A preparação de recursos humanos devidamente habilitados para atuar nessas condições em que deverão ocorrer modificações - nas estruturas administrativas, nos níveis hierárquicos, nas formas e amplitude de controle, no processo decisório, no estilo de liderança, no nível e forma de comunicação, nas atitudes e comportamentos individuais - passa a ser elemento fundamental para a consecução, com sucesso, desse processo de mudança (DIAS, 1997).

Segundo DIAS (op. cit), o elemento principal da capacidade de resposta das organizações às mudanças requeridas por seu ambiente é o seu 'sistema de gestão', pois ele determina a maneira como as mudanças são percebidas, influenciando no diagnóstico de seu impacto sobre a organização e orientando o tipo de ação a ser empreendida.

2.2. As Organizações e o Sistema de Gestão:

À medida que o ambiente externo se torna cada vez mais complexo, diferente e menos previsível, as organizações passam a necessitar de novos sistemas de gestão, que proporcionem uma melhor adaptação ao futuro e visibilidade em relação a ele (DIAS, 1997).

Uma organização pública, devido a sua complexidade, é uma entidade formada por um conjunto de subsistemas em processo contínuo de interação. A interação entre os subsistemas é necessária em razão da sobrevivência/deterioração organizacionais. Segundo MOTA (1998), as organizações públicas brasileiras têm, nos últimos anos, adquirido entropia. Este processo de entropia tem contribuído para suas dissociações em relação ao ambiente no qual estão inseridas.

Frente à isso, seria essencial reestruturar as funções dos órgãos estatais, a fim de estabelecer a missão específica para cada organização, rompendo com o marasmo das estruturas burocráticas em vigor e reanimando, assim, o processo de gestão dessas organizações. As organizações públicas precisam ser redesenhadas, de modo que suas estruturas sejam capazes de se adaptar aos novos tempos.

De acordo com MOTA (1998), devemos partir de uma abordagem burocrática, para uma abordagem sistêmica e contingencial. A abordagem sistêmica trata do sistema, um conjunto de elementos que se inter-relacionam e se interagem a fim de cumprir os objetivos definidos na missão da organização, sendo esta, funcionalmente, um sistema aberto que adapta-se ao ambiente em que está inserida, mediante sua estrutura, seu papel como agente da sociedade, seus valores, planejamento, informações e tecnologias. Já a abordagem contingencial ou situacional parte do princípio de que o ambiente em que atuam as organizações está em processo de mutação permanente, prescrevendo que não existe, portanto, '*designs*' de estruturas uniformes para todas as organizações. Esta abordagem ajuda o gestor a compreender como as partes - pessoas, tarefas e administração - se unem para formar a totalidade por meio de um processo sinérgico em que cada parte contribui em maior nível para o somatório total.

MORGAN (1994) também salienta a visão sistêmica da organização - e a percepção da importância de que essa mesma organização possua capacidade de pesquisar e sentir mudanças, não apenas nas tarefas que são executadas por seus membros, mas também no contexto ambiental e possua ainda, capacidade de administrar seus limites críticos e as áreas de interdependência - que oportuniza as condições para que o interesse nas '*ações estratégicas*' das organizações possa ser substancialmente valorizado como forma de desenvolver respostas organizacionais mais adequadas ao ambiente que as envolve.

Para AMARU (apud DIAS, 1997), a administração estratégica procura adaptar a organização com sucesso a seu ambiente, pela análise das ameaças e oportunidades nele encontradas. Quanto mais instável e complexo o ambiente, maior a necessidade do enfoque sistêmico e do planejamento estratégico.

Na visão de WREN (1979), a administração estratégica visa orientar a empresa em relação ao futuro, não só no sentido de que cada condição deva ser antecipada, mas também no de que a empresa possa dirigir-se consciente e sistematicamente para seus objetivos, baseando-se em análises realísticas e metódicas de suas próprias

condições e possibilidades e do contexto ambiental em que se opera. O entendimento que fica, portanto, é o de que a organização não deve operar apenas no sentido de prever, mas principalmente, de criar seu futuro.

Segundo MINTZBERG (1994), as empresas, no processo de organizar-se, precisam proceder várias escolhas sobre a maneira mais apropriada de adotarem um determinado curso de ação, seja pela adoção de um determinado tipo de estrutura, de atendimento às necessidades das pessoas, das demandas tecnológicas ou do ambiente externo, ou mesmo da estratégia a ser adotada. A habilidade de encontrar o equilíbrio e a compatibilidade entre esses fatores (escolha estratégica) é, assim, fator decisivo para o alcance de sucesso, no esforço de adaptação e crescimento organizacional.

MILLES (1982) enfatiza ainda, a importância do processo de escolha estratégica, pelo qual as organizações aprendem um novo contexto e se adaptam a ele, ao exercitar sua escolha sobre os tipos de meios pelos quais irão operar e aos quais irão adaptar-se.

HANNAM & FREEMAN (apud DIAS, 1997) afirmam que as capacidades de adaptação da organização são restringidas por fatores originários tanto de dentro da organização quanto de fora, ou seja, de seu ambiente. Do lado interno, teríamos fatores como custos, políticas, normas, investimentos tecnológicos, habilidades humanas, cultura, estrutura de poder como forças internas a restringir as escolhas estratégicas, a influenciar a estrutura, a provocar a inércia organizacional e a manter o *status quo*. Do lado externo, barreiras legais e econômicas e habilidade de captar e processar informações restringem, também a escolha estratégica. Quanto mais complexo e dinâmico o ambiente, maior será a dificuldade dos tomadores de decisão, em função dos limites da habilidade humana em processar as informações.

É importante salientar, que as organizações não são indissociáveis da sociedade da qual fazem parte, ou seja, de seus sistemas de valores, suas normas, seu sistema de leis, interesses públicos e autoridade política. A efetividade organizacional é dependente da eficiência e do desenvolvimento de meios para garantir também sua legitimidade.

PETTIGREW et al. (1992) ressalta, como crítica, a importância do capital humano existente nas organizações, além das competências e das habilidades que os integrantes das organizações deverão possuir e colocar em ação, para obterem um adequado ajustamento da organização a seu ambiente.

Cada vez mais será exigido de cada um dos membros da organização maior capacidade de diagnóstico das situações enfrentadas, de conhecimento na utilização de instrumentos para tomada de soluções, de capacidade para intervir no processo de trabalho, de trabalho em equipe e de saber auto-organização, para enfrentar situações em constante mudança (DIAS, 1997).

De acordo com SENGE (1994), 'organizações que aprendem' são aquelas em que as pessoas continuamente expandem sua capacidade de criar novos padrões de pensamento e em que aprendem, continuamente, a trabalhar juntas, em equipe. A aprendizagem organizacional nunca é um produto final, mas um processo em contínuo desenvolvimento.

GARVIN (1993) também reconhece que uma organização que aprende não apenas cria novos modos de pensar, pelo fato de incorporar novos conhecimentos para a realização do trabalho, mas é uma organização habilidosa na criação, aquisição e transferência de conhecimentos e na modificação de seu comportamento para refletir novos conhecimentos e novas idéias. Essas atividades de aprendizagem resultam em organizações mais inteligentes.

Segundo SCHON (1971), é necessário que todos se tornem habilitados ao aprendizado, para que não somente sejam capazes de transformar as instituições, em resposta a situações de mudança, mas de desenvolver instituições que incorporem sistemas de aprendizado, ou seja, sistemas capazes de causarem suas próprias e contínuas transformações.

Para a construção de uma organização de aprendizagem, GARVIN (1993) apresenta cinco práticas principais:

- uso sistemático de técnicas de resolução de problemas. Treinamentos com esse conteúdo são essenciais para o aprendizado e para que os alunos se tornem mais disciplinados ao estruturar suas idéias e mais atentos a todos os detalhes;

- experimentação, envolvendo pesquisa sistemática teste de novos conhecimentos. Aqui também é necessária a existência de pessoal devidamente treinado e habilitado para realizar e avaliar as experimentações, seja por meio de programas rotineiros, seja com projetos inovadores;

- aprendizado pelas experiências passadas. As organizações precisam rever periodicamente suas ações de sucesso e de fracasso, registrando-as de forma a que os empregados possam acessá-las livremente. É preciso pensar no passado e aprender com seus erros e acertos;

- aprendizado das experiências realizadas por outros. Evidentemente, nem todo conhecimento é obtido unicamente com a reflexão e auto-análise. Muitas vezes as idéias mais brilhantes vêm da observação do ambiente externo à organização e lhe fornece novas visões e perspectivas;

- transferência de conhecimento. Para que o aprendizado não se transforme em um episódio localizado, o conhecimento precisa ser disseminado rápida e eficazmente por toda a organização. As idéias oferecem maior impacto quando são disseminadas do que quando permanecem no conhecimento de poucas pessoas. Os programas de mobilidade programada dos integrantes da organização, utilizados em muitas delas, são um dos bons métodos de transferência de conhecimento que se conhece.

Para GARVIN (1993), os programas educacionais e de treinamento são ferramentas poderosas para a transferência de conhecimento, mas, para sua real efetivação, eles precisam estar implicitamente relacionados com sua implementação. Os responsáveis pelo treinamento devem providenciar oportunidades para a prática, no momento em que o empregado retornar para o exercício de sua atividade, recebendo em seguida o relato de suas experiências e os progressos obtidos.

SENGE (1994) compartilha dessa visão holística ao afirmar que a própria organização não é composta por partes isoladas em que se pode encontrar desempenhos excelentes que não apresentem nenhuma relação com as demais partes. A missão da organização engloba também o desenvolver, o despertar, o aprender de seus integrantes, com o objetivo de envolvê-los totalmente na busca de seus propósitos. Sem a obtenção dessa consciência é muito difícil se falar em ambiente onde ocorra o aprendizado e a inovação. Sem uma visão comum da organização, seus integrantes não serão capazes de entender seu lugar na estrutura e a forma em que o seu trabalho deve ser alocado. Estarão dotados ainda, de pouca consciência daquilo que é aceitável em termos de desempenho, resultados e padrões e não serão capazes de detectar e corrigir qualquer desequilíbrio.

A aprendizagem organizacional poderia, assim, ser definida como a ampliação da capacidade da organização para adoção de ações efetivas. A aprendizagem se daria em todo o sistema organizacional.

Assim sendo, seria interessante, conforme MOTA (1998), a visualização dos subsistemas que compõem o sistema organizacional, para um melhor entendimento, análise e estratégia das organizações.

Os subsistemas de uma organização, de acordo com MOTA (op. cit.), são os seguintes: subsistema organizacional, de desenvolvimento, de tecnologia, de suprimento e de gestão.

2.2.1. Subsistema Organizacional:

O elemento fundamental na gestão de organizações ambientais é o indivíduo, enfocado aqui como pessoa do ambiente interno e externo da organização. É esse indivíduo que é capaz de gerar *outputs* para o próprio sistema e para os sistemas assemelhados.

As organizações públicas, entre elas as organizações ligadas ao meio ambiente, existem com a finalidade de cumprir uma missão específica definida em lei, e que atenda aos interesses da coletividade, mesmo sabendo-se que, os interesses das pessoas e dos grupos que nela trabalham nem sempre convergem para o mesmo denominador. Mesmo assim, as organizações existem para atingir uma determinada meta, uma certa finalidade. Desta forma, sua estrutura deve ser construída de maneira que as tarefas sejam bem definidas e os papéis de cada indivíduo bem delineados (MOTA, 1998).

A estrutura organizacional, segundo BOWDITCH & BUONO (1992, p.167), *“pode ser definida genericamente como os padrões de trabalho e disposições hierárquicas que servem para controlar ou distinguir as partes que compõem uma organização”*.

As organizações públicas ambientais devem se estruturar em função de suas metas previamente e legalmente estabelecidas e de acordo com padrões organizacionais voltados para o interesse público. Podem ser diferenciadas em estrutura considerando-se sua funcionalidade, de acordo com as áreas de atuação, por projeto, em organização matricial, por sistema espacial, onde o trabalho é dividido segundo a localização geográfica, ou ainda, por clientela, com o objetivo de atender às especificações de clientes.

Conseqüentemente, a diferenciação das formas de estruturas organizacionais está intimamente ligada ao conceito de integração. O processo de integração entre os diversos setores da organização, refere-se aos mecanismos de colaboração que devem existir entre estes, a fim de proporcionar melhor coordenação e integração de suas atividades em função das exigências ambientais (MOTA, 1998).

2.2.2. Subsistema Desenvolvimento:

O subsistema desenvolvimento refere-se à capacidade que os indivíduos têm de aprender e praticar novos conhecimentos e habilidades, modificando comportamentos e atitudes.

O desenvolvimento interpessoal deve ser voltado para as necessidades dos indivíduos e contribuir para a sua formação integral e competência gerencial (MOTA, 1998). Para MOSCOVICI (1985, p.28), "*competência interpessoal*, portanto, é *resultante de percepção acurada realística das situações interpessoais e de habilidades específicas comportamentais que conduzem a conseqüência significativas no relacionamento duradouro e autêntico, satisfatório para as pessoas envolvidas*". Desse modo, o desenvolvimento de pessoas que lidam com gestão ambiental depende do *feedback* que cada treinado fornece para si, para seus pares e para a organização.

À gerência cabe pensar, decidir, agir e utilizar-se da competência gerencial para se obter os melhores resultados para a organização. A gerência pode ser enfocada pelo aspecto da racionalidade (que consiste em análise técnica, de cunho puramente científico) e da irracionalidade (que permeia toda a organização mediante fatos emocionais, espontâneos e imprevisíveis).

No processo de aprendizagem gerencial é premente, segundo MOTA (1998), o dirigente conhecer a estrutura de sua organização, assim como, seus métodos de trabalho, distribuição de tarefas, formação de seu corpo técnico, de como se analisa e se trata a informação, o comportamento do grupo e as relações de poder que dominam a organização, para desfazer os conflitos que possam existir entre duas pessoas, intergrupos ou intragrupos.

2.2.3. Subsistema Tecnologia:

Um dos fatores que mais tem influenciado as organizações é a tecnologia (MOTA, 1998). O termo tecnologia conforme KOONTZ *et al.* (1986, p.104) "*... refere ao conjunto de conhecimentos que possuímos das maneiras de fazer as coisas. Inclui invenções, técnicas e o amplo estoque de conhecimento organizado sobre tudo, desde a aerodinâmica à zoologia*". A dimensão da tecnologia em organizações públicas, entre elas as ligadas ao meio ambiente, é percebida no modo como as pessoas realizam suas tarefas, como são analisados os projetos de interesse coletivo e quais os meios que a organização se utiliza para trabalhar e divulgar suas ações.

Com o avanço da tecnologia, as organizações passaram a se utilizar dos conceitos de informática e informação como suporte para a tomada de decisão, permitindo dispor para a organização informações que subsidiem as suas atividades de gestão.

A tecnologia da informação vem contribuindo sistematicamente para que as organizações públicas mudem de perfil a fim de que melhorem sua *performance* administrativa. As organizações públicas que lidam com a gestão do meio ambiente devem observar na mudança ou montagem de suas estruturas organizacionais os aspectos referentes à missão da organização, o crescimento e o desenvolvimento de organizações similares e o clima e a cultura organizacionais, para que possam se utilizar eficientemente da tecnologia disponível no mercado (MOTA, 1998).

2.2.4. Subsistema de Suprimento:

Os suprimentos para as organizações públicas, resumem-se ao conjunto de recursos financeiros e materiais que dão sustentação às suas atividades cotidianas. Os recursos financeiros são oriundos da capacidade e liberação orçamentárias, que muitas vezes são definidos em função de aspectos de política econômica, sem levar em consideração as necessidades, realidades, prioridades setoriais e a missão da organização.

Os suprimentos de materiais englobam todos os insumos que são adquiridos pela organização a fim de que se possa cumprir sua missão. A gestão de materiais é imprescindível para as organizações constituídas de forma flexível, pois permite esboçar uma logística capaz de programar, comprar e distribuir materiais de boa qualidade, na quantidade certa e no tempo certo, colocando-os à disposição de seus órgãos (MOTA, 1998).

2.2.5. Subsistema Gestão:

A imprevisibilidade das mudanças ambientais introduziu o conceito de 'gestão'

nas organizações, que segundo LANNA (1995), “*é o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço, visando garantir, com base em princípios e diretrizes previamente acordados/definidos, a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais - naturais, econômicos e sócio-culturais - às especificidades do meio ambiente*”.

À gestão de organização foi incorporado o termo “estratégia”, palavra que tem permeado todas as organizações militares, e a partir da década de 50 foi incorporada ao vocabulário e à prática dos processos de gestão das organizações. A visão estratégica ajudou a substituir o planejamento clássico e fez surgir uma nova abordagem, o planejamento estratégico. (MOTA, 1998).

Conforme processos de gestão das organizações, de acordo com OLIVEIRA (1997, p.46), “*o planejamento estratégico é conceituado como um processo gerencial que possibilita ao executivo estabelecer o rumo a ser seguido pela empresa, com vistas a obter um nível de otimização na relação da empresa com o seu ambiente*”, e parte do princípio de que as organizações estão em constante mudança e turbulência, em decorrência das transformações ambientais, e que é imprescindível planejar continuamente, avaliando objetivos e atualizando a missão da organização.

É imprescindível, atualmente, a partir da missão da organização, replanejá-la, estrategicamente, redefinido caso necessário, seu novo papel, analisando para tanto as forças positivas e restritivas na concepção de cenários (MOTA, 1998).

Levando-se em conta todos estes aspectos abordados, referentes ao processo de mudança organizacional, que implica em modificações profundas nas organizações existentes, decidiu-se pelo estudo de uma organização que presta serviços à comunidade, relacionados à fiscalização e preservação do meio ambiente catarinense, tratando-se da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental - CPPA. A CPPA, como será visto no capítulo 4, é parte integrante da Polícia Militar do Estado, e como enfatiza DIAS (1997, p. 80), “*as organizações policiais militares existentes em cada Estado da Federação, não só por sua atuação mais ostensiva, mas também pelas características específicas do perfil profissional e pessoal de seu efetivo, têm sofrido*

mais direta e intensamente as pressões do ambiente em que atuam”.

Por isso, a análise da situação atual da prestação de serviço dos policiais ambientais, junto à população e principalmente, ao meio ambiente, é de extrema importância para a revisão dos conceitos e das práticas adotadas por esta organização militar, e propostas de melhor eficiência e qualidade na prestação de serviços.

Antes de passarmos ao capítulo 4, faremos um comentário sobre outras organizações que também possuem como objetivo a fiscalização e proteção do meio ambiente, assim como a CPPA, além de uma abordagem à respeito do Sistema Nacional do Meio Ambiente, políticas ambientais e competências federais, estaduais e municipais quanto ao meio ambiente brasileiro.

Capítulo 3

Organizações de Fiscalização e Proteção ao Meio Ambiente

Capítulo 3 : ORGANIZAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

3.1. O Sistema Nacional do Meio Ambiente:

Segundo ANTUNES (1996, p.59), a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, instituiu através de seu artigo 6º, o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, cuja finalidade é estabelecer uma rede de agências governamentais, nos diversos níveis da Federação, visando assegurar mecanismos capazes de, eficientemente, implementar a Política Nacional do Meio Ambiente.

A Política Nacional do Meio Ambiente dispõe sobre, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, que em seu texto prevê o seguinte:

“Art. 6º - Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA - com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho do Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

III - órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

IV - órgão executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA,, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

V - órgãos seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

VI - órgãos locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.”(grifo nosso).

O funcionamento, as atribuições, bem como as formas de atuação do Sistema Nacional do Meio Ambiente vêm expressos no corpo do Decreto Federal 99 274, de 6 de Junho de 1990, que regulamenta a Lei Federal nº 6938, de 31 de Agosto de 1981 (ANTUNES, 1996), tendo estabelecido neste diploma o abaixo descrito (passaremos a nos referir de forma mais estrita aos temas atinentes aos Órgãos Estaduais de Proteção do Meio Ambiente, a fim de contemplarmos os objetivos deste breve estudo):

“SEÇÃO VI - DOS ÓRGÃOS SECCIONAIS ESTADUAIS E DOS ÓRGÃOS LOCAIS

Art. 13 - A integração dos órgãos Setoriais Estaduais (Art. 3º, inciso V, segunda parte) e dos órgãos locais ao SISNAMA, bem assim a delegação de funções do nível federal para o estadual poderão ser objeto de convênios celebrados entre cada órgão setorial estadual e a Secretaria do Meio

Ambiente - SEMAM/PR, admitida a interveniência dos órgãos Setoriais Federais do SISNAMA.

“Capítulo III - DA ATUAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 14 - A atuação do SISNAMA efetivar-se-á mediante articulação coordenada dos órgãos e entidades que o constituem, observando o seguinte:

I - o acesso da opinião pública às informações relativas às agressões ao meio ambiente e às ações de proteção ambiental, na forma estabelecida pelo CONAMA; e

II - caberá aos Estados e ao Distrito Federal e aos Municípios a regionalização das medidas emanadas pelo SISNAMA, elaborando normas e padrões supletivos e complementares.

Parágrafo único - As normas e padrões dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios poderão fixar parâmetros de emissão, ejeção e emanção de agentes poluidores, observada a legislação federal.

Art.15 - Os órgãos Seccionais prestarão ao CONAMA informações sobre seus planos de ação e programas em execução, consubstanciadas em relatórios anuais, sem prejuízo de relatórios para atendimento de solicitações específicas.

Parágrafo único - A SEMAM/PR consolidará os relatórios mencionados neste artigo em um relatório anual sobre a situação do meio ambiente no País, a ser publicado e submetido à consideração do CONAMA, em sua segunda reunião do ano subsequente.

Art. 16 - O CONAMA, por intermédio da SEMAM/PR, poderá solicitar informações e pareceres dos órgãos Seccionais e Locais, justificando, na respectiva requisição, o prazo para o seu atendimento.

§1º - Nas atividades de licenciamento, fiscalização e controle deverão ser evitadas exigências burocráticas excessivas ou pedido de informações já disponíveis.

§2º - Poderão ser requeridos à SEMAM/PR, bem assim aos Órgãos Executores, Seccionais e Locais, por pessoa física ou jurídica que comprove legítimo interesse, os resultados das análises técnicas de que dispunham.

§3º - Os órgãos integrantes do SISNAMA, quando solicitarem ou prestarem informações, deverão preservar o sigilo industrial e evitar a concorrência desleal, correndo o processo, quando for o caso, sob sigilo administrativo, pelo qual será responsável a autoridade dele encarregada.”

3.2. A Política Nacional do Meio Ambiente

De acordo com ANTUNES (1996, p.59), a Política Nacional do Meio Ambiente tem os seus objetivos estabelecidos pelo artigo 2º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

A norma legal estabelece que a “política nacional do meio ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar ao País, condições de desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (...)”. A PNMA, como não é difícil perceber, tem uma abrangência bastante grande. Em primeiro lugar ela visa à preservação do meio ambiente. Preservação tem o sentido de

perenizar, de perpetuar, de salvaguardar os recursos naturais (ANTUNES, 1996).

A melhoria do meio ambiente significa dar ao meio ambiente condições mais adequadas do que aquelas que este apresenta. Isto é, a PNMA busca estimular o manejo ambiental de forma que a qualidade do meio ambiente seja, progressivamente superior. A recuperação referida na lei como um dos objetivos da PNMA deve ser entendida como a busca do *status quo ante* das áreas degradadas. Para o meio ambiente e para a vida o mais importante não é a simples imposição de penas àqueles que tenham degradado as condições ambientais. O grande desafio ambiental, como se sabe, é a repristinação - 'restituir ao valor' (BUENO, 1976) - dos ecossistemas. Este, provavelmente, é o objetivo mais difícil, senão impossível, de ser alcançado, pois como se sabe, a vida desaparecida não tem como voltar ao estado primitivo (ANTUNES, op.cit.).

Além dos objetivos traçados pelo artigo 2º da Lei nº 6.938/81, o artigo 4º estabelece uma lista mais ampla de objetivos que são, a saber: a) a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico; b) definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; c) ao estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais; d) ao estabelecimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional dos recursos ambientais; e) à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico; f) a preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida; g) a imposição ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização dos recursos ambientais com fins econômicos (ANTUNES, 1996).

As boas condições ambientais, nos termos da lei, se constituem em um importante elemento indutor do desenvolvimento sócio-econômico. Servem, também, como meio indispensável para a segurança nacional e proteção da dignidade humana.

Estes três últimos elementos somente podem ser compreendidos sob a ótica do *desenvolvimento sustentável*. A Política Nacional do Meio Ambiente, portanto, deve ser compreendida como o conjunto dos instrumentos legais, técnicos, científicos, políticos e econômicos destinados à promoção do desenvolvimento sustentável da sociedade e economia brasileira. A implementação desta política deve ser feita a partir de princípios que são estabelecidos pela própria Constituição Federal e pela legislação ordinária (ANTUNES, op.cit.).

3.3. As Competências Federal, Estadual e Municipal :

3.3.1. A Competência Federal:

A Constituição Federal (CF, 1988), em seu artigo 22, determina que compete privativamente à União legislar sobre: águas, energia, jazidas, minas e outros recursos minerais, populações indígenas e atividades nucleares de qualquer natureza. Os itens citados, obviamente, estão totalmente relacionados com o meio ambiente. Formam, portanto, parte significativa da legislação ambiental.

A União, na forma do artigo 23 da Constituição Federal (CF, 1988), tem competência comum com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para: proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; preservar as florestas, a flora e a fauna; registrar, acompanhar e fiscalizar a concessão de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

A artigo 24 da Constituição Federal (CF, 1988) determina competir à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: florestas, caça, pesca, fauna, conservação, defesa do meio e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição; proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

MACHADO (1996) enfatiza, que diversas das matérias que integram a competência privativa da União estão, concomitantemente, arroladas nas competências comum e concorrente dos diversos integrantes da Federação. Água, energia, jazidas, minas e outros recursos minerais, populações indígenas e atividades nucleares de qualquer natureza integram a competência legislativa privativa da União. Ocorre que a proteção do meio ambiente, o combate à poluição, a preservação de florestas, da flora e da fauna, a exploração de recursos hídricos são da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: florestas, caça, pesca, fauna, conservação, defesa do meio e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição; proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, como já visto.

Esta notória superposição legislativa e competencial ainda não foi esclarecida, pois não existe uma lei que delimite claramente o conteúdo da competência de cada uma das entidades políticas que constituem a Federação Brasileira. Segundo MACHADO (1996), o papel desempenhado pela União se avulta pois, dado que à União compete estabelecer os princípios gerais da legislação ambiental, as suas normas servem de referencial para Estados e Municípios.

A competência estabelecida no artigo 22 da Constituição da República Federativa do Brasil, ou seja a competência privativa, somente pode ser exercida pela própria União, a menos que esta, mediante lei complementar, autorize aos Estados-membros a legislar sobre questões específicas incluídas nas matérias contempladas no parágrafo único. (art. 22, CF, 1988 - parágrafo único - "*A competência privativa é competência legislativa que só*

pode ser exercida pelos estados mediante lei complementar federal para casos específicos").

Já a competência tratada no artigo 23, isto é, competência comum, não é competência legislativa. Trata-se, de fato, de uma cooperação administrativa, que

conforme CRETELLA (1991), bem examinou : *“Competência comum é cooperação administrativa, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento do bem-estar, no âmbito nacional, entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o exercício de funções concomitante e contínuas, que incidem sobre as matérias constantes dos incisos I a XII do art. 23 da Carta Política de 1988, o auxílio recíproco disciplinado por normas veiculadas por lei complementar Federal. Nesta expressão “comum” é sinônimo de “concorrente” , como o era na Constituição de 1934, art. 10, III (concorrentemente). Trata-se, porém, da “concorrência administrativa”.*

A competência comum, portanto, é uma imposição constitucional para que os diversos integrantes da Federação atuem em cooperação administrativa recíproca visando a resguardar os bens ambientais (MACHADO, 1996).

O art. 24 (CF, 1988), define competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. No interior desta modalidade de competência legislativa encontra-se toda uma gama de matérias ambientais. Aqui a competência não é puramente administrativa mas, indica a capacidade de legislar sobre determinadas matérias. Esta competência estabelecida pelo art. 24 determina um eixo, ao redor do qual se construirá a legislação dos diversos Estados-membros. A legislação estadual deverá, no entanto, adotar os princípios e fundamentos genéricos estabelecidos pela legislação federal (op. cit.).

A competência concorrente implica que a União deve estabelecer os parâmetros gerais a serem observados pelos demais integrantes da Federação.

3.3.2. A Competência Estadual:

A competência dos Estados-membros da Federação, para atuar em matéria ambiental, está prevista nos artigos 23 e 24 da Lei Fundamental Brasileira (CF, 1988). No artigo 23 como já vimos, existe uma atribuição de cooperação administrativa entre os diversos componentes da Federação. Já o art. 24 afirma uma competência legislativa

própria para os Estados. O art. 24 (CF, 1988) não trata do meio ambiente como um bem unitário, mas, ao contrário, subdivide-o em diversos “setores” que integrando-o estão tutelados por normas legais estaduais. Assim, os Estados podem legislar concorrentemente sobre: florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente, controle da poluição; proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; responsabilidade por dano ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

A União, nos casos acima referidos, somente pode estabelecer normas gerais, cabendo aos Estados estabelecer os aspectos da proteção ambiental em concreto. Os Estados podem suplementar a legislação federal. Observe-se que, se inexistente a norma federal, os Estados exercerão a competência legislativa plenamente, de modo à atender as peculiaridades. No momento em que passe a existir legislação federal sobre normas gerais, a legislação estadual, naquilo que contrariar a norma federal, perde eficácia (MACHADO, 1996).

Observadas as normas gerais federais, cada Estado pode estabelecer as suas próprias normas de tutela ambiental, criando sistemas estaduais de proteção ao meio ambiente (op. cit.).

3.3.3. A Competência Municipal:

Os Municípios, pela Constituição Federal de 1988 (art. 1º), foram elevados à condição de integrantes da Federação. Esta é uma novidade às Cartas anteriores. Na forma do art. 23 da Lei Fundamental (CF, 1988), os Municípios têm competência administrativa para defender o meio ambiente e combater a poluição. Contudo, os Municípios não estão arrolados entre as pessoas jurídicas de direito público interno, encarregadas de legislar sobre o meio ambiente. No entanto, seria incorreto e insensato dizer-se que os Municípios não têm competência legislativa em matéria ambiental (MACHADO, 1996).

O art. 30, da Constituição Federal (1988), atribui aos Municípios competência para legislar sobre : assuntos de interesse local; suplementar a legislação federal e

estadual no que couber; promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento, e da ocupação do solo urbano; promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (op. cit.).

Até aqui, vimos então, alguns detalhes sobre órgãos e competências federal, estadual e municipal à nível de proteção e fiscalização do meio ambiente. Não é nosso objetivo aprofundarmos este assunto, apenas informar à respeito. O que se quer com este estudo, é a análise da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental - CPPA, da Polícia Militar de Santa Catarina, que encontra-se na situação de uma organização Estadual, ligada ao meio ambiente.

3.4. Os Órgãos de Proteção e Fiscalização Ambiental:

3.4.1. IBAMA (Órgão Executor - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis):

O IBAMA, instituído pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, resultante da aprovação da Medida Provisória nº 34, de 1989, foi criado a partir da extinção dos antigos órgãos: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF e da Superintendência da Borracha - SUDHEVEA, encarregados dos problemas ambientais brasileiro; e da extinção da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, criada pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1978, e da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura, criada pela Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962 (ANTUNES, 1996; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1997).

Instituído sob a forma de autarquia federal em regime especial, conforme o disposto na Lei nº 7.735/89, art 2º, dotada de personalidade jurídica de direito público com autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (hoje Ministério do Meio Ambiente), o IBAMA tem por finalidade assessorar esta Secretaria Federal na formação e coordenação, bem como executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente e da preservação,

conservação e uso racional do meio ambiente, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais (ANTUNES, 1996; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1997).

O IBAMA conseguiu algum êxito no combate às queimadas na Amazônia e em pouco tempo, uma certa visibilidade social com um bom trabalho de divulgação de suas atividades. De um modo geral, o IBAMA tem atuado de forma muito centralizada; e com carência de recursos financeiros, técnicos e humanos que, somada ao corporativismo e aos casos de corrupção, tem dificultado a atuação de suas agências estaduais (ANTUNES, 1996).

3.4.1.1. Estrutura Administrativa do IBAMA:

A estrutura regimental do IBAMA foi fixada inicialmente pelo Decreto nº 78, de 5 de abril de 1991, sendo modificada posteriormente pelo Decreto nº 3059 de 14 de maio de 1999, tendo finalmente estabelecido sua estrutura administrativa em :

- Presidência e órgão de assistência direta e imediata ao presidente: Gabinete;
- Órgãos seccionais: Procuradoria, Auditoria e Diretoria de gestão dos recursos Administrativos;
- Órgãos específicos singulares: Diretoria de gestão Estratégica, Diretoria de Gestão do Uso dos recursos Naturais, Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre, Diretoria de Controle Ambiental; e
- Órgãos descentralizados: Coordenadorias de Articulação Regional, Unidades Técnicas Multifuncionais, Centros Especializados e Unidades de Conservação.

3.4.1.2. Objetivos Institucionais do IBAMA:

A Lei Federal nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 foi regulamentada pelo decreto nº 97.946, de 11 de julho de 1989, que dispôs sobre a estrutura básica do IBAMA. A regulamentação do artigo 2º da Lei nº 7.735/89 foi feita através do artigo

2º do Decreto ficando estabelecido que as competências legais deveriam ser exercidas mediante as atribuições e atividades que passam a ser arroladas:

I - Executar as políticas nacionais de meio ambiente referentes às atribuições federais permanentes, relativas à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais e sua fiscalização e controle;

II - Apoiar o ministério do meio Ambiente na execução da Política Nacional de Recursos Hídricos; e

III - Executar as ações supletivas da União, de conformidade com a legislação em vigor e as diretrizes daquele Ministério.

No cumprimento de suas finalidades e, ressalvadas as competências das demais entidades que integram o Sistema Nacional do meio Ambiente - SISNAMA, cabe ao IBAMA, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Ministério do Meio Ambiente, promover as seguintes ações federais:

I - Proposição de normas e padrões de qualidade ambiental;

II - Zoneamento ambiental;

III - Avaliação de impactos ambientais;

IV - Licenciamento ambiental de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor;

V - Proposição da alocação e gestão das Unidades de Conservação federais, bem como o apoio à implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação;

VI - Implementação dos Cadastros Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de defesa Ambiental e de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras dos recursos Ambientais;

VII - Aplicação de penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor;

VIII - Geração, integração e disseminação sistemática de informações e conhecimentos relativos ao meio ambiente;

- IX - Proteção e manejo de ecossistemas pendentes de especial atenção ambiental, de espécies de fauna e flora;
- X - Disciplinamento, cadastramento, licenciamento, monitoramento e fiscalização dos usos e acessos aos recursos ambientais, florísticos e faunísticos;
- XI - Análise, registro, controle e fiscalização de substâncias químicas, agrotóxicos e de seus componentes e afins, conforme legislação em vigor;
- XII - Fiscalização ambiental;
- XIII - Aplicação das penalidades relacionadas aos danos e infrações sobre o meio ambiente;
- XIV - Assistência e apoio operacional às instituições públicas e à sociedade, em questões de acidentes e emergências ambientais e de relevante interesse ambiental;
- XV - Execução de programas de capacitação e de educação ambiental;
- XVI - Execução, direta ou indireta, da exploração econômica dos recursos naturais, obedecidas as premissas legais e de sustentabilidade do meio ambiente, restrita a:
- a) serviços de lazer, visitação pública, publicidade, ecoturismo e outros serviços similares, em Unidades de Conservação Federais; e
 - b) produtos e subprodutos excedentes da flora e da fauna, gerados na execução das ações de caráter permanente;
- XVII - Controle do acesso ao uso de recursos genéticos;
- XVIII - Recuperação de áreas degradadas;
- XIX - Apoio à implementação do Sistema Nacional de Informações sobre o meio Ambiente - SINIMA;
- XX - Uso sustentável dos recursos naturais renováveis; e
- XXI - Aplicação, no âmbito de sua competência, dos dispositivos e acordos internacionais relativos à gestão ambiental. (ANTUNES, 1996).

Segundo ANTUNES (1996), a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - teve o mérito de congregar, em um único organismo, diversas entidades que não conseguiram jamais atuar em conjunto. Antes da existência do IBAMA existiam, pelo menos 4 (quatro) órgãos voltados para questões ambientais. Deve ser ressaltado, entretanto, que nenhum deles possuía força política ou econômica para desempenhar adequadamente as suas tarefas.

O IBAMA, sem dúvida, foi um grande progresso em relação à situação anterior, apesar de conviver com problemas como a falta de uma definição clara quanto às tarefas a serem desenvolvidas pelo Instituto, além das competências de planejamento, gestão, fiscalização e execução, que são muito diferenciadas entre si e, não poucas vezes, geram conflitos muito graves no interior deste órgão.

3.4.2. FATMA

A Fundação do Meio Ambiente - FATMA - foi instituída pelo Decreto nº 662, em 30 de julho de 1975 e está subordinada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (SEDUMA).

A FATMA foi criada com os seguintes objetivos: a) controlar e fiscalizar a conservação do meio ambiente; b) controlar e combater a poluição ambiental e o uso irracional dos recursos naturais; c) promover pesquisas e geração de tecnologias aplicáveis na área ambiental; d) promover a educação ambiental; e) proteger os recursos naturais através de legislação; f) administrar parques e reservas instituídas pelo Estado.

Segundo ANTUNES (1996), a FATMA e a SEDUMA, ao lado do IBAMA e de órgãos municipais, deveriam por princípio, tratar das múltiplas faces da problemática ambiental no Estado de Santa Catarina. No entanto, o que se vê é que a SEDUMA está mal equipada e com poucos funcionários, estabelecendo poucos contatos com os demais órgãos.

A FATMA, o órgão de maior visibilidade social no que se refere ao meio ambiente em SC, também está mal equipada e com carência de técnicos e fiscais, mas conta com razoável experiência e documentação. (Macedo, apud ANTUNES, op. cit.). Atualmente, 70% dos seus funcionários trabalham na capital. Esta distorção se dá, principalmente, pelo fato de que o corporativismo está associado ao comodismo de residir numa cidade turística e, secundariamente, porque é na capital que se concentram os setores administrativos e técnico-laboratorial (op. cit.).

Conforme ANTUNES (op. cit.) a abertura (com a busca de competência técnica combinada com a correção da distorção acima referida) ocorre da cúpula para a base; paradoxalmente, na FATMA, é a direção, que fala em democratizar a agência. No entanto, quase todos os técnicos da Superintendência de Controle de Poluição - SUCOP - resistem às iniciativas da direção. Temem a perda da liderança "técnica" na medida em que ouvem falar de holismo e educação ambiental, ou participação comunitária na avaliação de impactos ambientais. Mas, ao contrário deste pessoal encarregado de medidas corretivas, o pessoal da Superintendência de Recursos Naturais - SUREN - está disposto à abertura e à reformulação da agência (com algumas exceções corporativistas). Eles tratam de medidas preventivas, pensam com prazos maiores, avaliam as conseqüências do imediatismo, da exclusão das comunidades na avaliação de impactos, etc. Também o pessoal encarregado da educação ambiental e do planejamento sócio-político, travam, segundo ANTUNES (op. cit.) uma "guerra" contra o corporativismo e pela ampliação dos horizontes na agência.

Como um dos resultados da abertura promovida pela direção e por estes segmentos da FATMA, foi introduzida em SC, de forma pioneira entre as agências de meio ambiente do país, o "Programa Voluntários do Meio Ambiente". O mesmo contou com fiscais treinados, com material para multas em caso de flagrante e com carteira que lhes dava, inclusive, o direito de embargar obras ilegais com proteção policial. O programa implicava em convênios com entidades de moradores e entidades ambientalistas não-governamentais. Representou uma ampliação de poderes tanto do órgão governamental quanto das organizações não-governamentais.

No início de 1989, a FATMA organiza, em acordo com representantes de várias entidades civis, um ciclo de conferências em várias regiões de SC, com o objetivo de facilitar diagnósticos sócio-ambientais e contribuir com o processo constituinte. Uma destas conferências ocorre em Santo Amaro da Imperatriz, visando questões da microrregião, e a última, de caráter estadual, dá-se em Florianópolis (junho). O resultado é uma ampla participação da sociedade, com significativo avanço da consciência da interligação entre os problemas sociais e ambientais. Com isto fica evidenciado o fato de que o perfil de atuação desta agência corresponde ao que

chamamos de “padrão intermediário” (ANTUNES, 1996).

No próximo capítulo, veremos algo à respeito de outro Órgão Estadual ligado à fiscalização e defesa do meio ambiente, e que trata-se do objeto deste estudo - a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental, CPPA. Falaremos sobre seu histórico, sua estrutura organizacional, suas atividades, o nível de instrução dos policiais militares que a compõem, bem como a atuação da CPPA junto ao IBAMA e a FATMA.

Capítulo 4

A Companhia de Polícia de Proteção Ambiental - CPPA

Capítulo 4 : A COMPANHIA DE POLÍCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

4.1. Histórico, Competência e Atuação da CPPA:

4.1.1. Histórico:

A Polícia Florestal do Estado de Santa Catarina, surgiu pela primeira vez através da Lei nº 3147, de 17 de dezembro de 1962, que fixava seu efetivo em um Pelotão Florestal, a Comando de um Tenente PM, e seu efetivo era de 37 Policiais Militares, com sede na cidade de Curitiba.

A Polícia Florestal em 1979, é extinta através da Lei nº 5521, de fevereiro do mesmo ano. De 1979 a 1983, a Polícia Florestal deixou de existir, surgindo novamente como atribuições da PM, através do Decreto Lei nº 19237, de março de 1983, que atribuía à Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC, o Policiamento Florestal e de Manancial.

Na Constituição Estadual de 05 de outubro de 1989, Título V, Capítulo III, Artigo 107, Inciso I, Letra g, foi dada também à Polícia Militar, a competência da Proteção ao Meio Ambiente.

Em 1990, a Lei nº 8039, de 23 de julho do mesmo ano, criava a Companhia de Polícia Florestal, que fixou seu efetivo em 192 homens, a comando de um Capitão PM, sendo suas atribuições definidas na mesma lei.

Após a sua criação em Lei, a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental começou a ser implantada gradativamente, sendo o seu efetivo inicial de 70 Policiais Militares. Sua instalação se deu no dia 06 de maio de 1992, sendo a sede provisória da Companhia, localizada no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, na baixada do Maciambú, município de Palhoça - SC.

Neste mês também houve a mudança do nome de “Polícia Florestal” para “Polícia de Proteção Ambiental”, através do Decreto nº1783, de 19 de maio de 1992, haja vista sua dinâmica operacional que por ser abrangente à luz da Constituição Estadual de 1989, compreende a proteção do meio ambiente em todas as suas modalidades: Flora, Fauna, Poluição, Recursos Hídricos, Mineração, etc.

Em 1993 a Polícia de Proteção Ambiental (CPPA) contava com um efetivo de 91 homens. No dia 04 de março de 1993, foi instalado o 4º Pelotão de Polícia de Proteção Ambiental, sediado na cidade de Joinville - SC.

Através do Decreto nº 3569, de 27 de março de 1993, a CPPA passou a denominar-se Companhia de Polícia de Proteção Ambiental “ Dr. Fritz Müller”, em homenagem ao pai da ecologia catarinense.

No dia 08 de dezembro de 1993, foi instalado o 5º Pelotão de Polícia de Proteção Ambiental, sediado na cidade de Laguna -SC.

No dia 14 de setembro de 1994, foi assinado o Decreto nº4815, pelo Sr. Governador do Estado, cedendo a sede Administrativa do Parque Estadual do Rio Vermelho, localizado em Florianópolis, para que a CPPA pudesse instalar seu novo comando em suas dependências.

No dia 02 de janeiro de 1995, o comando da CPPA instala-se definitivamente no Parque Estadual do Rio Vermelho, passando a Baixada do Maciambú à denominar-se 2º Pelotão de Proteção Ambiental.

Em continuidade ao plano de expansão de Policiamento de Proteção Ambiental, foi implantado na data de 02 de julho de 1995, um grupo de Polícia de Proteção Ambiental (GpPPA) no município de Blumenau - SC, sendo posteriormente, em agosto de 1995, também implantado um GpPPA no município de Rio do Sul.

No dia 17 de março de 1995, formou-se a primeira turma de soldados com Especialização em Policiamento Ambiental formado pela CPPA, sendo que as turmas

anteriores foram formadas pelo 7º Batalhão de Polícia Militar, em 1991, 1993, e no 4º Batalhão de Polícia Militar, em 1992.

Em continuidade ao plano de expansão do Policiamento de Proteção Ambiental, foram criados ainda pelotões ambientais nas cidades de Chapecó, Criciúma, Rio do Sul, Lages, São Miguel do Oeste, Canoinhas e Blumenau.

A CPPA também desenvolve suas atividades em conjunto com outros órgãos como:

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC;
- Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDUMA;
- Fundação do Meio Ambiente - FATMA;
- Parque Cidade das Abelhas - Programa SOS Abelhas .

(Histórico obtido junto à CPPA, 1º Pelotão Ambiental , de Florianópolis, SC).

4.1.2. A Competência da Polícia de Proteção Ambiental:

A competência da Polícia de Proteção Ambiental em fiscalizar e preservar o meio ambiente vem descrita inicialmente na Constituição Federal, onde ela estabeleceu competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, conforme o artigo 23 (CF, 1988), *verbis*:

“Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I -

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora”.

No tocante a capacidade legislativa, a Carta estabeleceu que acerca do Meio Ambiente a União, os Estados e o Distrito Federal legislam concorrentemente:

“Art. 24 - Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I -

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

XI - procedimento em matéria processual;

§4º - A superveniência da lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.”

No capítulo do Meio Ambiente, a Constituição Federal de 1988 reservou o seguinte:

“ Art. 225 - Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe o Poder Público:

.....

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.”

Portanto, em matéria relativa ao Meio Ambiente, a capacidade legislativa é concorrente, com prevalência das normas federais, sendo dever do Poder Público a fiscalização e o controle da preservação do meio ambiente.

Diante desta competência concorrente, a Constituição do Estado de Santa

Catarina determinou a criação na Polícia Militar de órgão especial de Polícia Florestal:

“Art. 182.....

§ 2º - O Estado instituirá, na Polícia Militar, órgão especial de polícia florestal.”

A mesma constituição ainda elencou como competência da Polícia Militar Estadual:

“Art. 107.....

I - exercer a polícia ostensiva relacionadas com:

.....

e) a guarda e a fiscalização das florestas e dos mananciais;

g) a proteção do meio ambiente.”

Neste sentido a Lei de Organização Básica da Polícia Militar, Lei nº 6 217, de 10 de Fevereiro de 1983, com redação alterada pela Lei nº 8 039, de 23 de Julho de 1990, definiu como competência da Polícia de Proteção Ambiental o seguinte:

“Art. 32.....

VIII - Batalhão, Companhia, Pelotão ou Grupo de Polícia Florestal (BPF, CPF, Pel. PF ou Gp PF), que têm ao encargo o policiamento nas áreas de florestas e de mananciais fluviais e lacustres.”

Por sua vez, a Lei 8 039, de 23 de Julho de 1990, criou a Companhia de Polícia Florestal, à época, e estabeleceu quanto a competência:

“Art. 7º - para o exercício de suas competências, no policiamento florestal e de mananciais fluviais e lacustres, a Polícia Militar elaborará plano de atuação, aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo, levando em conta as seguintes prioridades:

I - mananciais;

II - reservas ecológicas municipais, estaduais e federais;

III - parques e áreas de preservação permanente;

IV - reservas indígenas;

V - monumentos paisagísticos;

VI - dunas, rios e lagos.

Parágrafo único - A fiscalização das áreas definidas no "caput" poderá ser feita mediante convênio com órgãos público federais, estaduais e municipais com atuação na preservação do meio ambiente."

Ainda encontramos descrita a competência da Polícia de Proteção Ambiental na Lei Estadual 9.428, de 12 de junho de 1994 - Código Florestal Estadual :

"Art. 6º - São instrumentos da Política Florestal do Estado:

IV - A fiscalização;

Art. 16º - A fiscalização do cumprimento dos dispositivos desta Lei e normas decorrentes será exercida pelos órgãos, entidades governamentais estaduais, vinculados a Secretaria do Estado responsável pela Política Ambiental, especialmente:

I - Da Entidade executora da Política Ambiental Catarinense; e

II - Pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, através da Polícia de Proteção Ambiental."

4.1.3. A Atuação da Polícia de Proteção Ambiental:

À 13 de novembro de 1991 foi sancionada a Lei nº 1 017, que aprovou o Regulamento para atuação do Policiamento Florestal, da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Este regulamento definiu entre as atribuições da Polícia de Proteção Ambiental o seguinte:

"Art. 4º - Além de executar as ações e operações militares, através do

policciamento ostensivo ou de operações específicas, visando a proteção das áreas de preservação ambiental, e zelar pela melhoria do meio ambiente no Estado de Santa Catarina, cabe a Polícia Militar:

I - atuar por iniciativa própria ou mediante solicitação, na esfera de sua competência

.....

III - paralisar e/ou embargar atividades irregulares;

IV - lavrar autos de infração;

V - apreender instrumentos, equipamentos e compostos químicos, utilizados em desacordo com a legislação ambiental;

VI - identificar pessoas, procedendo a busca e o desarmamento nas áreas das operações;

.....

IX - atuar, repressivamente, se for o caso;

XII - estabelecer, em conjunto com os órgãos de meio ambiente do Estado, os locais de atuação das unidades de policiamento ambiental;

.....

XXIII - proteger as florestas, contra a ação predatória do homem, através de meios preventivos, repressivos e educação ecológica;

.....

XXXIV - combater a pesca predatória;

XXXV - exercer a autoridade policial de meio ambiente, nos limites estabelecidos pela legislação vigente e/ou por delegação de órgãos competentes."

4.1.4. A Atuação da Polícia de Proteção Ambiental Através de Convênios:

A Polícia de Proteção Ambiental, tendo em vista a característica multidisciplinar das atividades destinadas à preservação do Meio Ambiente, a necessidade de captar recursos, bem como buscando atuar conjuntamente com outros órgãos cujo fim também é a proteção ambiental, celebra convênios visando basicamente suprir as

deficiências acima citadas, quer seja buscando o apoio técnico-científico e a cooperação dos demais órgãos, quer seja captando recursos a serem aplicados nas atividades de preservação do Meio Ambiente.

Dentre os convênios celebrados pela Polícia de Proteção Ambiental, os mais importantes são os realizados com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - e com a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - FATMA.

No celebrado entre a Polícia de Proteção Ambiental e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - cabe ressaltar os seguintes termos:

“CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo estabelecer um regime de mútua cooperação entre os convenentes, com vistas a execução, no âmbito do Estado de Santa Catarina, de ações fiscalizatórias, voltadas para a preservação e conservação do Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis, de conformidade com o que determinam as Leis nº 4 771, de 15.08.65, 5 197, de 03.01.67, 6 938, de 31.08.81 e Decreto-Lei nº 221, de 28.02.67, cujo plano de trabalho faz parte deste termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Constituem obrigações do IBAMA:

- a. Cooperar técnica e normativamente, com a PMSC/FUMPOM, visando a perfeita execução dos trabalhos de fiscalização de que trata a cláusula primeira do Convênio, devendo inclusive fornecer toda a legislação, assim como expedir normas complementares para a aplicabilidade da*

legislação vigente;

- b. Cooperar com a PMSC/FUMPOM/CPPA, no treinamento do seu pessoal de fiscalização para execução das atividades objeto deste instrumento;*
-

- n. Transferir para o Fundo de Melhorias da Polícia Militar - FUMPOM -, (...), 75% (setenta e cinco por cento) dos recursos efetivamente arrecadados sobre multas aplicadas, decorrentes da execução deste convênio, quando estes ingressarem na conta do IBAMA.*

II - Constituem Obrigações da PMSC/FUMPOM/CPPA:

- a. Promover em cooperação com o IBAMA, o treinamento do Pessoal da fiscalização;*
- b. Concorrer com os recursos humanos e materiais, mantendo inclusive, serviços de unidades descentralizadas, caso necessário seja, para a execução das atividades de fiscalização;*
-

- p. lavrar autos de infração decorrentes de infrações a legislação pertinente ao Meio Ambiente e aos recursos naturais renováveis;”*

No celebrado entre a Polícia de Proteção Ambiental e a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - FATMA - cabe ressaltar os seguintes termos:

“CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio é o estabelecimento de cooperação técnica e financeira entre as partes, voltada a realização de atividade de fiscalização ambiental nas Unidades de Conservação Estaduais administradas pela FATMA, cujas metas estão previstas no Projeto de Recuperação, Conservação e manejo dos recursos naturais em

Microbacias/BIRD e de acordo com o plano de trabalho que integra este instrumento

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA FATMA

A FATMA obrigará-se-á:

- II. Transferir os recursos financeiros necessários a execução do Convênio, conforme a liberação da Secretaria do Estado de Planejamento e Fazenda;*
- III. Propiciar apoio técnico e orientações nas atividades relativas ao Objeto do Convênio.*

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA PMSC

A PMSC obrigará-se-á:

- I. Executar os serviços de fiscalização ambiental, nas áreas abrangidas pelo PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO, PARQUE ESTADUAL DA SERRA FURADA e da RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DE SASSÁFRAS (...);*

.....”

Apesar de todos os benefícios advindos dos convênios realizados com esses órgãos, no que se refere a distribuição de competências nenhum avanço foi conseguido, como podemos demonstrar abaixo, primeiramente no convênio com o IBAMA:

“CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

É facultado ao IBAMA, permanecer executando todas as atividades,

Conservação e manejo dos recursos naturais em Microbacias/BIRD e de acordo com o plano de trabalho que integra este instrumento

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA FATMA

A FATMA obrigará-se-á:

- II. Transferir os recursos financeiros necessários a execução do Convênio, conforme a liberação da Secretaria do Estado de Planejamento e Fazenda;*
- III. Propiciar apoio técnico e orientações nas atividades relativas ao Objeto do Convênio.*

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA PMSC

A PMSC obrigará-se-á:

- I. Executar os serviços de fiscalização ambiental, nas áreas abrangidas pelo PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO, PARQUE ESTADUAL DA SERRA FURADA e da RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DE SASSÁFRAS (...);*

.....”
 Apesar de todos os benefícios advindos dos convênios realizados com esses órgãos, no que se refere a distribuição de competências nenhum avanço foi conseguido, como podemos demonstrar abaixo, primeiramente no convênio com o IBAMA:

“CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

É facultado ao IBAMA, permanecer executando todas as atividades, podendo para tanto, atuar independentemente, conjuntamente, complementarmente ou supletivamente, em relação ao Trabalho

podendo para tanto, atuar independentemente, conjuntamente, complementarmente ou supletivamente, em relação ao trabalho desempenhado pela PMSC/FUMPOM/CPPA, a seu exclusivo critério e em conformidade com os termos deste convênio e a legislação Federal.” (*grifo nosso*)

E no convênio com a FATMA:

“CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA PMSC’

A PMSC obrigará-se-á:

II. Exercer as atividades de fiscalização da flora, fauna e recursos naturais em geral, nas unidades de conservação contemplados pelo projeto Micribacias/BIRD, de forma isolada ou juntamente com o pessoal de fiscalização da FATMA.” (*grifo nosso*)

4.2. Estrutura organizacional, Atividades desenvolvidas e Instrução dos PMs:

4.2.1. estrutura Organizacional da CPPA:

A estrutura organizacional da CPPA está assim dividida:

Comandante da CPPA, ao qual estão subordinados o setor de Ajudância, o GEA - Grupo de estudos Ambientais, o Sub-Comandante da CPPA e os 12 Pelotões Ambientais do Estado de Santa Catarina.

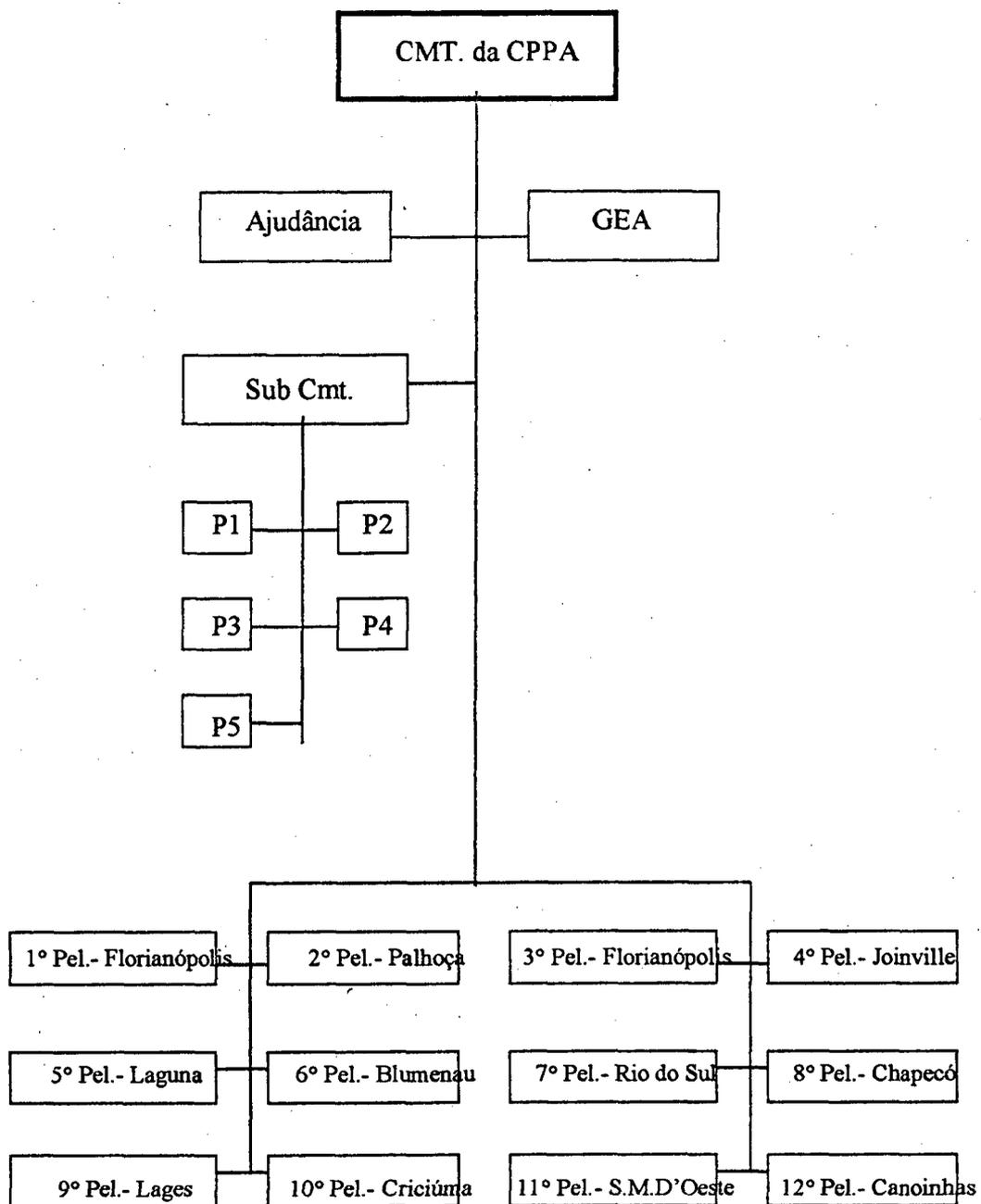
Ao Sub-Comandante da CPPA está a responsabilidade dos setores: P1 - setor de pessoal; P2 - setor de investigação (existente apenas no papel); P3 - setor de instrução; P4 - setor de logística e P5 - setor de relações públicas (existente apenas no papel).

Todos estes setores e comandos localizam-se na sede da CPPA, situada no Parque Florestal do Rio Vermelho, em Florianópolis, Ilha de Santa Catarina.

A CPPA contém 12 Pelotões, dos quais, o 1º Pelotão, de Florianópolis, encontra-se instalado junto a sede da CPPA. Além deste, existem Pelotões Ambientais da Polícia Militar também nas cidades de: Palhoça (2º); Florianópolis (3º - aquático); Joinville (4º); Laguna (5º); Blumenau (6º); Rio do Sul (7º); Chapecó (8º); Lages (9º); Criciúma (10º); São Miguel do Oeste (11º) e Canoinhas (12º).

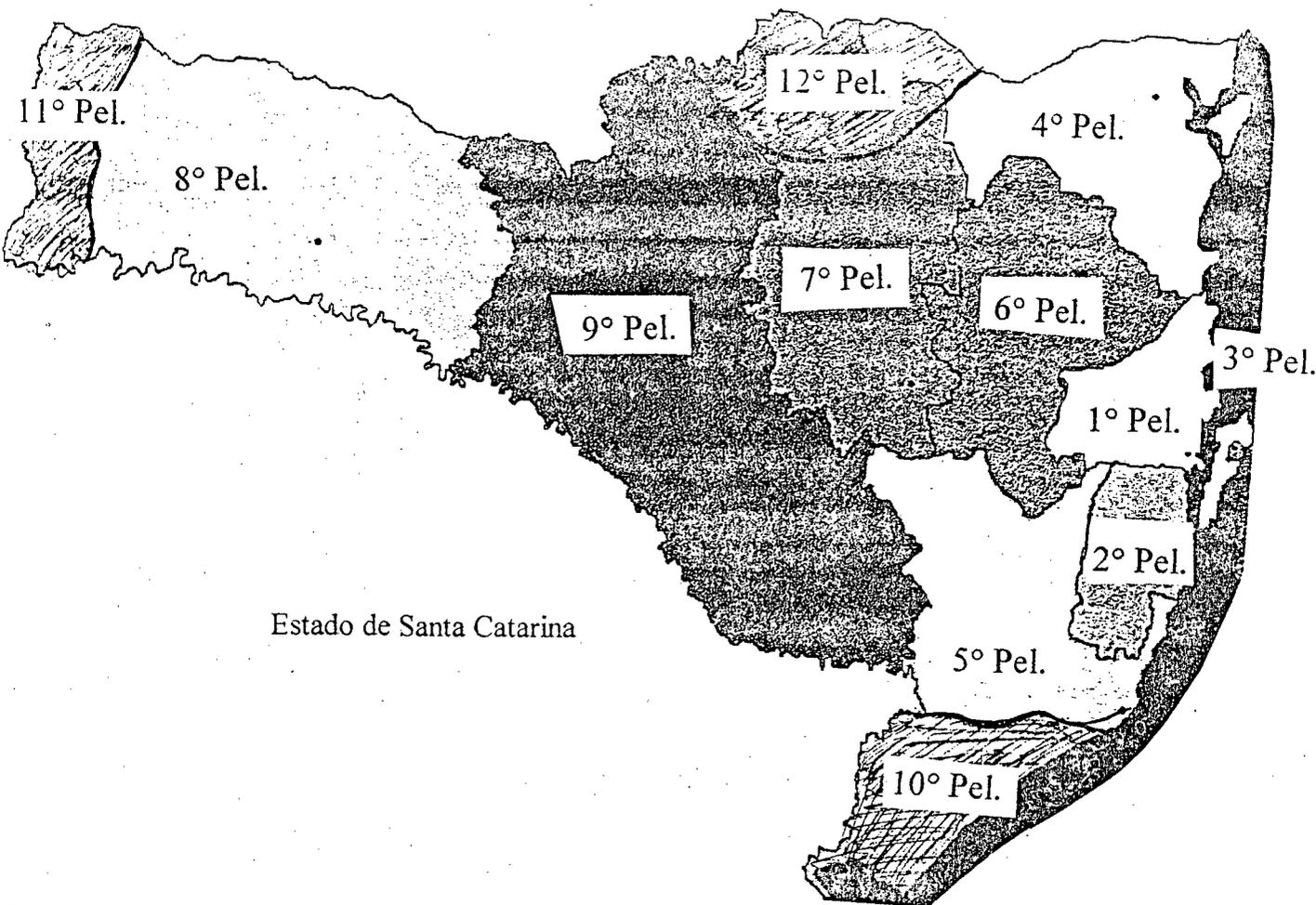
À seguir, temos o organograma da CPPA:

Fig. 1 : Organograma da CPPA - PMSC :



FONTE : CPPA - PMSC, 1999.

Fig. 2 : Distribuição Geográfica dos Pelotões da CPPA no Estado de Santa Catarina, com respectivos efetivos:



Legenda:

1° Florianópolis - 37 PMs

2° Palhoça - 39 PMs

3° Florianópolis - 32 PMs

4° Joinville - 41 PMs

5° Laguna - 30 PMs

6° Blumenau - 18 PMs

7° Rio do Sul - 10 PMs

8° Chapecó - 15 PMs

9° Lages - 20 PMs

10° Criciúma - 25 PMs

11° São M. D'Oeste - 20 PMs

12° Canoinhas - 22 PMs

FONTE : CPPA - PMSC, 1999.

4.2.2. Atividades Desenvolvidas pela CPPA:

A Companhia de Polícia de Proteção Ambiental - CPPA, desenvolve atividades de preservação e fiscalização do meio ambiente, no Estado de Santa Catarina, que são registradas em relatórios, contendo as apreensões, as ocorrências comuns, os municípios vistoriados, entre outros.

Cada relatório contém 3 tabelas de resultados de atividades referentes à : ocorrências / atendimentos, análise de tropa e análise operacional. Os resultados são dados por cada pelotão.

A pesquisa dessa Dissertação foi feita em cima dos resultados de atividades da CPPA, dos anos de 1998 e 1º semestre de 1999, por conterem dados mais atuais das atividades exercidas. Assim sendo, são mostradas à seguir, as tabelas dos relatórios de 1998 e primeiro semestre de 1999, sendo que no ano de 1998, a CPPA continha apenas 9 Pelotões, e em 1999, já conta com 12 Pelotões espalhados pelo Estado.

4.2.2.1. Relatório de Atividades da CPPA por Pelotão, referente ao Ano de 1998 :

4.2.2.1.1. Ocorrências / Atendimentos por Pelotão:

Tabela 1: Ocorrências / atendimentos por pelotão:

ATENDIMENTOS										
ITEM	UN MED	1º Pel	2º Pel	3º Pel	4º Pel	5º Pel	6º Pel	7º Pel	8º Pel	9º Pel
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	un. atend	326	364	29	100	88	92	536	1396	3948
FLORA	un. atend	505	187	89	942	91	1289	146	200	632
FAUNA	un. atend	390	99	7	517	81	785	150	44	514
PESCA	un. atend	36	18	384	239	122	41	46	61	128
MINERAÇÃO	un. atend	126	72	22	103	27	147	127	4	24
POLUIÇÃO AMBIENTAL	un. atend	74	84	1	25	23	166	36	33	34
INCÊNDIO FLORESTAL	un. atend	23	10	3	0	4	6	0	0	2
SOS ABELHA	un. atend	393	0	0	0	0	0	0	2	2
OUTROS	un. atend	96	189	67	198	101	544	119	51	182
TOTAL		1969	1023	602	2124	537	3070	1160	1791	5466

FONTE : CPPA - PMSC, 1999.

Na tabela anterior, são mostrados os tipos de ocorrências atendidas pela CPPA, em cada Pelotão. São elas:

- Educação Ambiental : referente ao número de cursos, palestras, gincanas, atividades, oferecidas pelos policiais ambientais à população;
- Flora, fauna, pesca, mineração, poluição ambiental : referentes à denúncias de crimes ambientais contra a natureza; apreensões de materiais utilizados para atividades indevidas;
- Incêndio florestal : referente às denúncias de focos de incêndio;
- SOS abelha : referente à solicitações de auxílio de captura de abelhas, por parte da população;
- Outros : referente à outros tipos de auxílio que a população solicita aos PMs, como por exemplo, ajuda na captura de um animal de estimação que caiu em um buraco, ajuda na remoção de veículo que atolou na lama ou que tombou em acidente, entre outros.

4.2.2.1.2. Análise de Tropa por Pelotão:

Tabela 2 : Análise de tropa por pelotão:

ANÁLISE TROPA										
ITEM	UN MED	1º Pel	2º Pel	3º Pel	4º Pel	5º Pel	6º Pel	7º Pel	8º Pel	9º Pel
CURSO/ESTÁGIO/PALESTRA	UN	0	8	0	8	18	29	0	10	4
PARTICIPANTES/CURSO/EST	UN	0	50	0	33	14	34	9	18	9

FONTE : CPPA - PMSC, 1999.

A tabela anterior, refere-se a análise de tropa de policiais. Esta análise mostra o número de cursos, palestras, estágios, oferecidos aos policiais militares ambientais, por

cada pelotão. Além disso, mostra também o número de policiais que participam de tais cursos, palestras, estágios, por cada pelotão.

4.2.2.1.3. Análise Operacional por Pelotão:

Tabela 3 : Análise operacional por pelotão:

ANALISE OPERACIONAL										
ITEM	UN MED	1° Pel	2° Pel	3° Pel	4° Pel	5° Pel	6° Pel	7° Pel	8° Pel	9° Pel
ATENDIMENTOS REALIZADOS	un	1425	956	500	1901	499	3070	521	1680	1932
MUNICÍPIOS VISTORIADOS	un	40	62	13	129	71	137	439	186	61
BOA - CPPA	un.BOA	214	117	69	294	30	742	99	150	92
AUTOS INFRAÇÃO - IBAMA	un.AI	45	30	29	118	26	84	56	115	38
APREENSÕES/DEPÓSITOS	un.termo	88	30	49	181	15	625	135	135	84
SOLTURAS	un.termo	8	2	2	13	4	334	130	11	13
DOAÇÕES	un.termo	71	3	19	59	6	63	2	18	4
EMBARGO/INTERDIÇÃO	un.termo	25	36	3	146	7	36	7	18	49
PESSOAS CONDUZIDAS	un	27	18	0	72	9	92	24	19	28
PESSOAS ATEND. ED AMB.	un	21372	1989	478	55015	1690	2457	3532	7933	10508

FONTE : CPPA - PMSC, 1999.

Esta tabela refere-se às operações, serviços executados pela PM Ambiental.

Entre os itens, temos:

- Atendimentos realizados : referente ao número total de atendimentos realizados, sejam ocorrências, palestras, entre outros;
- Municípios vistoriados : referente à vistoria de municípios da jurisdição dos pelotões;
- BOA - CPPA : referente ao número de Boletins de Ocorrências Ambientais (BOA) expedidos pela CPPA;
- Autos infração - IBAMA : referente às autuações remetidas ao IBAMA;
- Apreensões / Depósitos : referente ao número de apreensões;
- Solturas : referente ao número de soltura de animais silvestres;
- Doações : referente ao número de doações de material apreendido em

operações;

- Embargo / Interdição : referente ao número de embargos efetuados pela CPPA;

- Pessoas conduzidas : referente ao número de prisões efetuadas;

- Pessoas atendidas em educação ambiental : referente ao número de pessoas da população que participam das atividades, cursos, palestras, oferecidas pelos PMs.

4.2.2.2. Relatório de Atividades da CPPA por Pelotão, referente ao 1º Semestre de 1999:

4.2.2.2.1. Ocorrências / Atendimentos por Pelotão:

Tabela 4 : Ocorrências / atendimentos por pelotão:

ATENDIMENTOS														
ITEM	UN MED	1º Pel	2º Pel	3º Pel	4º Pel	5º Pel	6º Pel	7º Pel	8º Pel	9º Pel	10º Pel	11º Pel	12º Pel	CPPA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	un. atenc	4823	149	137	50	139	115	800	50	3136	151	192	33	9775
FLORA	un. atenc	230	288	1	616	33	1038	81	39	280	39	15	52	2712
FAUNA	un. atenc	109	138	1	285	20	454	77	76	273	26	24	96	1579
PESCA	un. atenc	39	65	363	239	86	92	26	43	72	8	9	6	1048
MINERAÇÃO	un. atenc	77	51	0	52	5	61	0	0	11	10	5	1	273
POLUIÇÃO AMBIENTAL	un. atenc	37	30	0	36	9	166	34	41	19	14	29	30	445
INCÊNDIO FLORESTAL	un. atenc	10	19	3	1	3	4	0	0	0	0	0	0	40
SOS ABELHA	un. atenc	660	1	0	3	0	0	0	0	0	3	0	26	693
OUTROS	un. atenc	95	129	0	87	36	250	82	18	204	0	3	8	912
TOTAL		6080	870	505	1369	331	2180	1100	267	3995	251	277	252	17477

FONTE : CPPA - PMSC, 1999.

Na tabela acima, são mostrados os tipos de ocorrências atendidas pela CPPA, em cada Pelotão. São elas:

- Educação Ambiental : referente ao número de cursos, palestras, gincanas, atividades, oferecidas pelos policiais ambientais à população;

- Flora, fauna, pesca, mineração, poluição ambiental : referentes à denúncias de crimes ambientais contra a natureza; apreensões de materiais utilizados para atividades indevidas;

- Incêndio florestal : referente às denúncias de focos de incêndio;
- SOS abelha : referente à solicitações de auxílio de captura de abelhas, por parte da população;
- Outros : referente à outros tipos de auxílio que a população solicita aos PMs, como por exemplo, ajuda na captura de um animal de estimação que caiu em um buraco, ajuda na remoção de veículo que atolou na lama ou que tombou em acidente, entre outros.

4.2.2.2.2. Análise de Tropa por Pelotão:

Tabela 5 : Análise de tropa por pelotão:

ANÁLISE TROPA														
ITEM	UN MED	1° Pel	2° Pel	3° Pel	4° Pel	5° Pel	6° Pel	7° Pel	8° Pel	9° Pel	10°Pel	11°Pel	12°Pel	CPPA
CURSO/EST./PALESTRA	UN	15	2	0	5	2	18	0	30	4	0	9	2	87
PARTIC/CURSO/EST	UN	7	4	0	35	0	63	0	15	12	0	32	5	173

FONTE : CPPA - PMSC, 1999.

A tabela anterior, refere-se a análise de tropa de policiais. Esta análise mostra o número de cursos, palestras, estágios, oferecidos aos policiais militares ambientais, por cada pelotão. Além disso, mostra também o número de policiais que participam de tais cursos, palestras, estágios, por cada pelotão.

4.2.2.2.3. Análise Operacional por Pelotão:

Tabela 6 : Análise operacional por pelotão:

ANÁLISE OPERACIONAL														
ITEM	UN MED	1º Pel	2º Pel	3º Pel	4º Pel	5º Pel	6º Pel	7º Pel	8º Pel	9º Pel	10º Pel	11º Pel	12º Pel	CPPA
ATENDIMENTO REALIZADO	un	1447	771	394	1123	344	2180	531	298	2130	37	98	221	9574
MUNICÍPIOS VITORIADOS	un	72	54	20	96	56	118	544	217	46	34	45	58	1360
BOA - CPPA	un.BOA	96	60	9	194	83	392	65	64	64	33	41	160	1261
AUTOS INFRAÇÃO - IBAMA	un.AI	54	10	24	84	15	23	25	35	13	37	0	0	320
APREENSÕES/DEPÓSITOS	un.termc	52	30	32	120	16	248	80	35	69	23	27	56	788
SOLTURAS	un.termc	4	0	0	7	0	12	2	1	1	0	3	0	30
DOAÇÕES	un.termc	7	7	4	223	11	14	0	0	8	2	0	8	284
EMBARGO/INTERDIÇÃO	un.termc	4	0	0	41	0	18	1	5	12	48	8	1	138
PESSOAS CONDUZIDAS	un	47	20	0	67	2	64	2	5	0	8	8	1	224
PESSOAS ATEND. ED AMB.	un	8576	1321	352	2477	1773	3815	2967	7340	4036	535	5328	5262	43782

FONTE : CPPA - PMSC, 1999.

Esta tabela refere-se às operações, serviços executados pela PM Ambiental.

Entre os itens, temos:

- Atendimentos realizados : referente ao número total de atendimentos realizados, sejam ocorrências, palestras, entre outros;
- Municípios vistoriados : referente à vistoria de municípios da jurisdição dos pelotões;
- BOA - CPPA : referente ao número de Boletins de Ocorrências Ambientais (BOA) expedidos pela CPPA;
- Autos infração - IBAMA : referente às autuações remetidas ao IBAMA;
- Apreensões / Depósitos : referente ao número de apreensões;
- Solturas : referente ao número de soltura de animais silvestres;
- Doações : referente ao número de doações de material apreendido em operações;

- Embargo / Interdição : referente ao número de embargos efetuados pela CPPA;

- Pessoas conduzidas : referente ao número de prisões efetuadas;

- Pessoas atendidas em educação ambiental : referente ao número de pessoas da população que participam das atividades, cursos, palestras, oferecidas pelos PMs.

4.2.3. Instrução dos Policiais Militares Ambientais:

Por ser uma Unidade da PMSC, a CPPA obedece o sistema de Ensino da Polícia Militar, que é o seguinte:

Art. 1º. A Polícia Militar mantém um sistema de Ensino próprio, denominado Ensino Policial Militar, com a finalidade de propiciar ao pessoal da ativa, a necessária habilitação para o exercício dos cargos e funções previstas na Corporação.

Parágrafo único - A Diretoria de Instrução e Ensino (DIE), é o órgão de Direção Setorial do Sistema de Ensino da PMSC, incumbido da pesquisa, do planejamento, da coordenação da supervisão do controle e da avaliação das atividades de ensino referentes ao Ensino Policial Militar e Ensino de 1º e 2º graus.

Art. 2º.

Parágrafo único - Consideram-se também, atividades de ensino, os cursos e estágios julgados de interesse da Corporação, realizados por integrantes da PMSC em outras organizações militares, policiais militares ou civis, nacionais ou estrangeiras.

Art. 3º. O Ensino Policial Militar abrange as áreas de ensino fundamental, instrumental e profissional, compreendendo três níveis : básico, médio e superior.

1º - O Ensino Policial Militar de nível básico visa habilitar Cabos e Soldados para desempenharem funções específicas e é constituído pelos cursos de formação,

extensão e especialização de Cabos e Soldados.

2º - O Ensino Policial Militar de nível médio, visa habilitar Sargentos e Subtenentes para ocuparem cargos e desempenharem funções específicas, sendo constituído de dois ciclos:

I - primeiro ciclo : Cursos de Formação;

II - segundo ciclo : Cursos de Aperfeiçoamento.

3º - O Ensino Policial Militar de nível superior, visa habilitar oficiais para ocuparem cargos e desempenharem funções próprias, constituindo-se de três ciclos:

I - primeiro ciclo : Curso de Formação de Oficiais;

II - segundo ciclo : Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais para Capitães;

III - terceiro ciclo : Curso Superior de Polícia Militar para Majores e Tenentes Coronéis.

Todos os níveis de Ensino dentro da Corporação possuem uma disciplina dedicada ao Meio Ambiente, tanto o nível básico e médio, quanto o superior.

O nível básico, relacionado ao Curso de Formação de Soldados 'policial militar' e 'bombeiro militar', é composto por uma carga horária de 1.590 horas/aula, sendo que destas, apenas 30 horas/ aula são dedicadas ao estudo do meio ambiente, através da Disciplina "Direito Ambiental". (Vide Anexo 2).

O nível médio, relacionado ao Curso de Formação de Sargentos 'policial militar' e 'bombeiro militar', é composto por uma carga horária de 2.925 horas/aula, sendo que destas, apenas 30 horas/aula são dedicadas ao estudo do meio ambiente, através da Disciplina "Direito Ambiental" (Vide Anexo 3).

O nível médio, relacionado ao Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos 'policial militar' e 'bombeiro militar', é composto por uma carga horária de 810

horas/aula, sendo que destas, apenas 30 horas/aula são dedicadas ao estudo do meio ambiente, através da Disciplina “Direito Ambiental” (Vide Anexo 4).

O nível superior, relacionado ao Curso de Formação de Oficiais, é composto por uma carga horária de 5.400 horas/aula, sendo que destas, apenas 30 horas/aula são dedicadas ao estudo do meio ambiente, através da Disciplina “Direito Ambiental” (Vide Anexo 5).

O nível superior, relacionado ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, é composto por uma carga horária de 805 horas/aula, sendo que destas, apenas 35 horas/aula são dedicadas ao estudo do meio ambiente, através da Disciplina “Atividade de Polícia Ambiental” (Vide Anexo 6).

O nível superior, relacionado ao Curso Superior de Polícia Militar, é composto por uma carga horária de 941 horas/aula, sendo que destas, apenas 10 horas/aula são dedicadas ao estudo do meio ambiente, através da Disciplina “Atividade de Polícia Ambiental” (Vide Anexo 7).

Além dos Cursos acima citados, a Polícia Militar conta também com a Instrução Modular, realizada anualmente, destinada à avaliar os conhecimentos técnicos profissionais de todos os seus ‘praças’ (subtenentes, 1º sargento, 2º sargento, 3º sargento, cabo e soldado). Esta Instrução Modular é composta de 11 módulos para praças policiais militares e de 14 módulos para praças bombeiros militares, sendo que nenhum destes módulos é destinado ao estudo da proteção e fiscalização do meio ambiente (Vide Anexo 8).

Em referência aos cursos de formação e de aperfeiçoamento, sejam de oficiais ou de praças, citados anteriormente, os cursos de formação são destinados ao ingresso na Corporação, e os de aperfeiçoamento e superior, são destinados a possibilitar à estes profissionais a ascensão dentro da carreira hierárquica da Polícia Militar.

Vale ressaltar que estes cursos são oferecidos conforme o número de vagas

existentes na Corporação, podendo os mesmos existirem anualmente ou não. Além disso, não são oferecidos aos oficiais, cursos anuais como os de Instrução Modular, destinados aos praças militares. Se os oficiais quiserem se aperfeiçoar, terão que buscar estudos na iniciativa privada.

PARTE II : *Estudo Analítico*

Capítulo 5

Estudo Analítico

Capítulo 5 : ESTUDO ANALÍTICO

A segunda parte desta dissertação diz respeito à parte prática, analítica, onde são mostrados os resultados obtidos no estudo, bem como suas análises e amostra utilizada para o trabalho.

5.1. Amostra utilizada no estudo:

O presente estudo contou com uma amostra de 136 policiais militares ambientais, que trabalham nos pelotões ambientais de Santa Catarina, mais especificamente o 1º Pelotão de Florianópolis, 2º Pelotão de Palhoça e outros policiais ambientais de pelotões do interior do estado.

5.2. metodologia de Trabalho:

A metodologia seguida foi a da pesquisa qualitativa, com elaboração de um questionário semi-estruturado. Inicialmente foram feitas consultas à bibliografias relacionadas ao tema “homem, meio ambiente e organizações”, as quais permitiram a realização da primeira parte da dissertação, ‘estudo conceitual’.

Num segundo momento foi feito um ‘estudo analítico’ ou ‘estudo de campo’ que foi realizado em duas etapas. Na primeira etapa coletou-se dados e informações, junto aos pelotões ambientais de Santa Catarina, a fim de verificar as atividades prestadas, e instruções dos policiais que trabalham com a questão do meio ambiente. Com base nos dados e informações realizou-se posteriormente, uma análise da situação atual da Polícia Ambiental do Estado. Para esta análise foram feitos gráficos, mostrando os resultados, para uma melhor visualização e entendimento.

Os dados coletados referem-se ao ano de 1998 e primeiro semestre de 1999. Escolheu-se estes períodos por serem mais atuais e demonstrarem realmente a situação atual da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina.

Numa segunda etapa, foi aplicado um questionário (vide anexo 9) para parte dos policiais militares ambientais do Estado. Este questionário continha 10 questões para serem respondidas pelos policiais, sendo que tais questões referiam-se ao trabalho realizado por eles. Realizou-se esta segunda etapa para verificar o que os policiais acham de seu trabalho, o que falta para melhorá-lo, o que estes sugerem, ou se está tudo bem atualmente.

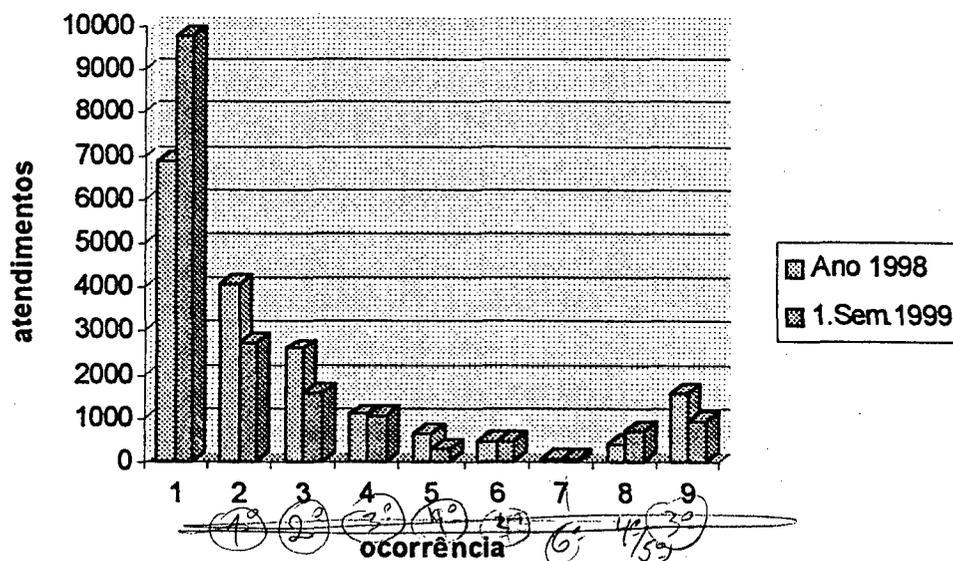
À seguir são mostrados os dados obtidos junto à Polícia Militar Ambiental, com suas respectivas análises, e posteriormente, os resultados de cada uma das 10 questões do questionário aplicado, bem como cada uma das suas análises.

5.3. ETAPA 1 : Análise dos Relatórios de Atividades da CPPA:

5.3.1. Análise das Ocorrências / Atendimentos, referente ao ano de 1998 e 1º

Semestre de 1999:

Gráfico 1 : Ocorrências / atendimentos durante 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE : CPPA - PMSC, 1999).

- 1 = educação ambiental (6.879 em 1998; 9.775 em 1999);
- 2 = flora (4.081 em 1998; 2.712 em 1999);
- 3 = fauna (2.587 em 1998; 1.579 em 1999);
- 4 = pesca (1.075 em 1998; 1.048 em 1999);
- 5 = mineração (652 em 1998; 273 em 1999);
- 6 = poluição ambiental (476 em 1998; 445 em 1999);
- 7 = incêndio florestal (48 em 1998; 40 em 1999);
- 8 = sos abelhas (397 em 1998; 693 em 1999);
- 9 = outros (1.547 em 1998; 912 em 1999).

Observando-se o gráfico acima, referente às ocorrências e atendimentos da CPPA, no ano de 1998 e 1º Semestre de 1999, podemos observar que o item de maior

atendimento foi o da 'educação ambiental', o que quer dizer que os policiais prestaram bastante serviço à comunidade, através de cursos, palestras, gincanas educacionais. Nota-se também, que o atendimento realizado apenas no 1º semestre de 1999 já superou o do ano de 1998, com 9775 atendimentos neste 1º semestre de 1999, em contraste com 6879 durante o ano de 1998, o que deu uma variação de cerca de 3000 a mais em 1999, apenas na primeira metade deste ano.

À segunda maior ocorrência foi referente à flora (desmatamento), na qual os atendimentos no 1º semestre de 1999 (2.712), estão quase atingindo a margem do ano anterior, ou seja 4.081 atendimentos; assim como também a fauna, terceira maior ocorrência, que em 1998 teve 2.587 atendimentos e em 1999, cerca de 1.579.

Os atendimentos relativos à pesca estão quase ultrapassando o valor de 1.075, do ano de 1998, com 1048 em 1999. A mineração, que no ano passado atingiu 652 ocorrências, como pode-se observar no gráfico, neste meio ano de 1999, atingiu apenas 273 atendimentos. A poluição ambiental encontra-se em situação semelhante a da pesca, quase igualando o valor de 1998, igual a 476 (em 1999, 1º semestre, a CPPA atendeu 445 ocorrências). Este valor tende a aumentar mais no 2º semestre do corrente ano, aumentando os atendimentos ligados à poluição ambiental e à pesca. Assim, como a pesca e a poluição ambiental, o número de incêndios florestais também está quase se igualando ao número do ano passado que era de 48, e até junho de 1999 estava na marca de 40.

As ocorrências referentes ao SOS Abelhas cresceu bem mais que em 98, quando atingiu ao longo do ano, 397 atendimentos e no 1º semestre de 99, já está com quase o dobro de ocorrências do ano passado, igual a 693.

Outros tipos de ocorrências atingiram 1.557 atendimentos em 1998, e de janeiro a junho de 1999, já atingia 912 atendimentos, tendendo a ultrapassar a marca de 1998.

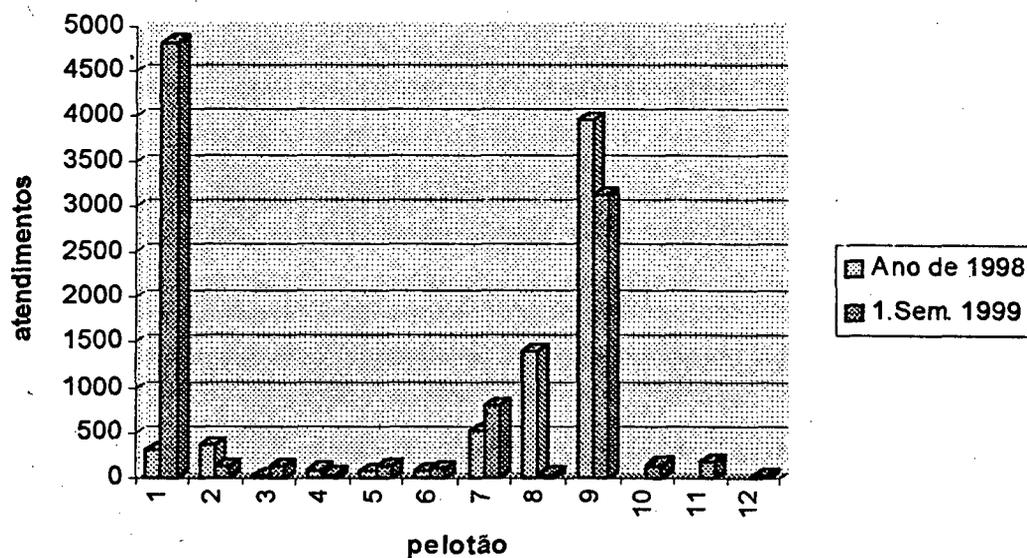
Vale a pena ressaltar que apenas neste 1º semestre de 1999, a CPPA atendeu à 17.477 ocorrências ligadas aos itens anteriores (fauna, flora, pesca, ...) e que este número em 1998, durante todo o ano foi igual à 17.742.

A partir destes valores gerais, podemos verificar que o número de ocorrências e trabalhos da CPPA aumentou muito, pois em apenas meio ano (1999) o número de atendimento já está praticamente igual ao valor do ano inteiro de 1998.

5.3.2. Análise dos tipos de ocorrência por cada pelotão:

5.3.2.1. Educação ambiental / Pelotão:

Gráfico 2 : Educação ambiental / Pelotão - ano de 1998 e 1º sem. de 1999:



(FONTE : CPPA - PMSC, 1999).

1º Pel. - Florianópolis (326 em 1998; 4823 em 1999);
 2º Pel. - Palhoça (364 em 1998; 149 em 1999);

3º Pel. - Florianópolis	(29 em 1998; 137 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(100 em 1998; 50 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(88 em 1998; 139 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(92 em 1998; 115 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(536 em 1998; 800 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(1396 em 1998; 50 em 1999);
9º Pel. - Lages	(3948 em 1998; 3136 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(151 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(192 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(33 em 1999).

Observando-se o gráfico anterior, verifica-se primeiramente, o destaque de quatro pelotões, no que se refere à educação ambiental. O 9º Pelotão, de Lages, destacou-se tanto em 1998 (por ser o que mais atividades 'atendeu'), quanto no 1º semestre de 1999, apesar de um leve declínio.

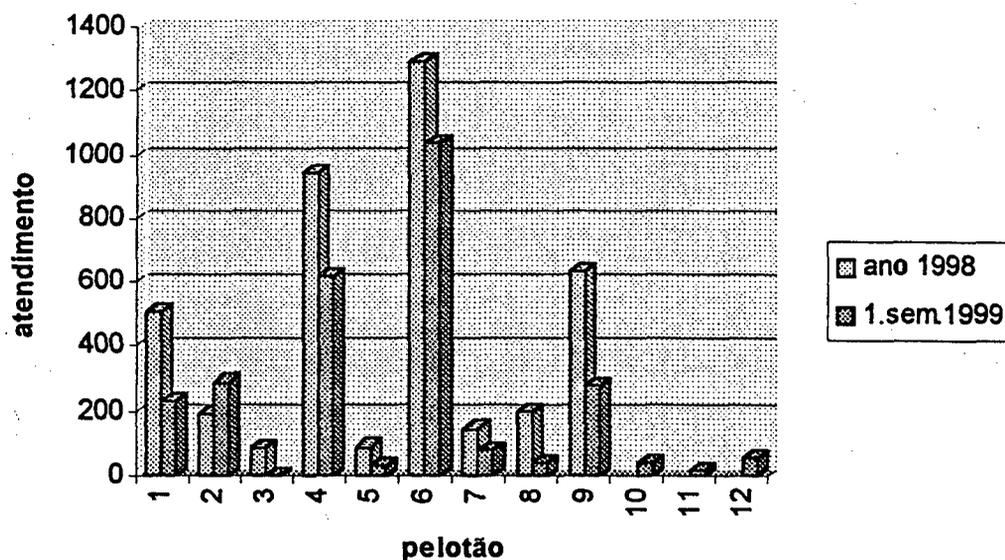
Além disso, o que chama mais a atenção, é a disparada do 1º Pelotão , de Florianópolis, que em 1998, atendeu cerca de 326 ocorrências de educação ambiental, e apenas na primeira metade do ano de 1999, já supera os demais pelotões, com 4823 atendimentos à comunidade.

Já o 8º Pelotão, de Chapecó, que em 1998 ocupava o segundo lugar, decaiu muito no número de ocorrências, passando de 1396 para apenas 50, no 1º semestre de 1999. Rio do Sul, 7º Pelotão, também teve relativo número de atividades relacionadas à educação ambiental para a população, aumentando de cerca de 500, em 1998, para 800, em 1999.

Os demais pelotões tiveram menos de 200 ocorrências, mas a maioria aumentou seu número neste início do ano de 1999. Dos últimos três Pelotões, 10º, 11º e 12º , criados em 1999, o que menos atendeu à este item foi o 12º Pelotão, de Canoinhas.

5.3.2.2. Flora / Pelotão:

Gráfico 3 : Flora / Pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE: CPPA - PMSC, 1999).

1º Pel. - Florianópolis	(505 em 1998; 230 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(187 em 1998; 288 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(89 em 1998; 01 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(942 em 1998; 616 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(91 em 1998; 33 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(1289 em 1998; 1038 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(146 em 1998; 81 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(200 em 1998; 39 em 1999);
9º Pel. - Lages	(632 em 1998; 280 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(39 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(15 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(52 em 1999).

Na questão referente à flora, nenhum dos pelotões, no 1º semestre de 1999, teve mais atendimentos à flora que no ano de 1998, com exceção do 2º pelotão, de Palhoça.

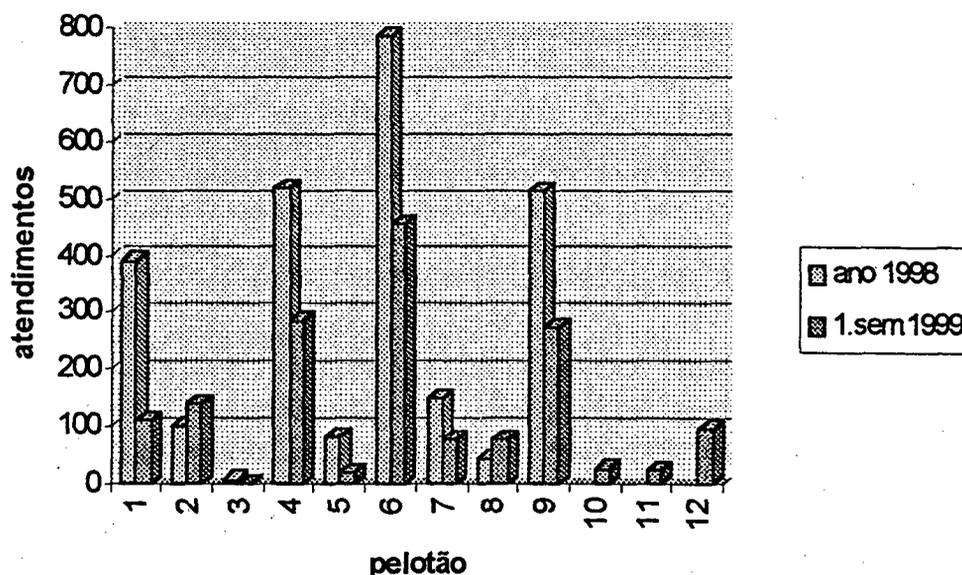
Porém, este número pode ser alterado, uma vez que os dados referem-se apenas ao primeiro semestre de 1999.

Analisando-se o gráfico, pode-se constatar que o 6º Pelotão (Blumenau) foi o que mais atendeu ocorrências ligadas à flora, seguindo-se do 4º Pelotão (Joinville), que faz parte da mesma região catarinense. Destaque também para Lages, 9º Pelotão, e Florianópolis, 1º Pelotão.

Isto demonstra que seria interessante um maior cuidado e divulgação dos números de atendimentos para a população, a fim destes ajudarem a preservar bem mais a natureza destas regiões. Outro ponto importante para se destacar, é que o 1º e 9º Pelotões são os que mais se destacam em educação ambiental e, portanto não deveriam se sobressair nos demais itens.

5.3.2.3. Fauna / Pelotão :

Gráfico 4 : Fauna / Pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE: CPPA - PMSC, 1999)

1º Pel. - Florianópolis	(390 em 1998; 109 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(99 em 1998; 138 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(07 em 1998; 01 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(517 em 1998; 285 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(81 em 1998; 20 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(785 em 1998; 454 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(150 em 1998; 77 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(44 em 1998; 76 em 1999);
9º Pel. - Lages	(514 em 1998; 273 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(26 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(24 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(96 em 1999).

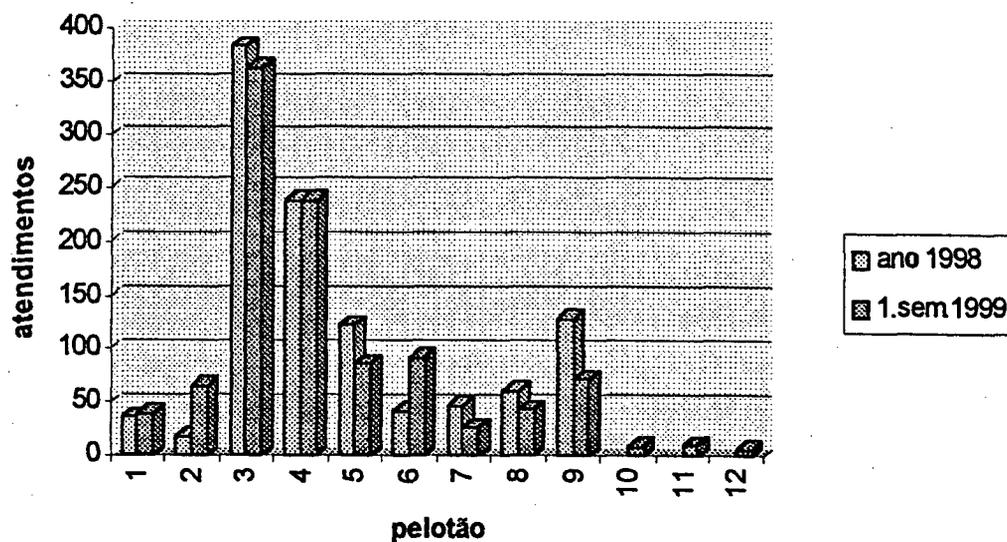
Ao observarmos o gráfico anterior, referente à fauna, verifica-se que este gráfico se assemelha muito com o relacionado à flora, analisado anteriormente. Verifica-se que os pelotões que mais atenderam ocorrências ligadas à fauna foram também o 6º, de Blumenau, o 4º (Joinville), o 9º (Lages) e o 1º (Florianópolis), assim como ocorrido com a flora. Isto porque, quando degradamos a flora, a fauna tende a ficar fragilizada, correndo riscos de também desaparecer.

Entretanto, os números mostram que as maiores ocorrências se deram no ano de 1998, sendo um pouco menores no 1º semestre de 1999, e podendo não aumentar tanto até o final do ano, ou ultrapassar muito a marca de 1998.

Quanto aos 2º e 8º Pelotão, Palhoça e Chapecó, respectivamente, estes obtiveram resultados maiores no 1º semestre de 1999. E entre os três últimos pelotões, criados em 1999, sobressai o 12º, Canoinhas, com maior número de atendimentos (96) que os outros dois.

5.3.2.4. Pesca / Pelotão:

Gráfico 5 : Pesca / Pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE: CPPA - PMSC, 1999)

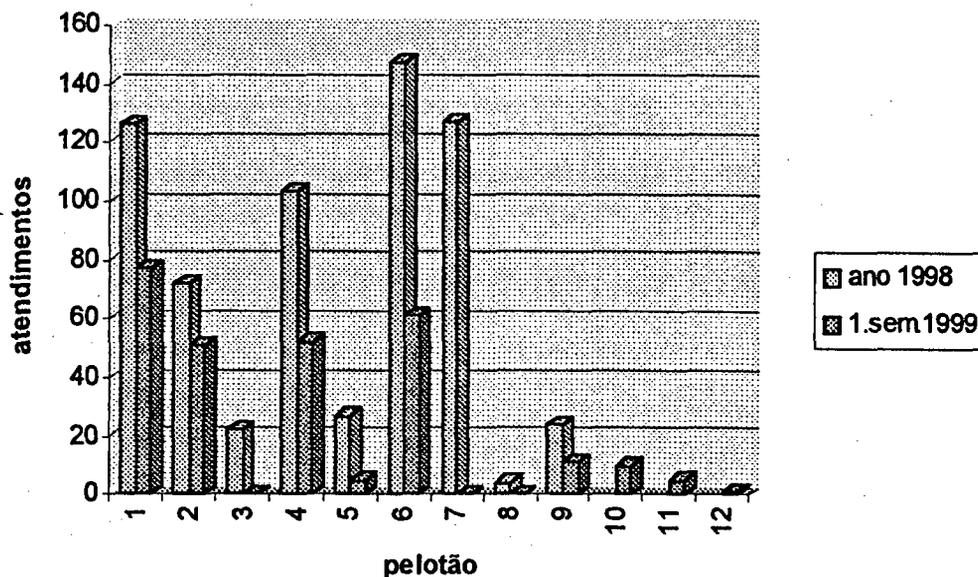
1º Pel. - Florianópolis	(36 em 1998; 39 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(18 em 1998; 65 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(384 em 1998; 363 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(239 em 1998; 239 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(122 em 1998; 86 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(41 em 1998; 92 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(46 em 1998; 26 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(61 em 1998; 43 em 1999);
9º Pel. - Lages	(128 em 1998; 72 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(08 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(09 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(06 em 1999).

Referente à pesca, ao analisarmos o gráfico, verificamos que a maior quantidade de atendimentos se dá principalmente no litoral, jurisdição do 1º Pelotão (de Florianópolis), que é responsável pela fiscalização aquática. Há de se considerar que o número de atendimentos do 1º semestre de 1999 quase já atingiu a marca de 1998, tendendo a aumentar as ocorrências até o final do ano de 1999.

O 4º Pelotão (Joinville) também teve muitos casos relacionados à pesca, e já igualou o número de ocorrências ao ano de 1998, com 239 atendimentos. Os demais pelotões não registraram maior pico em 1999.

5.3.2.5. Mineração / Pelotão:

Gráfico 6 : Mineração / Pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE: CPPA -PMSC, 1999).

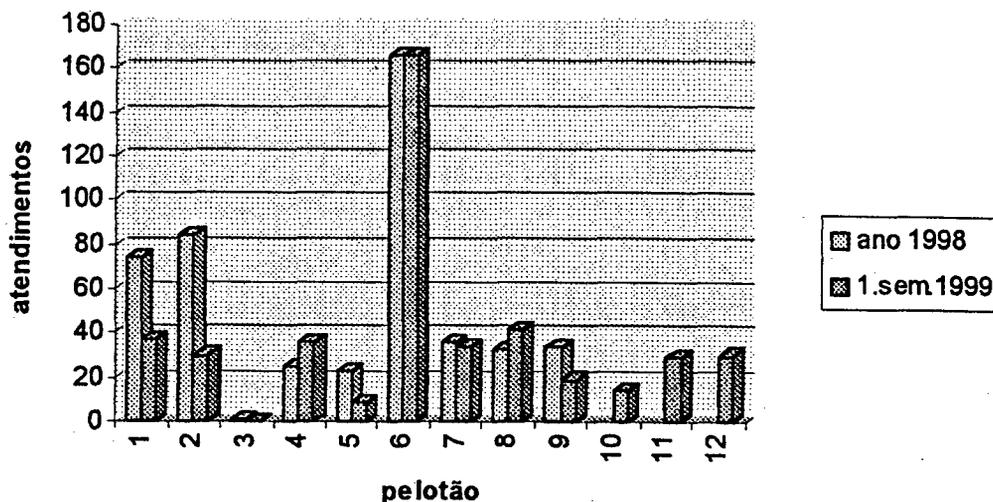
1º Pel. - Florianópolis	(126 em 1998; 77 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(72 em 1998; 51 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(22 em 1998; 00 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(103 em 1998; 52 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(27 em 1998; 05 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(147 em 1998; 61 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(127 em 1998; 00 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(04 em 1998; 00 em 1999);
9º Pel. - Lages	(24 em 1998; 11 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(10 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(05 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(01 em 1999).

Todos os Pelotões, no 1º semestre de 1999, atenderam menos casos de mineração do que em 1998. Em 1998, houve mais ocorrências no 6º pelotão (Blumenau), seguindo-se do 7º Pelotão (Rio do Sul), sendo que neste não foi registrada nenhuma ocorrência em 1999. Além destes, o 1º Pelotão (Florianópolis), o 4º Pelotão (Joinville) e o 2º Pelotão (Palhoça) também atenderam bastante ocorrências em 1998.

Já no 1º semestre de 1999, Florianópolis, ou seja, o 1º Pelotão, foi o que mais registrou ocorrências ligadas à mineração, seguindo-se do 6º, 4º e 2º Pelotões. O 3º Pelotão (Florianópolis), o 7º (Rio do Sul) e o 8º (Chapecó) Pelotões não registraram nenhuma ocorrência no 1º semestre de 1999, assim como o 10º (Criciúma), o 11º (São Miguel D'Oeste) e o 12º (Canoinhas), que registraram números bem baixos.

5.3.2.6. Poluição Ambiental / Pelotão:

Gráfico 7 : Poluição ambiental / Pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE: CPPA - PMSC, 1999).

1º Pel. - Florianópolis	(74 em 1998; 37 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(84 em 1998; 30 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(01 em 1998; 00 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(25 em 1998; 36 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(23 em 1998; 09 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(166 em 1998; 166 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(36 em 1998; 34 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(33 em 1998; 41 em 1999);
9º Pel. - Lages	(34 em 1998; 19 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(14 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(29 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(30 em 1999).

Os problemas com a poluição ambiental aparecem bem mais na região de Blumenau (6º Pelotão), onde a PM ambiental atendeu a 166 ocorrências, tanto em 1998, quanto no 1º semestre de 1999.

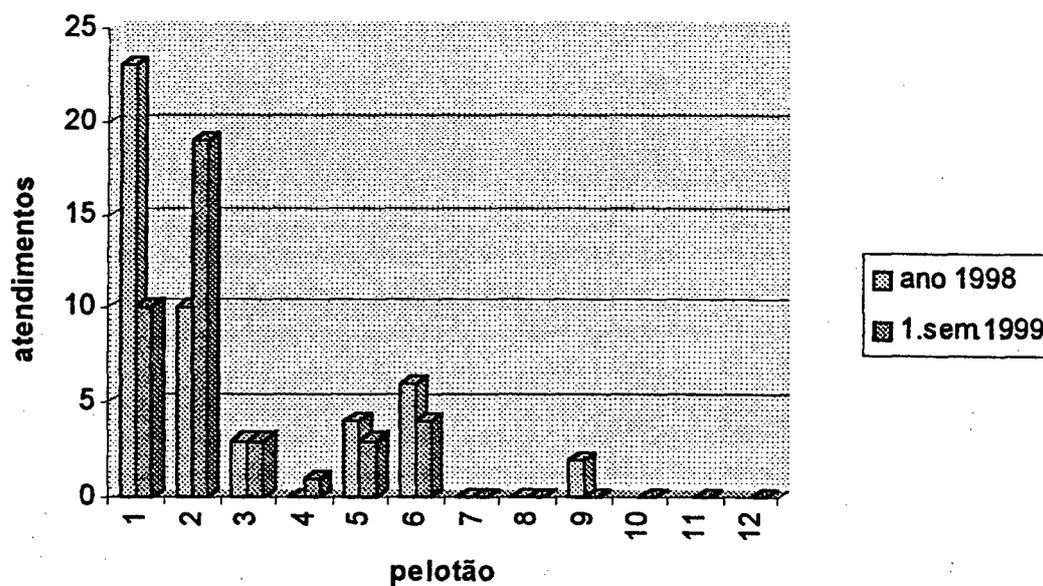
O 1º e 2º pelotões, de Florianópolis e de Palhoça, respectivamente, atenderam à algumas ocorrências principalmente em 1998, tendo o número diminuído no ano seguinte.

O que há de se considerar é o 3º pelotão, de Florianópolis (aquático), que registrou durante um ano e meio, apenas uma ocorrência ligada à poluição ambiental.

Os demais pelotões tiveram uma média de 20 a 40 ocorrências nos períodos estudados.

5.3.2.7. Incêndio Florestal / Pelotão:

Gráfico 8 : Incêndio florestal / pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE: CPPA - PMSC, 1999).

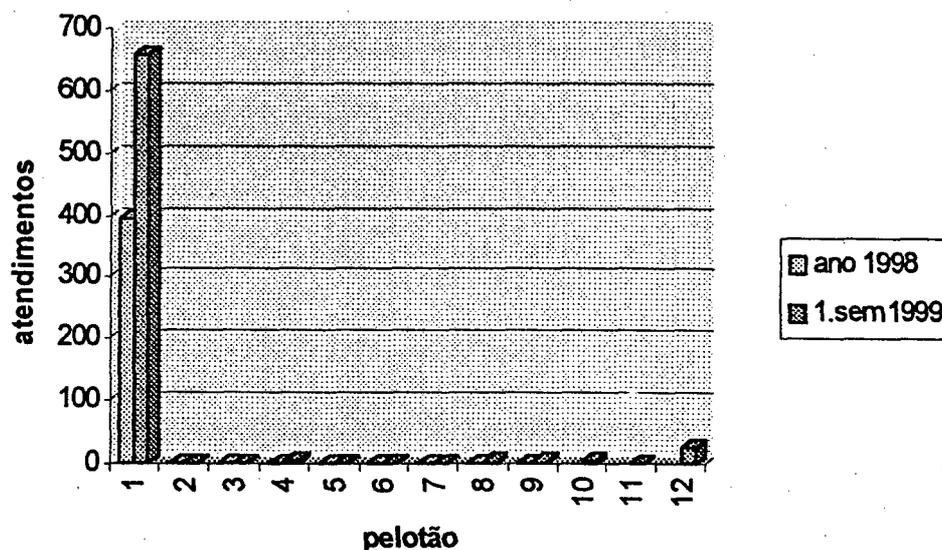
1º Pel. - Florianópolis (23 em 1998; 10 em 1999);
2º Pel. - Palhoça (10 em 1998; 19 em 1999);

3º Pel. - Florianópolis	(03 em 1998; 03 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(00 em 1998; 01 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(04 em 1998; 03 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(06 em 1998; 04 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(00 em 1998; 00 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(00 em 1998; 00 em 1999);
9º Pel. - Lages	(02 em 1998; 00 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(00 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(00 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(00 em 1999).

Os focos de incêndio florestal foram poucos, em geral. Em 1998, sobressaiu o 1º Pelotão de Florianópolis, com 23 ocorrências; já no 1º semestre de 1999, foi a vez de Palhoça (2º Pelotão). Os demais pelotões tiveram bem poucas ocorrências ligadas à incêndios, sendo que o 7º Pelotão (Rio do Sul), 8º (Chapecó), 10º (Criciúma), 11º (São Miguel D'Oeste) e 12º (Canoinhas) não atenderam a nenhuma ocorrência.

5.3.2.8. SOS Abelha / Pelotão :

Gráfico 9 : SOS abelha / pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE : CPPA - PMSC, 1999).

1° Pel. - Florianópolis	(393 em 1998; 660 em 1999);
2° Pel. - Palhoça	(00 em 1998; 01 em 1999);
3° Pel. - Florianópolis	(00 em 1998; 00 em 1999);
4° Pel. - Joinville	(00 em 1998; 03 em 1999);
5° Pel. - Laguna	(00 em 1998; 00 em 1999);
6° Pel. - Blumenau	(00 em 1998; 00 em 1999);
7° Pel. - Rio do Sul	(00 em 1998; 00 em 1999);
8° Pel. - Chapecó	(00 em 1998; 02 em 1999);
9° Pel. - Lages	(00 em 1998; 02 em 1999);
10° Pel. - Criciúma	(03 em 1999);
11° Pel. - São M. D'Oeste	(00 em 1999);
12° Pel. - Canoinhas	(26 em 1999).

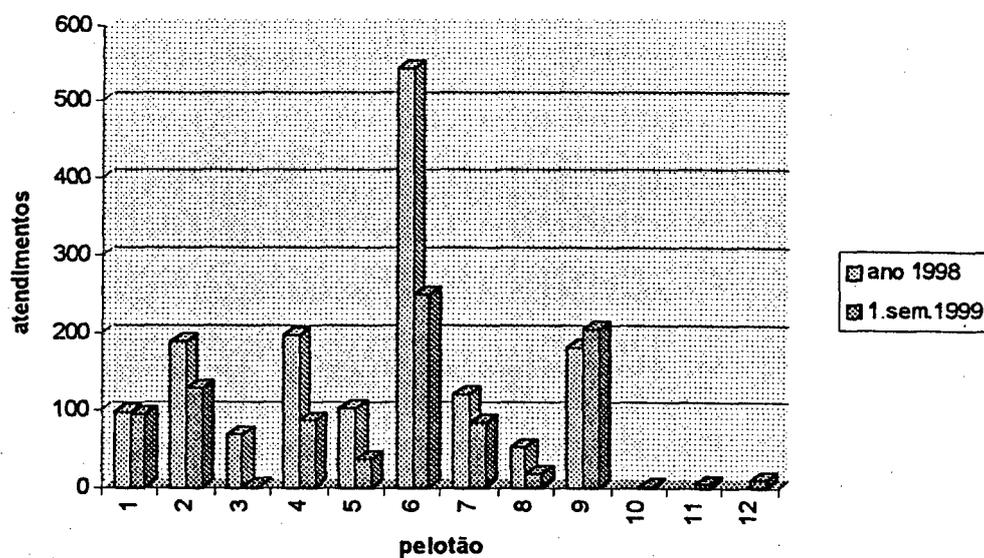
As ocorrências com abelhas aconteceram muito pouco no Estado de Santa Catarina. O número de atendimentos foi mínimo ou inexistente do 2° ao 11° Pelotões ambientais.

Em contraste, se destaca o 1° pelotão, de Florianópolis, que teve um número bem elevado de atendimentos, atingindo 393 casos em 1998 e quase duplicando esta marca no 1° semestre de 1999, com 660 casos.

Em segundo lugar aparece, com bem menos, cerca de 26 ocorrências, o pelotão de Canoinhas (12°).

5.3.2.9. Outros / Pelotão:

Gráfico 10 : Outros / pelotões, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE : CPPA - PMSC, 1999).

1º Pel. - Florianópolis	(96 em 1998; 95 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(189 em 1998; 129 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(67 em 1998; 00 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(198 em 1998; 87 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(101 em 1998; 36 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(544 em 1998; 250 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(119 em 1998; 82 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(51 em 1998; 18 em 1999);
9º Pel. - Lages	(182 em 1998; 204 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(00 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(03 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(08 em 1999).

Analisando-se o gráfico acima, podemos observar que os atendimentos da PM ambiental relacionados à outros tipos de ocorrências, como acidentes, escoltas,....., entre tantos outros, têm atingido números consideráveis, principalmente em Blumenau (6º Pelotão), que em 1998 marcou 544 atendimentos e no 1º semestre de 1999, já atingiu 250.

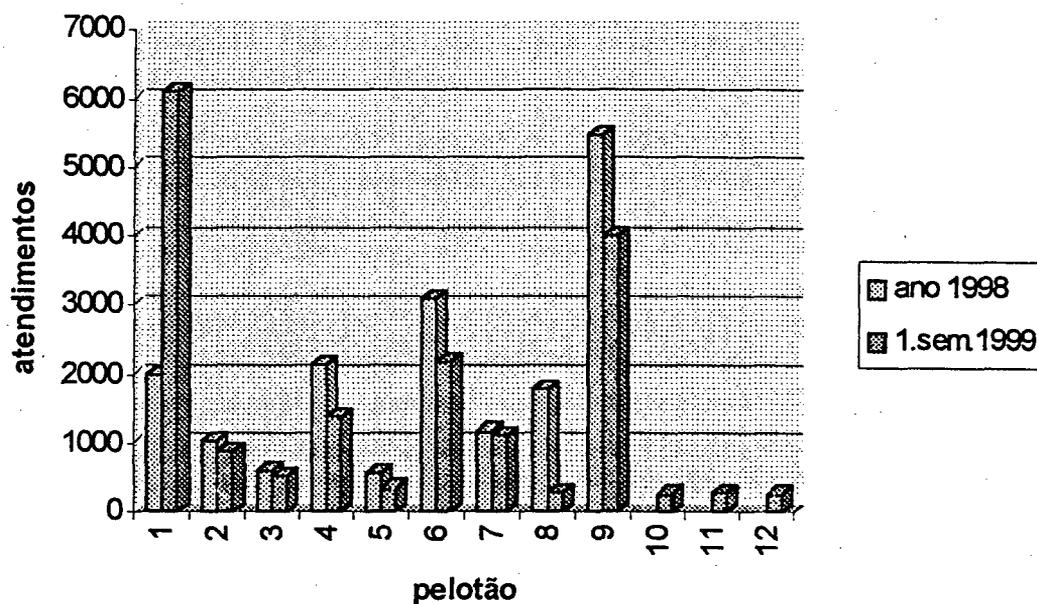
O 9º Pelotão (Lages) e o 2º (Palhoça) também tiveram números consideráveis. Já no 3º Pelotão (Florianópolis) e 5º (Laguna), o número reduziu bastante no 1º semestre de 1999, sendo bem menor nos 11º e 12º Pelotões (São Miguel D'Oeste e Canoinhas) e inexistente no 10º Pelotão (Criciúma).

A análise mais detalhada do item “ocorrências/atendimentos”, feita anteriormente, serve como curiosidade na verificação dos tipos de ocorrências que cada pelotão atende mais freqüentemente, além de podermos ter uma noção dos problemas que ocorrem em todas as regiões do Estado de Santa Catarina.

À seguir, serão analisados o total de atendimentos efetuados por cada Pelotão; o número de cursos e palestras oferecidos aos policiais militares ambientais, bem como o número de participantes em cada um deles; também será feita uma análise operacional por Pelotão.

5.3.3. Análise dos atendimentos efetuados por cada Pelotão:

Gráfico 11 : Atendimentos efetuados por cada Pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE: CPPA - PMSC, 1999).

1º Pel. - Florianópolis	(1969 em 1998; 6080 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(1023 em 1998; 870 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(602 em 1998; 505 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(2124 em 1998; 1369 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(537 em 1998; 331 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(3070 em 1998; 2180 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(1160 em 1998; 1100 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(1791 em 1998; 267 em 1999);
9º Pel. - Lages	(5466 em 1998; 3995 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(251 em 1999);

11° Pel. - São M. D'Oeste (277 em 1999);
12° Pel. - Canoinhas (252 em 1999).

Em 1998, o Pelotão da CPPA que mais atendeu ocorrências foi o 9° Pelotão, da cidade de Lages, seguido do 6° Pelotão, de Blumenau, 4° Pelotão, de Joinville e 1° Pelotão, de Florianópolis. O que menos atendeu chamados foi o 5° Pelotão, de Laguna, conforme podemos observar no gráfico.

No primeiro semestre de 1999, de janeiro à junho, verifica-se que a seqüência 9° Pelotão, de Lages, 6° pelotão, de Blumenau e 4° Pelotão, de Joinville, continuou, só que estes passaram para o 2°, 3° e 4° lugar, respectivamente, ficando em 1° lugar à nível de atendimento, o 1° Pelotão, de Florianópolis, que em 1998 ocupava o 4° lugar.

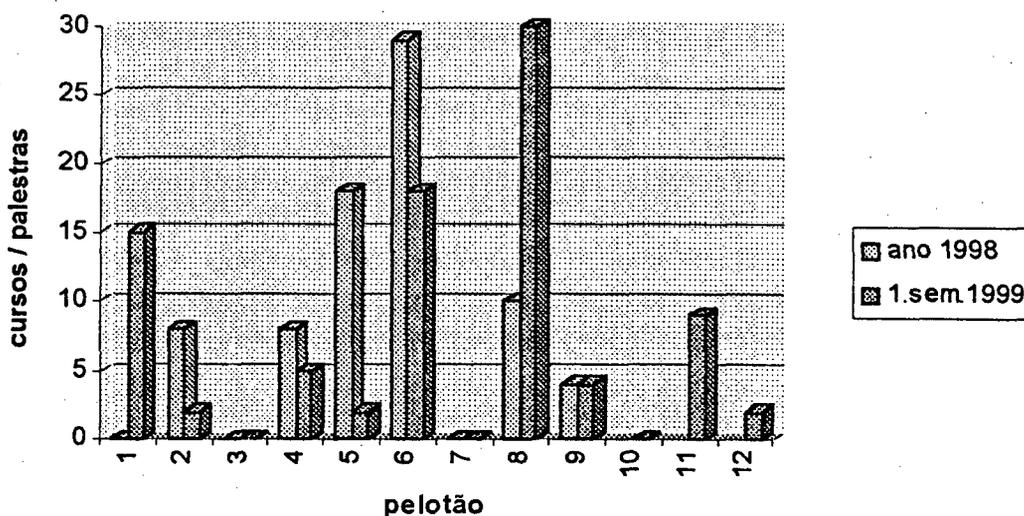
O 1° Pelotão da CPPA, em 1998 atendeu cerca de 2000 ocorrências, e triplicou este número no 1° semestre de 1999, com 6080 atendimentos.

Os outros pelotões atenderam a menos ocorrências, sendo que em 1999, o número de pelotões cresceu de 9 para 12, como podemos observar nos gráficos, sendo que estes novos, 10° Pelotão, de Criciúma, 11°, de São Miguel D'Oeste e 12°, de Canoinhas, foram os que menos atendimentos tiveram, assim como o 8° Pelotão, de Chapecó.

5.3.4. Análise da Tropa por Pelotão :

5.3.4.1. Análise do número de cursos / palestras oferecidos para os PMs, por cada pelotão:

Gráfico 12 : Número de cursos / palestras oferecidos aos PMs por Pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE: CPPA - PMSC, 1999).

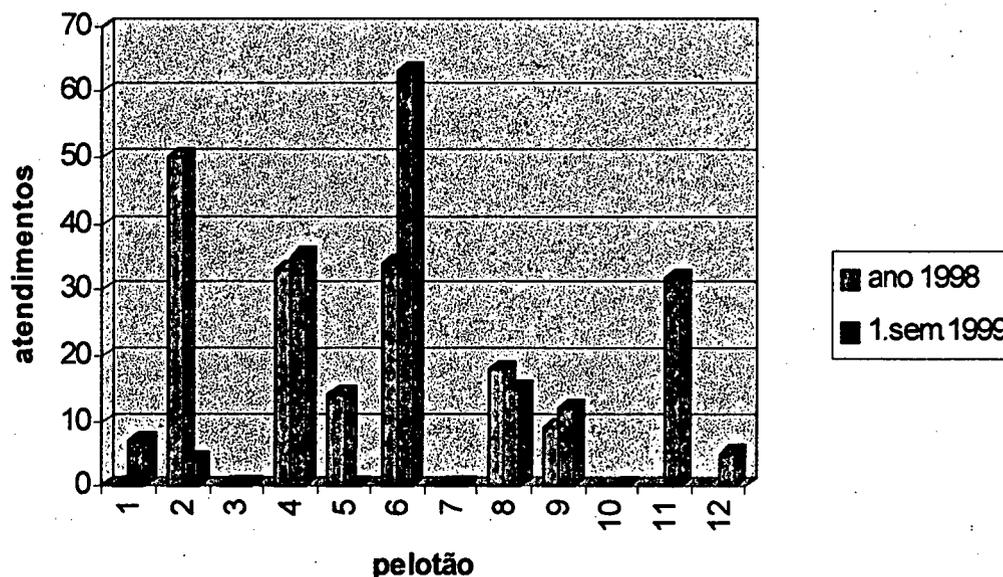
1º Pel. - Florianópolis	(00 em 1998; 15 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(08 em 1998; 02 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(00 em 1998; 00 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(08 em 1998; 05 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(18 em 1998; 02 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(29 em 1998; 18 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(00 em 1998; 00 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(10 em 1998; 30 em 1999);
9º Pel. - Lages	(04 em 1998; 04 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(00 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(09 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(02 em 1999).

No ano de 1998, o pelotão que mais cursos, palestras, estágios, ofereceu para sua tropa foi o 6º Pelotão, de Blumenau, num total de 29 oportunidades de instrução. Este foi seguido pelo 5º pelotão, de Rio do Sul, que ofereceu 18 oportunidades de instrução para a sua tropa.

Já o 1º Pelotão (Florianópolis), 3º (Florianópolis) e 7º Pelotão (Rio do Sul), não ofereceram nada aos PMs. Entretanto, no 1º semestre de 1999, o 1º Pelotão ofereceu 15 cursos, palestras, aos policiais ambientais. Neste período de 1999, destaca-se o pelotão de Chapecó (8º), com 30 oportunidades de instrução à tropa, seguindo-se do 6º e 1º pelotões. Dos novos pelotões, criados em 1999, sobressaiu o 11º (São Miguel D'Oeste) que aplicou mais cursos aos seus policiais que o 10º e 12º.

5.3.4.2. Análise do número de policiais participantes dos cursos / palestras oferecidos por cada pelotão:

Gráfico 13 : Número de policiais participantes dos cursos / palestras oferecidos por pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE : CPPA - PMSC, 1999).

1º Pel. - Florianópolis	(00 em 1998; 07 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(50 em 1998; 04 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(00 em 1998; 00 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(33 em 1998; 35 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(14 em 1998; 00 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(34 em 1998; 63 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(00 em 1998; 00 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(18 em 1998; 15 em 1999);
9º Pel. - Lages	(09 em 1998; 12 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(00 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(32 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(05 em 1999).

No ano de 1998, o maior número de policiais participantes de cursos, palestras, estágios oferecidos pela PM se deu no 2º Pelotão, de Palhoça, com um total de 50 homens. Em seguida destacam-se o 6º e o 4º Pelotão (Blumenau e Joinville).

O 3º e o 7º Pelotão (Florianópolis e Rio do Sul), como não ofereceram nenhuma instrução aos PMs, não tiveram registrados, números de participantes, em nenhum dos dois períodos estudados.

No 1º semestre de 1999, o destaque se deu para o 6º pelotão, de Blumenau, que obteve 63 participações totais, nos 18 cursos e/ou palestras administrados aos policiais. Em seguida aparece o pelotão de Joinville (4º), com 35 participações nas 5 oportunidades de instrução que este pelotão ofereceu.

Mas, se faz importante ressaltar o 11º Pelotão (São Miguel D'Oeste), que criado neste 1º semestre de 1999, já obteve 32 participações no total de seus 9 cursos e/ou palestras oferecidas, um número alto se comparado com os pelotões "mais antigos".

Dois pelotões que tiveram reduzidos os números de policiais participantes das instruções, em 1999, foram o 2º (de Palhoça, que de um total de participações igual a 50,

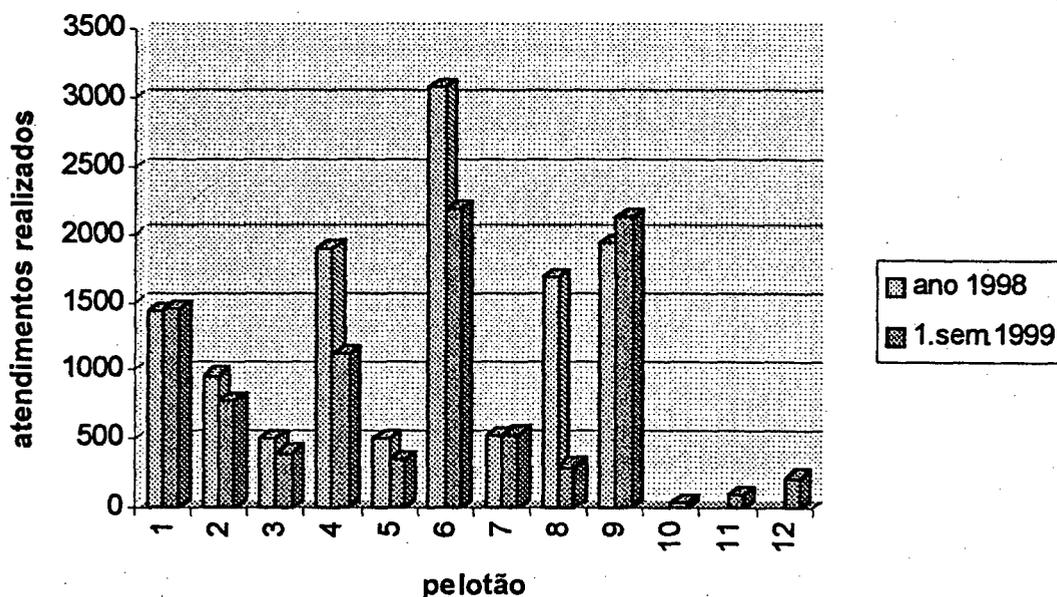
em 1998, obteve apenas 4, em 1999) e o 5º Pelotão (de laguna, que de 14 participações em 1998, não teve nenhuma no 1º semestre de 1999).

O mais importante a ser ressaltado neste item, é que os cursos/ palestras/ estágios oferecidos para os policiais, não se referem apenas à temas ligados à educação ambiental, legislação ambiental, meio ambiente, mas, somam todo e qualquer curso oferecido aos policiais ambientais, seja ele um curso de tiro, uma palestra sobre desenvolvimento pessoal, o que vem a agravar ainda mais a situação dos PMs, no que diz respeito à “pregar” atividades, palestras de educação ambiental à população, sem passar por reciclagens periódicas à respeito do tema.

5.3.5. Análise Operacional por Pelotão:

5.3.5.1. **Atendimentos realizados / Pelotão:**

Gráfico 14 : Atendimentos realizados por Pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE : CPPA - PMSC, 1999).

1º Pel. - Florianópolis	(1425 em 1998; 1447 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(956 em 1998; 771 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(500 em 1998; 394 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(1901 em 1998; 1123 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(499 em 1998; 344 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(3070 em 1998; 2180 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(521 em 1998; 531 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(1680 em 1998; 298 em 1999);
9º Pel. - Lages	(1932 em 1998; 2130 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(37 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(98 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(221 em 1999).

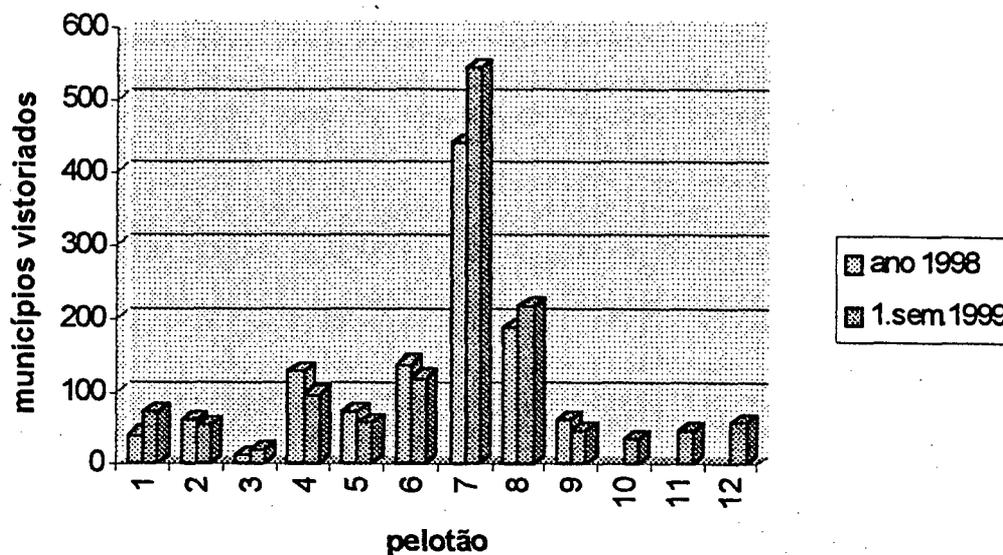
Os 'atendimentos realizados' dizem respeito à todo e qualquer atendimento realizado pela polícia, de uma maneira geral, sejam ocorrências, palestras, cursos ou outras atividades. Em números gerais, o total de atendimentos em 1998 foi igual a 12484, e no 1º semestre de 1999, igual a 9574, conforme visto nas tabelas do capítulo anterior.

Em 1998, o pelotão que mais atendimentos realizou foi o 6º, de Blumenau, com pouco mais de 3000. O 9º (Lages) e o 4º (Joinville) vieram em seguida, com cerca de 1900 atendimentos. O 1º Pelotão (Florianópolis) chegou quase à margem dos 1500. Os demais registraram em média, 500 atendimentos.

No 1º semestre de 1999, a marca continuou com o 6º pelotão, e em seguida com o 9º, ambos com pouco mais de 2000 atendimentos registrados. O 1º Pelotão continuou na margem anterior, mas até o final do ano de 1999, este valor tende a aumentar bastante, não só neste pelotão, como também nos demais.

5.3.5.2. Municípios Vistoriados / Pelotão:

Gráfico 15 : Municípios vistoriados por cada pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE ; CPPA -PMSC, 1999).

1º Pel. - Florianópolis	(40 em 1998; 72 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(62 em 1998; 54 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(13 em 1998; 20 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(129 em 1998; 96 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(71 em 1998; 56 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(137 em 1998; 118 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(439 em 1998; 544 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(186 em 1998; 217 em 1999);
9º Pel. - Lages	(92 em 1998; 46 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(34 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(45 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(58 em 1999).

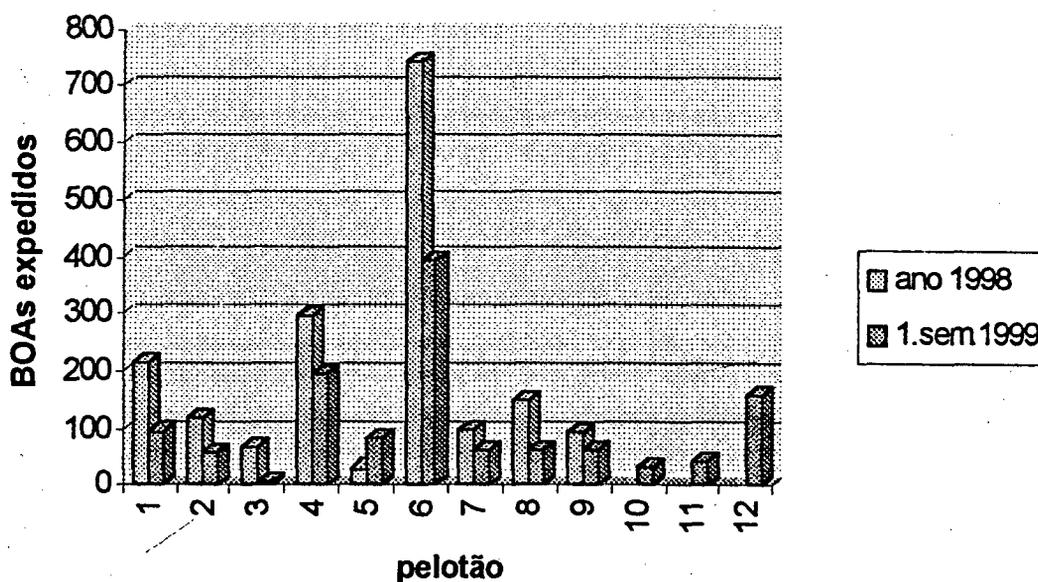
Este item refere-se ao número de municípios sob jurisdição de cada Pelotão, que são vistoriados periodicamente.

O 7º Pelotão (Rio do Sul) é o que mais vistorias têm realizado aos municípios à ele ligados, com mais de 400 em 1998, e mais de 500 no 1º semestre de 1999. O 8º Pelotão (Chapécó) vem em seguida com um pouco mais de vistorias realizadas em 99, comparando-se à 1998. Os demais mantêm-se dentro da margem de 50 / 90 vistorias.

Vale ressaltar que ao todo, já foram feitas mais vistorias no 1º semestre de 1999 (1360) do que em 1998 (1138), conforme tabela do capítulo anterior.

5.3.5.3. Boletins de Ocorrências Ambientais (BOA) / Pelotão :

Gráfico 16 : Número de BOAs expedidos por pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE : CPPA - PMSC, 1999).

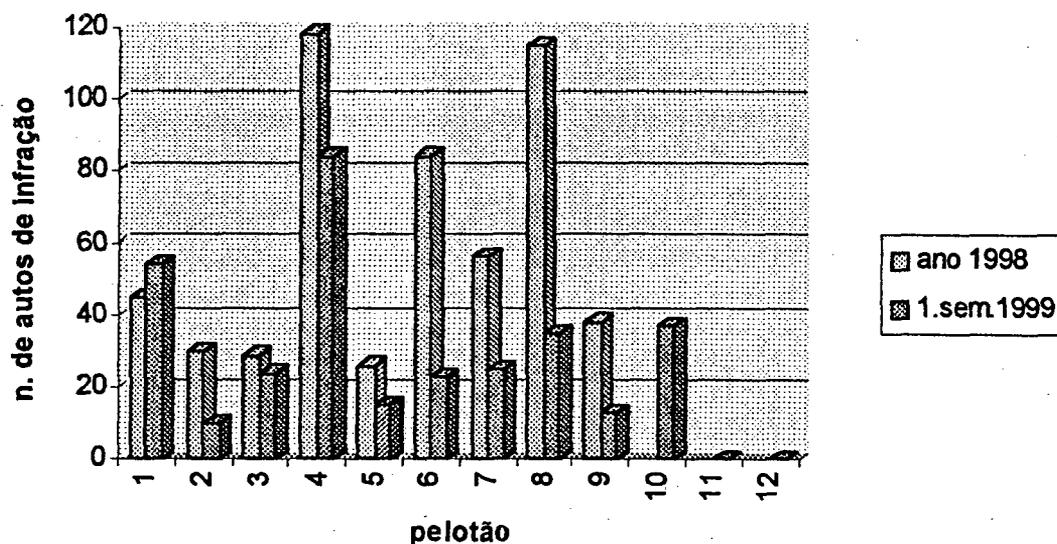
1º Pel. - Florianópolis	(214 em 1998; 96 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(117 em 1998; 60 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(69 em 1998; 09 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(294 em 1998; 194 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(30 em 1998; 83 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(742 em 1998; 392 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(99 em 1998; 65 em 1999);

8° Pel. - Chapecó	(150 em 1998; 64 em 1999);
9° Pel. - Lages	(92 em 1998; 64 em 1999);
10° Pel. - Criciúma	(33 em 1999);
11° Pel. - São M. D'Oeste	(41 em 1999);
12° Pel. - Canoinhas	(160 em 1999).

O 6° Pelotão (Blumenau) foi o que mais expediu boletins de ocorrências ambientais nos dois períodos estudados, seguindo-se do 4° pelotão (Joinville). Um destaque aparece para o 12°, de Canoinhas, que dentre os novos pelotões, sobressaiu com cerca de 150 BOAs expedidos.

5.3.5.4. Autos de Infração ao IBAMA / Pelotão:

Gráfico 17 : Número de autos de infração encaminhados ao IBAMA por pelotão , ano de 1998 e 1° semestre de 1999:



(FONTE : CPPA - PMSC, 1999).

1º Pel. - Florianópolis	(45 em 1998; 54 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(30 em 1998; 10 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(29 em 1998; 24 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(118 em 1998; 84 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(26 em 1998; 15 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(84 em 1998; 23 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(56 em 1998; 25 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(115 em 1998; 35 em 1999);
9º Pel. - Lages	(38 em 1998; 13 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(37 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(00 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(00 em 1999).

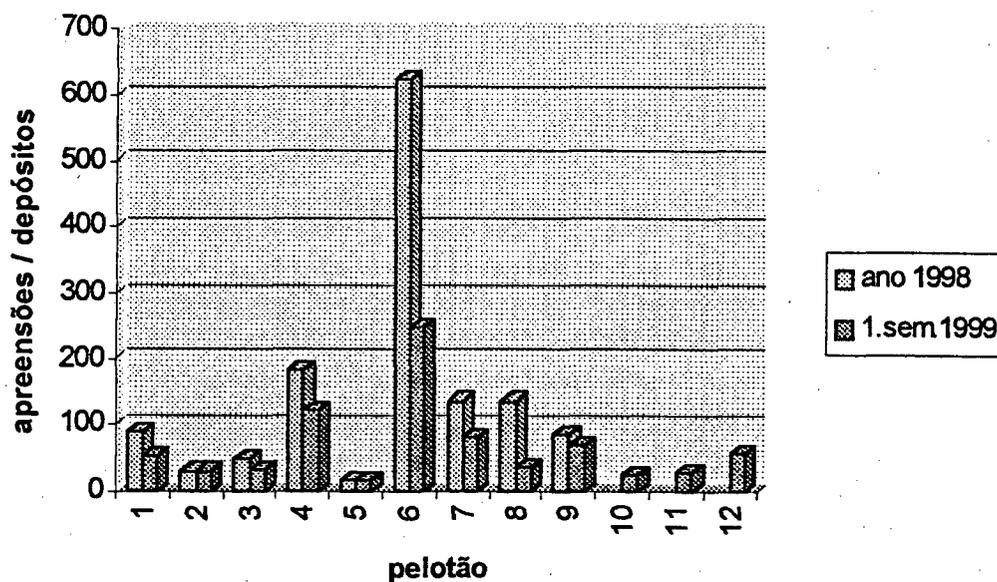
Quando um crime ambiental encontra-se dentro da lei federal, os autos de infração são encaminhados ao órgão de fiscalização do meio ambiente, à nível federal, ou seja, o IBAMA.

No ano de 1998, foram encaminhados 541 autos para este órgão e no início de 1999, o número total era igual a 320, tendendo à aumentar até o final do ano. Em 1998, os pelotões que mais autos encaminharam ao IBAMA foram o 4º (Joinville), 8º (Chapecó), 6º (Blumenau), 7º (Rio do Sul) e 1º (Florianópolis), sendo que em 1999, baixou bastante este número, destacando-se o 4º e o 1º Pelotão.

O 11º e o 12º (São Miguel D'Oeste e Canoinhas) não chegaram a ter problemas ambientais de nível federal, e portanto ainda não firmaram nenhum contato com o IBAMA.

5.3.5.5. Apreensão e Depósitos / Pelotão:

Gráfico 18 : Apreensão e depósitos realizados por pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



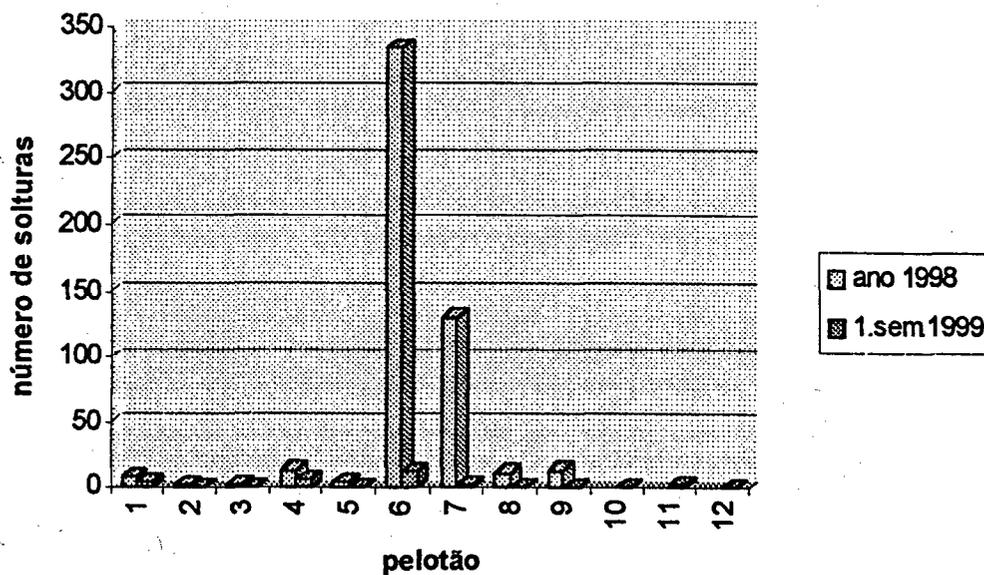
(FONTE : CPPA - PMSC, 1999).

1º Pel. - Florianópolis	(88 em 1998; 52 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(30 em 1998; 30 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(49 em 1998; 32 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(181 em 1998; 120 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(15 em 1998; 16 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(625 em 1998; 248 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(135 em 1998; 80 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(135 em 1998; 35 em 1999);
9º Pel. - Lages	(84 em 1998; 69 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(23 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(27 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(56 em 1999).

O número de apreensões/depósitos foi maior no 6º Pelotão (Blumenau), em 1998, chegando a pouco mais de 600. No 1º semestre de 1999, esta marca atingiu pouco mais de 200. Os demais Pelotões não tiveram mais do que 100, no início de 1999. O pelotão que menos apreensões/ depósitos efetuou foi o 5º, de Laguna.

5.3.5.6. Termos de Soltura / Pelotão:

Gráfico 19 : Número de termos de soltura de animais silvestres por pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE : CPPA - PMSC, 1999).

1º Pel. - Florianópolis	(08 em 1998; 04 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(02 em 1998; 00 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(02 em 1998; 00 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(13 em 1998; 07 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(04 em 1998; 00 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(334 em 1998; 12 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(130 em 1998; 02 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(11 em 1998; 01 em 1999);
9º Pel. - Lages	(13 em 1998; 01 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(00 em 1999);

11º Pel. - São M. D'Oeste (03 em 1999);

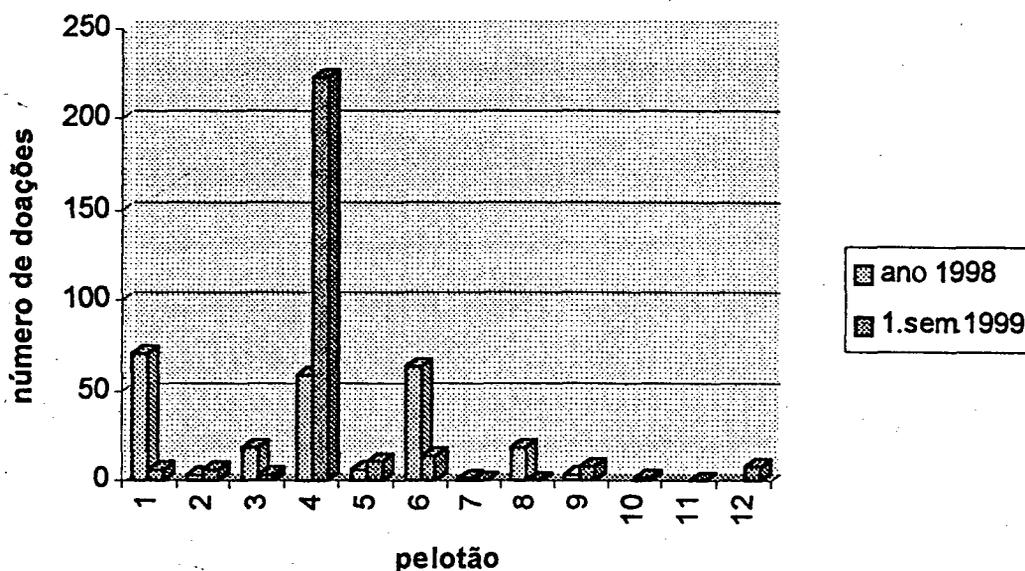
12º Pel. - Canoinhas (00 em 1999).

O número de solturas de animais silvestres capturados, geralmente em cativeiros domésticos, foi maior no 6º pelotão (Blumenau) com quase 350, e no 7º pelotão (Rio do Sul), com menos de 150, no ano de 1998.

Os demais tiveram números bem reduzidos. Já no 1º semestre de 1999, sobressaiu também o 6º pelotão, mas com bem menos número de solturas, atingindo a margem de apenas 12. Entende-se que o 6º pelotão relatou mais termos de soltura de animais silvestres, porque foi este pelotão que registrou mais ocorrências relativas à crimes contra a fauna.

5.3.5.7. Doações / Pelotão :

Gráfico 20 : Doações realizadas por cada pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE : CPPA - PMSC, 1999).

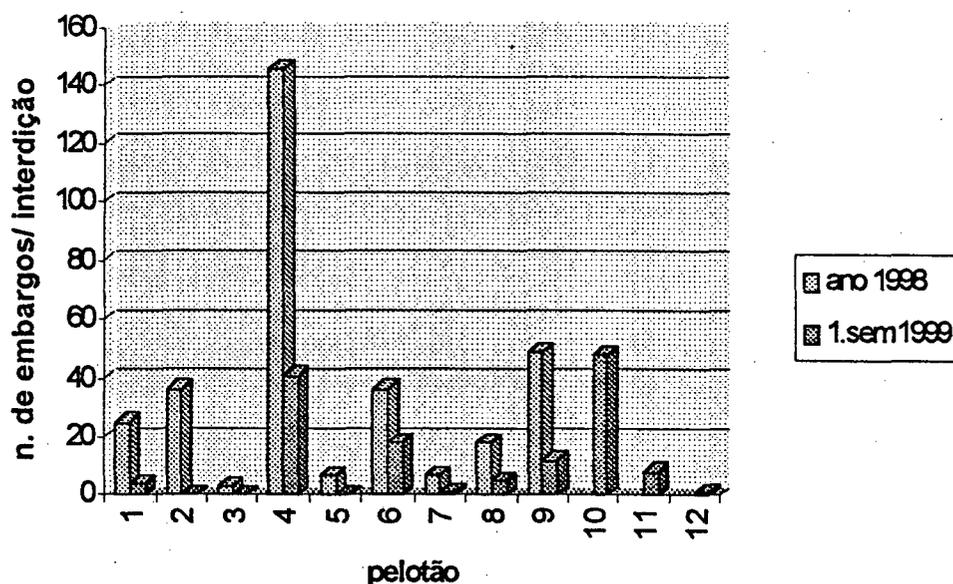
1º Pel. - Florianópolis	(71 em 1998; 07 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(03 em 1998; 07 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(19 em 1998; 04 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(59 em 1998; 223 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(06 em 1998; 11 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(63 em 1998; 14 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(02 em 1998; 00 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(18 em 1998; 00 em 1999);
9º Pel. - Lages	(04 em 1998; 08 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(02 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(00 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(08 em 1999).

O número de doações referem-se aos materiais, objetos apreendidos nas operações policiais, e que geralmente são doados à instituições, por exemplo.

No ano de 1998, os pelotões que tiveram maior número de doações foram o 1º, 5º e 4º (Florianópolis, Laguna e Joinville), com pouco mais de 50 cada. Mas, no 1º semestre de 1999, o destaque foi único para o 4º pelotão, que registrou mais de 200 termos de doações, sendo que o 7º, 8º e 11º (Rio do Sul, Chapecó e São Miguel D'Oeste) não registraram nenhuma doação em 1999.

5.3.5.8. Embargos e Interdições / Pelotão:

Gráfico 21 : Número de embargos/ interdições efetuados por pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE : CPPA - PMSC, 1999).

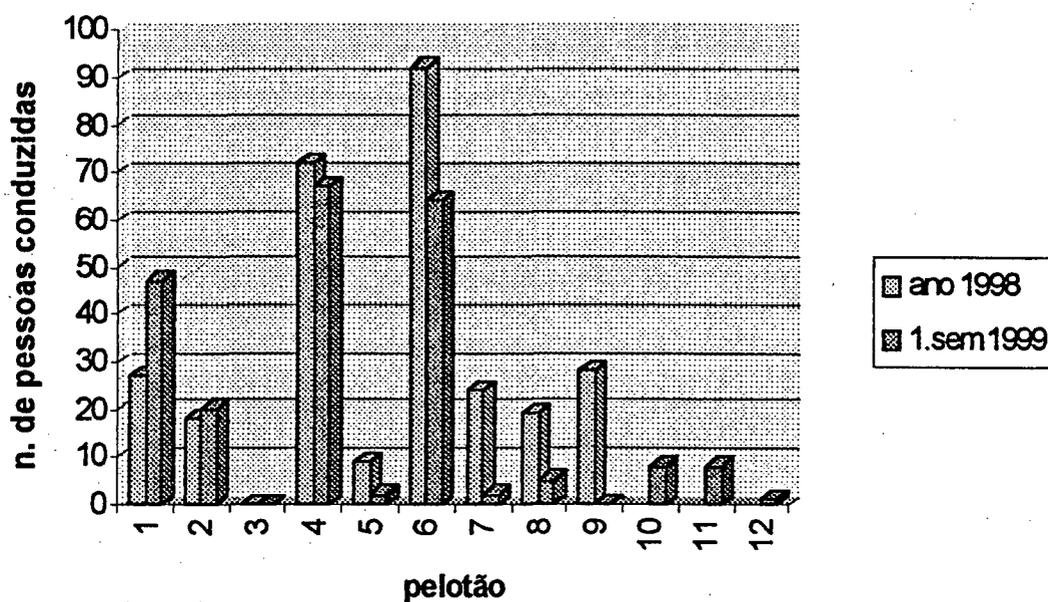
1º Pel. - Florianópolis	(25 em 1998; 04 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(36 em 1998; 00 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(03 em 1998; 00 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(146 em 1998; 41 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(07 em 1998; 00 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(36 em 1998; 18 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(07 em 1998; 01 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(18 em 1998; 05 em 1999);
9º Pel. - Lages	(49 em 1998; 12 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(48 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(08 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(01 em 1999).

O 4º pelotão (Joinville) foi o que mais termos de embargo / interdição efetuou em 1998, tendo este número reduzido bastante no 1º semestre de 1999, passando de pouco mais de 140 para cerca de 40, 100 a menos.

No início de 1999, a maior marca ficou com o 10º pelotão (Criciúma), que pela primeira vez nesta análise geral de estudo, obteve um maior destaque. O 2º, 3º e 5º Pelotões (Palhoça, Florianópolis e Laguna) não tiveram nenhum problema quanto à este item, e o 12º (Canoinhas), registrou apenas um embargo.

5.3.5.9. Pessoas Conduzidas / Pelotão:

Gráfico 22 : Número de pessoas conduzidas (presas) por cada pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE : CPPA - PMSC, 1999).

1º Pel. - Florianópolis	(27 em 1998; 47 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(18 em 1998; 20 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(00 em 1998; 00 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(72 em 1998; 67 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(09 em 1998; 02 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(92 em 1998; 64 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(24 em 1998; 02 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(19 em 1998; 05 em 1999);
9º Pel. - Lages	(28 em 1998; 00 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(08 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(08 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(01 em 1999).

O número de pessoas conduzidas refere-se ao número de pessoas presas pela PM Ambiental, conforme o tipo de crime ambiental que realizaram.

Em 1998, o 6º pelotão (Blumenau), foi o que mais casos de prisão efetuou, chegando a pouco mais de 90, seguido pelo 4º pelotão (Joinville), com pouco mais de 70, e pelo 9º e 1º pelotões (Lages e Florianópolis), com pouco menos de 30 casos.

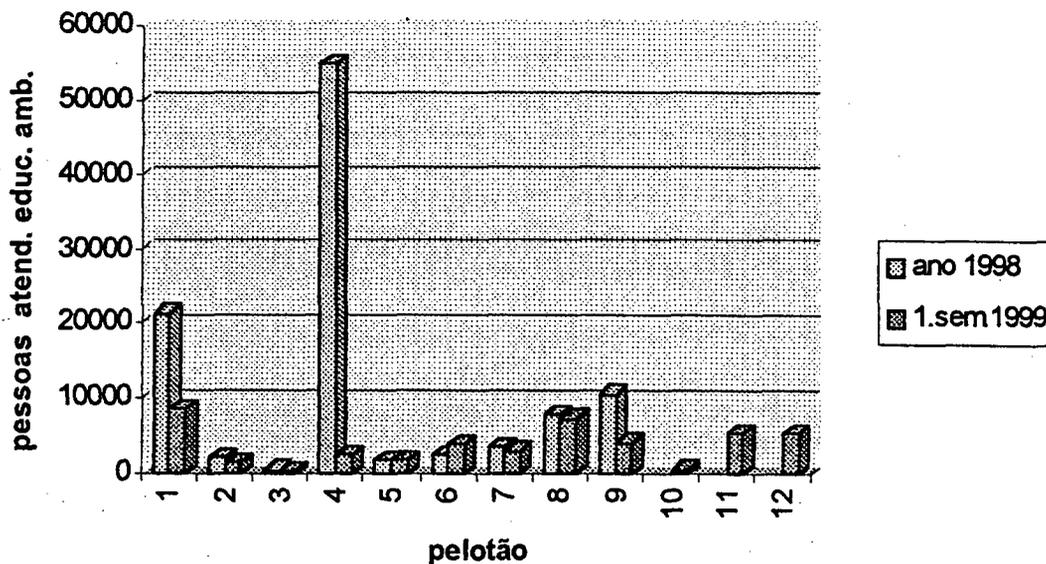
O 3º pelotão (Florianópolis), não efetuou nenhuma prisão neste ano.

Já no 1º semestre de 1999, o 4º pelotão teve um resultado maior de "pessoas conduzidas", seguindo-se do 6º pelotão e do 1º, que teve seu número aumentado para cerca de 50 casos. O 3º pelotão continuou sem casos de prisão efetuada, assim como também o 9º pelotão.

Em 1998, o total de prisões foi de 289 e no 1º semestre de 1999, foi igual a 224, o que mostra um aumento neste ano, que já quase iguala ao resultado do ano anterior, tendendo a subir mais até o final do ano.

5.3.5.10. Pessoas atendidas em educação ambiental / Pelotão:

Gráfico 23 : Número de pessoas atendidas em educação ambiental por cada pelotão, ano de 1998 e 1º semestre de 1999:



(FONTE : CPPA - PMSC, 1999).

1º Pel. - Florianópolis	(21372 em 1998; 8576 em 1999);
2º Pel. - Palhoça	(1989 em 1998; 1321 em 1999);
3º Pel. - Florianópolis	(478 em 1998; 352 em 1999);
4º Pel. - Joinville	(55015 em 1998; 2477 em 1999);
5º Pel. - Laguna	(1690 em 1998; 1773 em 1999);
6º Pel. - Blumenau	(2457 em 1998; 3815 em 1999);
7º Pel. - Rio do Sul	(3532 em 1998; 2967 em 1999);
8º Pel. - Chapecó	(7933 em 1998; 7340 em 1999);
9º Pel. - Lages	(10508 em 1998; 4036 em 1999);
10º Pel. - Criciúma	(535 em 1999);
11º Pel. - São M. D'Oeste	(5328 em 1999);
12º Pel. - Canoinhas	(5262 em 1999).

Ao observarmos o gráfico, podemos ver o grande destaque do 4º pelotão (Joinville), no ano de 1998, seguido pelo 1º pelotão, ambos com mais de 50.000 e pouco mais de 2.000, respectivamente. Os demais tiveram menos de 10.000 pessoas atendidas.

Entretanto, no 1º semestre de 1999, o 4º pelotão diminuiu sensivelmente o recorde do ano anterior, passando de mais de 50.000 para apenas 2.477 pessoas atendidas em educação ambiental.

O 1º pelotão, que em 1998 atendeu à cerca de 8.500 pessoas, foi o destaque deste período, com mais de 20.000 pessoas atendidas, vindo em seguida o 8º pelotão, com a marca de 7.340. Dos últimos pelotões criados, o destaque fica com o 11º e 12º, com cerca de 5.200 atendimentos. Podemos salientar que o total de pessoas atendidas em 1998, foi igual a 104.974 e no 1º semestre de 1999, já foram atendidas 43.782 pessoas.

Esta parte de análise do estudo mostrou-nos os serviços prestados pela Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina à população catarinense. Observamos que alguns pelotões destacam-se de outros por estarem em áreas que apresentam maiores problemas ambientais, como é o caso do 1º Pelotão - Florianópolis, 4º Pelotão - Joinville, 6º Pelotão - Blumenau, 7º Pelotão - Rio do Sul e o 9º Pelotão - Lages.

Observamos também que muitos são os serviços prestados, e que há grande dispêndio por parte da polícia militar ambiental para 'pregar' a educação ambiental junto às comunidades.

Também notamos, na análise de tropa, que são poucos os cursos, palestras, oferecidos por pelotão à suas tropas, o que faz com que os policiais não tenham uma reciclagem periódica. Isto é grave, uma vez que o contato com a comunidade, em relação à educação ambiental, é constante. À seguir, teremos uma idéia do nível de instrução dos PMs ambientais de Santa Catarina.

5.3.6. Análise do Nível de Instrução dos Policiais Militares Ambientais:

Hoje nos cursos existentes na Polícia Militar Catarinense, conforme visto no capítulo anterior, apenas uma disciplina é voltada para o meio ambiente, sendo intitulada de “Direito Ambiental”.

O estudo sobre o meio ambiente só começou a fazer parte dos currículos dos cursos de formação e aperfeiçoamento da PMSC há aproximadamente três anos, o que é bastante preocupante, pois 90% do efetivo dos policiais militares em nosso Estado não tem a menor noção sobre o tema em pauta. Vejamos um por um dos cursos de formação e aperfeiçoamento de policiais militares catarinenses e quantidade de aulas sobre o meio ambiente dedicadas a cada um:

a) Curso de Formação de Soldado PM/BM: para este curso são dedicadas uma carga horária de 30 horas/aula, sendo dessa carga horária apenas 5 horas/aula dedicadas a noções de legislação ambiental e a noções sobre crime ambiental;

b) Curso de Formação de Sargento PM/BM: para este curso são dedicados uma carga horária de 30 horas/aula, sendo que dessa carga horária apenas 5 são dedicadas a noções de legislação ambiental e a noções sobre crime ambiental;

c) Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos: para este curso são dedicadas 35 horas/aula, sendo que destas apenas 5 são dedicadas a noções de legislação ambiental e a noções sobre crime ambiental;

d) Curso de Formação de Oficiais: 35 horas/aula, apenas 5 são dedicadas a noções de legislação ambiental e a noções sobre crime ambiental;

e) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais: 35 horas/aula, apenas 5 dedicadas a noções de legislação ambiental e a noções sobre crime ambiental;

f) Curso Superior de Polícia Militar: 35 horas/aula, apenas 5 dedicadas a noções de legislação ambiental e crime ambiental.

Na atualidade, uns 150 policiais estão em curso na PMSC, de um efetivo de quase 13.210 policiais militares catarinenses. A matéria sobre o meio ambiente faz parte do currículo dos policiais a apenas 3 anos, e durante este período fizeram cursos na corporação 700 policiais militares, acrescido de um efetivo de quase 300 policiais militares lotados na CPPA, o que totaliza um efetivo de 1.260 policiais militares que têm uma pequena noção sobre o assunto, restando quase 11.950 policiais militares sem qualquer noção sobre o tema. Isto quer dizer que a grande maioria dos policiais militares de nosso Estado não tem conhecimento sobre a matéria ambiental e nem vão ter a oportunidade de estudá-la, o que é muito preocupante, pois sendo a PMSC a única instituição pública que se faz presente em todos os municípios catarinenses, se os seus integrantes que tem o poder de polícia não tem conhecimento sobre crime ambiental, como vão atuar se por acaso forem acionados para fazerem um auto de infração ou uma prisão por crime ambiental, se não têm conhecimento sobre a legislação pertinente.

Como sugestão, para colocar o nosso Estado em uma condição de excelência em matéria de fiscalização ambiental, poderiam ser acrescentadas no programa de reciclagem policial militar que todo o efetivo dos policiais militares, de graduação praça (12.410 policiais) são obrigados a fazer todos os anos, mais três matérias que seriam: educação ambiental, legislação ambiental e o poder de polícia militar ambiental frente ao crime ambiental.

Aos oficiais, por não participarem do programa anual de reciclagem da PMSC, poderiam ser oferecidos pequenos cursos, seminários, palestras, etc., sobre o assunto em destaque.

Desta forma, se todos os policiais militares catarinenses forem instruídos sobre como e porque devem agir para coibir o crime ambiental em nosso Estado, as agressões ao meio ambiente em Santa Catarina, irão diminuir sensivelmente.

Com base nos serviços prestados e instrução dos PMs, elaborou-se um questionário para ser aplicado junto aos policiais, para saber quais as dificuldades que estes enfrentam para melhorar o serviço, e assim sua motivação para o trabalho constante.

5.4. ETAPA 2 : Análise do Questionário Aplicado aos Policiais Ambientais :

Na 2ª parte desta pesquisa fez-se uma avaliação da situação de trabalho dos PMs Ambientais através da aplicação de um questionário.

5.4.1. Amostra do Estudo:

A amostra utilizada nesta etapa da pesquisa contou com a participação de 136 policiais militares ambientais, do Estado de Santa Catarina, mais especificamente dos pelotões de: Florianópolis, Palhoça, Lages, Laguna e São Miguel do Oeste.

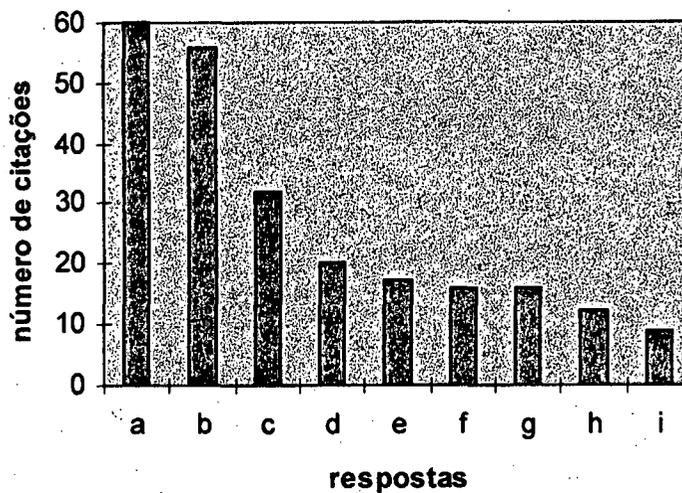
A princípio foram entregues 140 questionários à 140 PMs, destes apenas 4 não foram devolvidos, ficando a amostra final em 136 PMs Ambientais, sendo estes de níveis hierárquicos entre Soldados, Cabos e Sargentos.

O questionário, continha 10 questões discursivas, foram entregues em mãos para os policiais, para os quais foi solicitada a devolução após o término do preenchimento.

5.4.2. Resultados obtidos e análises correspondentes:

5.4.2.1. **QUESTÃO 1:** “Quais as maiores dificuldades encontradas por você como policial militar ambiental no combate ao crime ambiental?”.

Gráfico da Questão 1



Respostas:

- a) Falta de equipamento (60 citações);
- b) Falta de apoio da população (56);
- c) Excesso de burocracia (32);
- d) Desinteresse do poder público (20);
- e) Falta de mais pelotões ambientais (17);
- f) Falta de material didático, cursos, palestras para PMs (16);
- g) Falta de vale-alimentação (16);
- h) Conflito entre PMs e invasores de APP (12);
- i) Falta de efetivo (09).

Análise da Questão 1:

A primeira dificuldade enfrentada pelos policiais no combate ao crime ambiental é a falta de equipamentos necessários aos serviços, como armamento, fardamento, viaturas, máscaras, luvas, rádios, principalmente aqueles ligados à incêndio florestal.

Em segundo lugar, conforme citado pelos policiais entrevistados, aparece o problema da falta de consciência, colaboração e apoio da população em cuidar do meio ambiente, em denunciar crimes ambientais e principalmente o problema da falta de credibilidade no poder da polícia junto ao meio ambiente.

O excesso de burocracia é outro fator negativo para a prestação dos serviços dos policiais, no que se refere aos formulários, autos de prisão, apreensões, já que se leva em torno de 2 a 3 horas para preenchê-los, além de serem redundantes.

Outro agravante é a falta de interesse do poder público em combater grandes criminosos ambientais, já que há falta de apoio judicial, facilidade à infratores com poder aquisitivo, uma vez que estes cometem crimes, pagam uma pequena multa e continuam seus crimes. Além disso, a inércia e desintegração dos órgãos ligados ao meio ambiente também colabora para que este item seja muito citado pelos policiais ambientais.

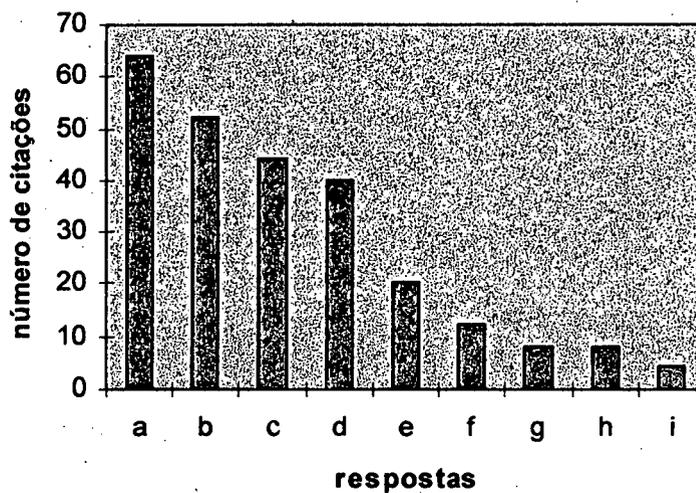
Com o mesmo número de citações temos os itens 'falta de pelotão', 'falta de cursos, palestras' e 'falta de vale-alimentação'. A falta de mais pelotões ambientais pelo Estado de Santa Catarina diz respeito à distância dos pelotões à alguns locais de ocorrências, pois as áreas de jurisdição de cada pelotão é muito extensa e alguns locais ainda são de difícil acesso.

Os policiais acham falta de material didático para consulta, de cursos periódicos, palestras que os mantenham informados constantemente sobre as legislações ambientais, sobre a situação ambiental do nosso Estado. Outro item citado é a falta de vale-alimentação para os policiais, uma vez que devido as áreas de atuação de cada pelotão serem extensas, quando a ocorrência é longe do pelotão, até em outra cidade, os policiais têm de voltar ao pelotão para comerem, o que atrasa o serviço.

O conflito entre PMs e invasores de áreas de preservação permanente (APP), é uma das dificuldades sentidas pelos PMs ambientais, uma vez que muitos destes sentem-se numa posição desconfortável ao terem que desalojar famílias inteiras que não tem onde morar. Além disso, a falta de efetivo também agrava o serviço da Polícia de proteção ambiental, pois são muitas ocorrências por mês em cada pelotão, em áreas muito extensas, e poucos homens para o serviço.

5.4.2. QUESTÃO 2 : “O que falta para melhorar os serviços prestados pela CPPA em Santa Catarina?”

Gráfico da Questão 2



Respostas:

- a) Maior efetivo (64 citações);
- b) Investimento em tecnologia / equipamentos (52);
- c) Preparo, integração e valorização técnico/profissional (44);
- d) Educação ambiental à população (40);
- e) Reduzir burocracia (20);
- f) Aumentar número de pelotões ambientais (12);
- g) Falta de vale-alimentação (08);
- h) Divulgação dos trabalhos da PM pelos meios de comunicação (08);
- i) Serviço de P-2 (04).

Análise da Questão 2:

Para melhorar os serviços prestados pela PM ambiental de Santa Catarina à sociedade catarinense, seria imprescindível o aumento do efetivo militar ambiental. Seria necessário também, segundo os policiais da ativa, um investimento em novas tecnologias / equipamentos (máscaras, luvas, rádios, lanternas), fardamento, além de mais viaturas, pois as existentes são poucas e precárias.

O terceiro ponto mais citado diz respeito ao preparo, integração e valorização técnico / profissional. Os policiais militares ambientais sentem-se pouco instruídos, com carência sobre dados ambientais do estado, leis ambientais, carentes de cursos/palestras periódicas para reciclagem, material bibliográfico, carentes de integração, comunicação, companheirismo, uma vez que não há troca constante de informações e experiências entre os pelotões existentes, além da “carência” de valorização de seu serviço por parte da justiça, governo, entidades e sociedade.

A sociedade também carece de maior contato com informações sobre o meio ambiente e a prestação de serviço dos órgãos ambientais. As colônias de pescadores, os cortadores de madeira e palmito geralmente não entendem o trabalho dos PMs, e o que suas atribuições podem causar ao meio ambiente (desequilíbrio). O que contribui para isto é, segundo alguns PMs citaram, a falta de divulgação das leis ambientais à população, que geralmente não vêem mal em suas atividades e acham que estão dentro da lei, principalmente por parte daqueles que vivem “nos interiores” do estado.

Outro fator importante para melhorar os serviços prestados é a redução da burocracia, no que diz respeito às fichas de autuação, ao preenchimento dos BOAS (Boletins Ambientais), pois estes possuem muitas vias repetitivas, o que demora o serviço (além de pedirem mais autonomia aos Soldados para preencherem também).

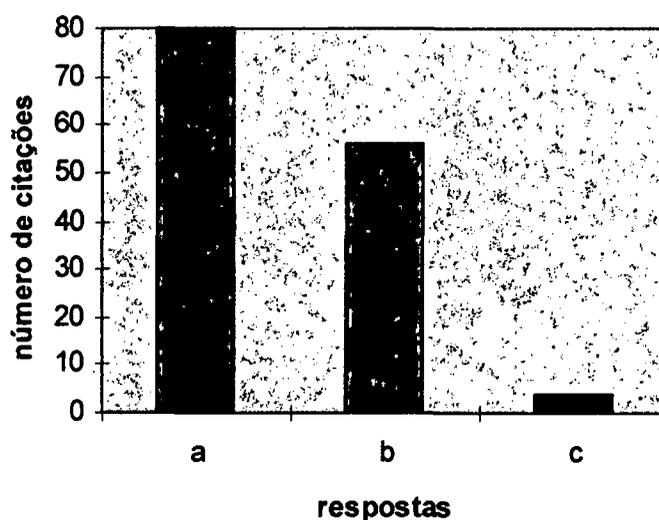
Outro ponto positivo seria aumentar o número de Pelotões em todo o Estado, pois cada Pelotão tem uma área de jurisdição muito extensa, o que dificulta o serviço, uma vez que o número de PMs e viaturas é pequeno para cada Pelotão. Devido a extensão da área de serviço de cada Pelotão, os policiais pedem também que sejam dados vale-alimentação para serviços distantes dos Pelotões.

Outro fator de melhora para os serviços seria a propaganda positiva da PM Ambiental, via meios de comunicações, como TV, rádio, folders, para mostrar o que a PM Ambiental faz, fazendo com que a população desse maior apoio e colaboração.

O serviço de P-2 (serviço de informações), também seria interessante para ajudar na fiscalização das infrações ambientais e por conseguinte dos infratores ambientais.

5.4.2.3. QUESTÃO 3: “Como é o relacionamento do policial militar ambiental com os fiscais ambientais do IBAMA e FATMA na sua opinião?”.

Gráfico da Questão 3



Respostas:

- a) Estreito, pouco, quase nenhum (80 citações);
- b) Bom (56);
- c) Normal (04).

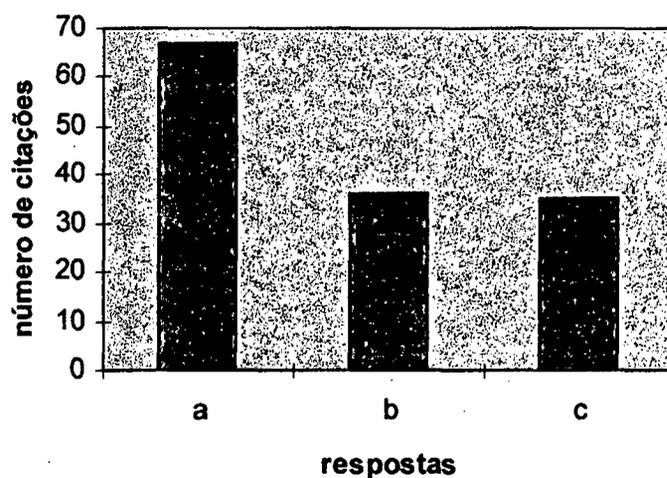
Análise da Questão 3:

Os policiais dizem que o contato com outros fiscais do meio ambiente, como do IBAMA, FATMA, é muito raro, esporádico. Falta integração entre estes e a polícia, segundo os policiais militares. Mas, nas vezes em que há ligação, a comunicação é considerada boa, pela maioria.

Entretanto, por serem órgãos que tratam do meio ambiente, seria melhor se todos eles mantivessem contatos constantes para uma maior troca de experiência.

5.4.2.4. QUESTÃO 4 : “O nível de instrução da tropa é o ideal para fazer a fiscalização ambiental?”.

Gráfico da Questão 4



Respostas:

- a) Sim, bom (67 citações);
- b) Razoável, deixa a desejar (36);
- c) Não (35).

Análise da Questão 4:

Segundo parte dos policiais, o nível de instrução da tropa é bom, mas poderia melhorar, com mais cursos e palestras seqüenciais sobre legislação ambiental, principalmente para cabos e soldados, além de treinamentos para preenchimento de autos e documentações necessárias.

Segundo sugestões citadas, a tropa deveria se reunir uma vez por mês para atualizar-se sobre as leis aplicadas e o panorama dos serviços de fiscalização e preservação do meio ambiente. Deveria ser dado um incentivo, conforme os policiais, para aqueles que quisessem se aprofundar na questão do meio ambiente à nível técnico e/ou superior, com cursos, bolsas de estudo, para depois este conhecimento ser repassado à tropa.

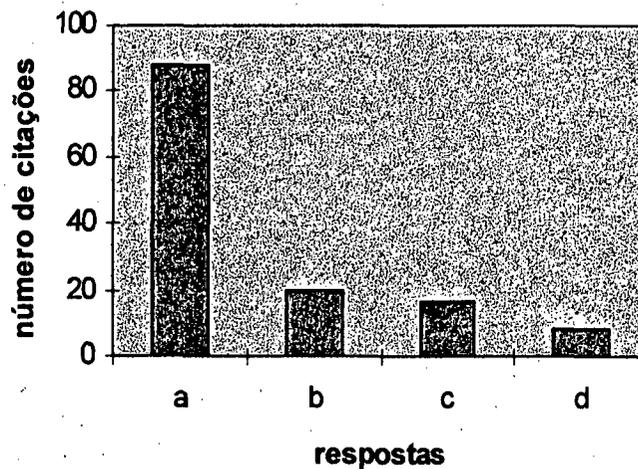
Além disso, os policiais reivindicam material bibliográfico para cada pelotão, como também confecção de apostilas contendo informações básicas para quem trabalha com a fiscalização do meio ambiente.

Estas sugestões foram citadas por parte dos policiais, mas também há aqueles que acham que o nível de instrução não está bom ou até razoável. Se somarmos os valores destes itens ("b" e "c") observaremos que estes somam 72, contra 68 dos que acham positivo o nível de instrução, apesar de citarem que este pode melhorar.

Portanto, podemos considerar que o ensino de educação ambiental aos policiais militares ambientais de Santa Catarina ainda deixa a desejar, podendo e devendo melhorar bem mais, para que tenhamos uma tropa constituída por policiais que realmente estejam preparados para o serviço de proteção ao meio ambiente, dando mais qualidade e segurança à sociedade civil.

5.4.2.5. QUESTÃO 5: “Como é o relacionamento com o público externo?”.

Gráfico da Questão 5



Respostas:

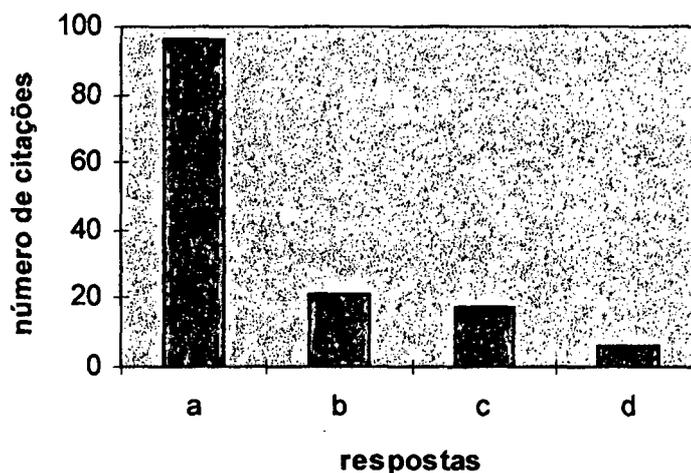
- a) Bom, muito bom, satisfatório (88 citações);
- b) Razoável (20);
- c) Complicado (16);
- d) Normal, estável (08).

Análise da Questão 5:

Grande parte dos policiais ambientais acham que o relacionamento com o público externo é bom, pois parte da população catarinense apoia o serviço da PM. Mas, assim como em certas áreas o trabalho é bom, significativo, recompensável, em outros locais é complexo, constrangedor, complicado e dificultado, principalmente, pelo desconhecimento das leis ambientais por parte da sociedade.

5.4.2.6. QUESTÃO 6: “E em relação ao público interno, como está o moral dos policiais para fazer frente à sua missão?”.

Gráfico da Questão 6



Respostas:

- a) Boa, satisfatória (96 citações);
- b) Razoável (21);

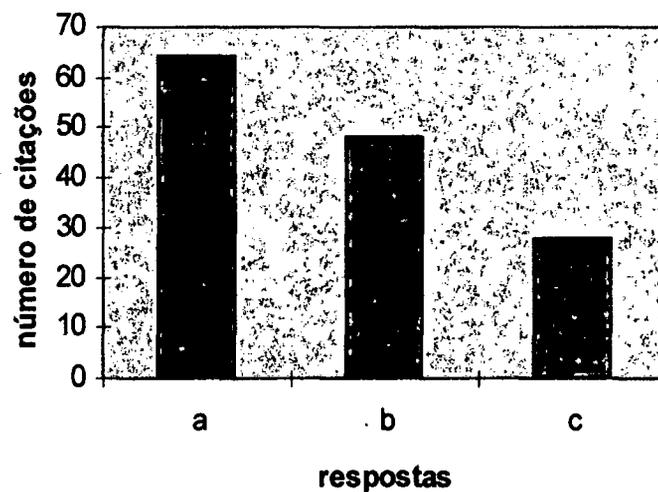
- c) Normal, estável (17);
- d) Abalada, ruim (06).

Análise da Questão 6:

Segundo os policiais o moral interna para a missão está boa. Dizem que há bastante companheirismo nos Pelotões, e 'não há nada que uma boa conversa não resolva'. Uns sentem-se bem motivados, outros porém, acham que há pouco incentivo e muita cobrança. Muitos policiais citam que têm consciência de que eles têm de dar o exemplo.

5.4.2.7. QUESTÃO 7: "O equipamento e armamento utilizado pela CPPA é o adequado?"

Gráfico da Questão 7



Respostas:

- a) Adequados (mas insuficientes) (64 citações);
- b) Não, inadequados (48);
- c) Razoável (uns sim, outros não) (28).

Análise da Questão 7:

Neste item o que sobressai é o fato de que a Polícia Militar Ambiental encontra-se com insuficiência, carência, de materiais, equipamentos novos e em maior quantidade, já que faltam luvas, lanternas, rádios, coletes, armas, máscaras, fardamento e até mesmo viaturas.

Muitos policiais disseram que os equipamentos existentes estão adequados, apesar de serem poucos, insuficientes para tantas ocorrências registradas mensalmente. Devido ao tempo de uso, alguns deveriam ser repostos, e adquiridos novos equipamentos, para que o serviço se tornasse mais eficiente.

É tão importante este item, que foi um dos mais citados nas questões 1 e 2 do questionário aplicado junto à amostra do trabalho, que tratavam das 'dificuldades enfrentadas no combate ao crime ambiental' e 'o que falta para melhorar o serviço da PM em Santa Catarina'.

Respostas:

- a) Adequados (mas insuficientes) (64 citações);
- b) Não, inadequados (48);
- c) Razoável (uns sim, outros não) (28).

Análise da Questão 7:

Neste item o que sobressai é o fato de que a Polícia Militar Ambiental encontra-se com insuficiência, carência, de materiais, equipamentos novos e em maior quantidade, já que faltam luvas, lanternas, rádios, coletes, armas, máscaras, fardamento e até mesmo viaturas.

Muitos policiais disseram que os equipamentos existentes estão adequados, apesar de serem poucos, insuficientes para tantas ocorrências registradas mensalmente. Devido ao tempo de uso, alguns deveriam ser repostos, e adquiridos novos equipamentos, para que o serviço se tornasse mais eficiente.

É tão importante este item, que foi um dos mais citados nas questões 1 e 2 do questionário aplicado junto à amostra do trabalho, que tratavam das 'dificuldades enfrentadas no combate ao crime ambiental' e 'o que falta para melhorar o serviço da PM em Santa Catarina'.

Análise da Questão 8:

À nível de serviço, de ocorrências atendidas, a mais constante, segundo os policiais, é o desmatamento e extração de madeira para comércio, principalmente em cidades do interior do Estado.

A segunda maior ocorrência é a invasão de áreas de preservação permanente, pois comumente as demarcações das áreas não são claras. É comum construções sobre áreas de parques e aterros em mangues.

A caça, pesca ilegal e queimadas também foram bem citados. Também é considerável a apreensão de animais em cativeiro para comércio, principalmente pássaros.

A extração de minerais ocorre principalmente, nos arredores da cidade de Criciúma e a extração de palmito, ao longo do litoral catarinense, nos trechos de mata atlântica.

Uma ocorrência que envolve a saúde pública da população e é grave, pois é de difícil reversão, é a poluição de rios, mares, lagos, córregos, com dejetos, resíduos sólidos, que contaminam o meio ambiente e a saúde dos cidadãos. Os policiais também são chamados para resolver problemas de invasão de abelhas em propriedades, para apreensão de objetos de caça, como gaiolas, arcos, flechas. Duas outras citações foram os crimes contra a flora e a fauna, que não deixa de englobar o desmatamento, as queimadas, a caça, a pesca, ou seja, outras ocorrências citadas anteriormente.

Além destas observações, podemos analisar as questões apontadas nesta pergunta com as de “Atendimento/Ocorrências”, da CPPA, vistas anteriormente, na 1ª etapa da parte prática deste trabalho (ver pg. 69).

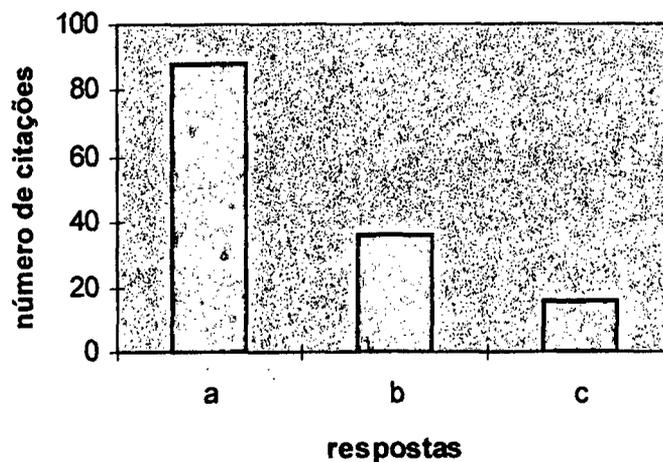
Comparando os resultados podemos notar a semelhança entre o que a CPPA diagnosticou e o que os policiais diagnosticam em seu trabalho.

A ocorrência citada pelos PMs, refere-se a flora (desmatamento e extração de madeira), seguindo-se da invasão às APPs, caça e pesca ilegais. Se olharmos a pg. 69, veremos que a flora ficou em 2º lugar para a CPPA, sendo a ocorrência mais atendida a educação ambiental. Como esta é uma ocorrência positiva, pois prestação de serviço à comunidade, não chegando a ser citada pelos PMs nesta 2ª etapa, aparecendo como respostas as ocorrências que realmente requerem equipamentos, viaturas, rapidez e agilidade dos policiais.

Seguindo a ordem dos atendimentos/ocorrências agora aparece nesta etapa da pesquisa as invasões às APPs, que na pg 69 estariam dentro de “outros atendimentos”. Após aparecem ocorrências referentes à mineração, poluição ambiental e atendimentos envolvendo enxames de abelhas, que também apareceram na pg. 69 - gráfico 1º. O incêndio florestal também foi citado, obtendo 60 citações ao todo.

Outras respostas dizem respeito à flora e a fauna, particularmente. Portanto, podemos dizer que fechou os dados do gráfico 1º (pg. 69), analisado anteriormente e os resultados obtidos nesta 2ª etapa da pesquisa.

5.4.2.9. QUESTÃO 9 : “O efetivo da CPPA está preparado para atender as missões que lhe são destinadas? Se a resposta for negativa, aponte o que falta para melhorar o seu desempenho.”.

Gráfico da Questão 9

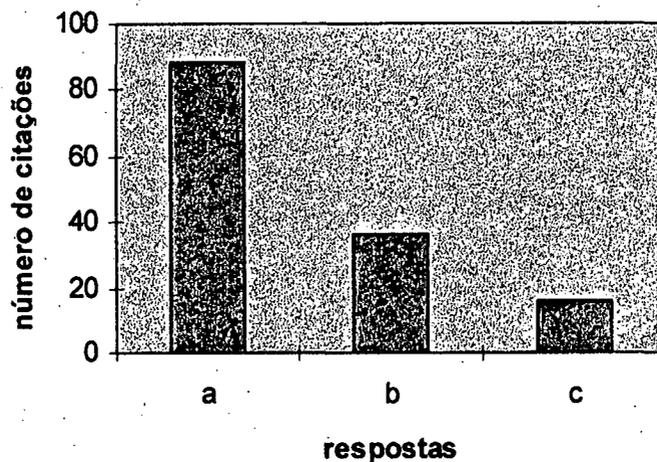
Respostas:

- a) Sim (88 citações);
- b) Não (36);
- c) Às vezes, dependendo da ocorrência (16).

Análise da Questão 9:

Muitos policiais responderam 'sim' à esta questão. Entretanto, muitos colocaram um porém após o 'sim': "sim, mas falta mais instrução, cursos, conhecimento"; "sim, mas faltam mais policiais e equipamentos para melhorar o serviço".

Portanto, pode-se notar que a maioria faz esforço para estar sempre bem preparados, motivados para as missões, mas sempre adequando o serviço ao que se tem.

Gráfico da Questão 9

Respostas:

- a) Sim (88 citações);
- b) Não (36);
- c) Às vezes, dependendo da ocorrência (16).

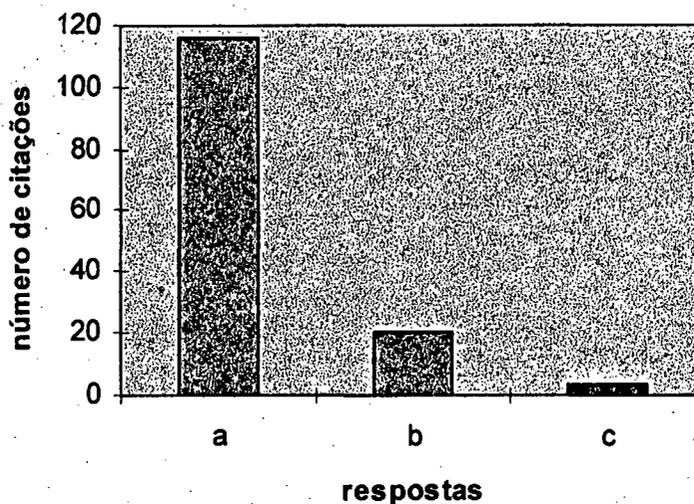
Análise da Questão 9:

Muitos policiais responderam 'sim' à esta questão. Entretanto, muitos colocaram um porém após o 'sim': "sim, mas falta mais instrução, cursos, conhecimento"; "sim, mas faltam mais policiais e equipamentos para melhorar o serviço".

Portanto, pode-se notar que a maioria faz esforço para estar sempre bem preparados, motivados para as missões, mas sempre adequando o serviço ao que se tem.

5.4.2.10. QUESTÃO 10: “Os pleitos dos policiais ambientais são aceitos pelos outros órgãos de fiscalização ambiental?”.

Gráfico da Questão 10



Respostas:

- a) Sim (116 citações);
- b) Às vezes (20);
- c) Não (03).

Análise da Questão 10:

Quanto à esta questão, muitos citaram, como visto na questão 3 do questionário, que não há muita integração, relacionamento entre a Polícia Militar Ambiental e outros órgãos que também tratam do meio ambiente, funcionando cada um por si. Mas, quando há ligação entre estes órgãos, geralmente os outros aceitam os pleitos da PM, mas nem

sempre os colocam em prática, apenas “ouvindo os PMs, mas não atuando conforme os pedidos destes”.

Este questionário foi elaborado para sabermos as dificuldades enfrentadas pelos policiais militares ambientais no cumprimento de seus serviços à comunidade. Como vimos anteriormente, há vários problemas que estão sendo enfrentados pelos policiais.

Falta de equipamentos de apoio ao serviço; falta de viaturas; falta de vale-alimentação, para serviços em locais mais afastados; falta de efetivo; que faz com que os policiais se sobrecarreguem; falta de mais pelotões, uma vez que a jurisdição de cada um é extensa, envolvendo vários municípios; falta de cursos, palestras periódicos, para atualização da legislação ambiental, e melhor preparação para atender a comunidade, no que diz respeito à educação ambiental.

Todos estes problemas fazem com que o serviço da PM ambiental encontre-se precário, sem a devida qualidade oferecida e sem a devida motivação dos policiais, para cumprir suas tarefas, o que vem de encontro às queixas feitas por estes, quando da entrega do questionário para ser preenchido.

Tendo em vista os resultados obtidos, não satisfatórios, são feitas, à seguir, várias sugestões, fáceis de serem implementadas, e que só viriam a colaborar com uma melhor qualidade do serviço prestado pelos policiais militares no Estado de Santa Catarina.

Capítulo 6 : SUGESTÕES E CONCLUSÃO

6.1. Sugestões:

1) Aumentar a carga horária nos cursos de formação e nos de aperfeiçoamento de policiais existentes na Polícia Militar de Santa Catarina, para as matérias que tratem sobre legislação ambiental, educação ambiental e fiscalização ambiental;

2) Fazer convênios com Universidades de renome, a fim de capacitar instrutores para ministrarem matérias relativas ao meio ambiente, nos cursos de formação e nos de aperfeiçoamento de policiais existentes na PM;

3) Colocar nos módulos de instrução modular da tropa PM/BM, matérias relativas ao meio ambiente, a fim de instruir os quase 13.210 policiais militares/bombeiros militares catarinenses sobre como atuar em ocorrências relativas ao meio ambiente;

4) Aumentar o efetivo da CPPA principalmente no interior do Estado, ou dar poderes, após devidamente instruídos, aos demais PMs dos mais de 300 quartéis existentes nos quatro cantos do estado, para que os mesmos possam suprir as necessidades existentes no setor;

5) Os comandantes devem reunir a tropa da CPPA pelo menos uma vez por mês, a fim de ouvir sugestões de possíveis mudanças no *modus operandi* ou nos planos de operações da CPPA, para melhorar e ter mais produtividade o policiamento ambiental em Santa Catarina;

6) Melhorar a logística das equipes que atuam na ponta do policiamento ambiental;

7) Criar o serviço de P-2 (serviço secreto), a fim de melhor distribuir o efetivo para as operações contra desmatamento, caça ilegal, poluição, etc;

8) Estabelecer o pagamento de diárias em dinheiro ou vale refeição para os PMs que tem que realizar operações demoradas no mato ou em localidades distantes, tendo em vista que os PMs hoje ficam no mato várias horas sem realizar refeições, sendo que somente as realizam quando retornam ao quartel;

9) Dotar a CPPA de viaturas com 4 portas para melhor mobilizar o efetivo em operações típicas de polícia ambiental. Hoje a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental da PMSC possui poucas viaturas deste tipo;

10) Dotar a CPPA de lanchas oceânicas com armamento pesado tipo .50 mm , haja vista a necessidade de atuar em alto mar, sendo que hoje existe apenas uma lancha deste tipo e sem o armamento necessário. A necessidade de lanchas com armamento pesado se dá em virtude de que a CPPA já foi atacada em alto mar por navios pesqueiros estrangeiros e por navios brasileiros que vieram e continuam a vir para o litoral catarinense pescarem de forma irregular e na maioria das vezes estão armados com armamento de grosso calibre;

11) Entrosar melhor os órgãos de fiscalização ambiental, a fim de evitar a inimizade e a concorrência entre órgãos públicos que certamente traz e continuará trazendo prejuízo à comunidade como um todo;

6) Melhorar a logística das equipes que atuam na ponta do policiamento ambiental;

7) Criar o serviço de P-2 (serviço secreto), a fim de melhor distribuir o efetivo para as operações contra desmatamento, caça ilegal, poluição, etc;

8) Estabelecer o pagamento de diárias em dinheiro ou vale refeição para os PMs que tem que realizar operações demoradas no mato ou em localidades distantes, tendo em vista que os PMs hoje ficam no mato várias horas sem realizar refeições, sendo que somente as realizam quando retornam ao quartel;

9) Dotar a CPPA de viaturas com 4 portas para melhor mobilizar o efetivo em operações típicas de polícia ambiental. Hoje a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental da PMSC possui poucas viaturas deste tipo;

10) Dotar a CPPA de lanchas oceânicas com armamento pesado tipo .50 mm , haja vista a necessidade de atuar em alto mar, sendo que hoje existe apenas uma lancha deste tipo e sem o armamento necessário. A necessidade de lanchas com armamento pesado se dá em virtude de que a CPPA já foi atacada em alto mar por navios pesqueiros estrangeiros e por navios brasileiros que vieram e continuam a vir para o litoral catarinense pescarem de forma irregular e na maioria das vezes estão armados com armamento de grosso calibre;

11) Entrosar melhor os órgãos de fiscalização ambiental, a fim de evitar a inimizade e a concorrência entre órgãos públicos que certamente traz e continuará trazendo prejuízo à comunidade como um todo;

6.2. Conclusão do Trabalho:

De acordo com tudo que foi exposto nesta Dissertação, podemos concluir, de maneira geral, que a polícia militar ambiental de Santa Catarina carece de melhorias para a execução de seus serviços à comunidade, e principalmente, ao meio ambiente.

Pudemos ter uma noção do que é e faz a polícia militar ambiental, e quais as dificuldades que esta encontra no dia-a-dia de seu serviço.

A realização deste trabalho foi muito gratificante, pois irá contribuir, sem dúvidas, para a melhora das tarefas executadas pelos policiais ambientais, através da implantação das sugestões verificadas e expostas anteriormente.

A realização de trabalhos que analisem organizações, a fim de detectar pontos falhos e positivos, que se preocupem com uma gestão ambiental, ou melhor, uma remodelação da administração geral da organização, se faz providencial, principalmente àquelas organizações que trabalham diretamente com o meio ambiente, a 'casa viva' de todo ser humano. Os estudos com estes propósitos ajudam não só à melhoria dos serviços prestados à população, como principalmente à motivação dos trabalhadores e à melhor qualidade de vida de todos nós.

Por isso, recomendamos a realização de mais trabalhos que visem analisar organizações públicas fundamentais à sociedade, a fim de melhorarmos sua vida - em nosso caso, a vida dos catarinenses.

Anexo 1

QUARTÉIS DA COMPANHIA DE POLÍCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

1° PEL –	PARQUE FLORESTAL DO RIO VERMELHO - FONE-FAX (048) 292-2300 FLORIANÓPOLIS,SC
2° PEL –	PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO - BR-101 - KM 238 (MACIAMBÚ), PALHOÇA-SC - FONE-FAX (048) 292-6000
3° PEL –	FISCALIZAÇÃO AQUÁTICA, RUA 14 DE JULHO, S/Nº, ESTREITO FLORIANÓPOLIS,SC – FONE (048) 292-6312
4° PEL –	ESTRADA DO PIRAI S/Nº - KM-5, BAIRRO VILA NOVA – JOINVILLE,SC FONE (047) 439-5477
5° PEL –	AV. ALISTRATO MÜLLER SALLES S/Nº, BAIRRO PORTINHO – LAGUNA,SC FONE 644-1728
6° PEL –	RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, 1501, BAIRRO VILA NOVA – BLUMENAU,SC – FONE (047) 821-0670
7° PEL –	RUA TIRADENTES, 61, BAIRRO SANTANA, RIO DO SUL, SC – FONE (047) 821- 0670
8° PEL –	AV. GETÚLIO VARGAS, 1841, CHAPECÓ, SC – FONE
9° PEL –	RUA MATO GROSSO, 297, LAGES, SC – FONE (049) 223-1999
10° PEL	AVENIDA ANTÔNIO ROQUE JUNIOR, BAIRRO N. SENHORA DE SALETE CRICIUMA - SC
11° PEL	RUA 21 DE ABRIL, 1687 CENTRO SÃO MIGUEL DO OESTE
12° PEL	RUA DUQUE DE CAXIAS Nº 200 CANOINHAS

Obs. Total de homens na CPPA, 309 em todo o Estado.

Anexo 2



**ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE INSTRUÇÃO E ENSINO**

**CURRÍCULO DO CURSO DE
FORMAÇÃO DE SOLDADOS**

(CFSD)

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 1998

**ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE INSTRUÇÃO E ENSINO**

CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS PM 1.0

CURRICULO

1. **DURAÇÃO MÍNIMA DO CURSO:** 1590 horas-aulas (37 semanas)
2. **OBJETIVOS GERAIS DO CURSO:** : Habilitar o futuro soldado para o desempenho das funções, inerentes ao Soldado PM, de acordo com a legislação vigente, através de um ensino interdisciplinar, relacionando a atividade policial-militar às inovações constitucionais, às demais áreas de conhecimento jurídico e à moderna realidade social, política, econômica e cultural do Brasil.
3. **RELAÇÃO DAS MATÉRIAS COM A RESPECTIVA CARGA HORÁRIA:**

ÁREA DE ENSINO	Nº	MATÉRIAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			1ª FASE	2ª FASE
FUNDAMENTAL	01	TÉCNICA DE REDAÇÃO DE DOCUMENTOS	15	
	02	QUALIDADE NO ATENDIMENTO	15	
	03	ÉTICA POLICIAL MILITAR	15	
	04	COMUNICAÇÃO EM LINGUA ESPANHOLA	30	
	05	PSICOLOGIA SOCIAL APLICADA	15	
	06	SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DA PM	15	
	07	HISTÓRIA DA PM	15	
	08	HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO	15	
	09	LEGISLAÇÃO POLICIAL MILITAR	45	
	10	CRIMINOLOGIA	30	
Total da C/H Area de Ensino Fundamental			210	
INSTRUMENTAL	11	DIREITOS HUMANOS	30	
	12	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	30	
	13	DIREITO PENAL	75	
	14	DIREITO PROCESSUAL PENAL	15	
	15	DIREITO PENAL MILITAR	30	
	16	DIREITO CIVIL	15	
	17	DIREITO AMBIENTAL	30	
	18	MEDICINA LEGAL	30	

N T A L	19	CRIMINALÍSTICA	30		
	20	DEFESA CIVIL	30		
	21	INTELIGÊNCIA POLICIAL	30		
Total da C/H Area de Ensino Instrumental			345		
P R O F I S S I O N A L	P O S T E L I C I A	22	TIRO POLICIAL MILITAR I, II	45	45
		23	DEFESA PESSOAL I, II	45	45
		24	ORDEM UNIDA I, II	30	15
		25	EDUCAÇÃO FÍSICA I, II	45	45
		26	ATIVIDADE DE BOMBEIRO MILITAR I (Noções de Bombeiro)	30	
		27	ATIVIDADE DE BOMBEIRO MILITAR II (Emergências e Traumas)		105
		28	ATIVIDADE DE POLÍCIA OSTENSIVA I (Policiamento Ostensivo Geral)		60
		29	ATIVIDADE DE POLÍCIA OSTENSIVA II (Policiamento Ostensivo de Trânsito e Rodov.)		90
		30	ATIVIDADE DE POLÍCIA OSTENSIVA III (Policiamento Ostensivo Especializado)		45
		31	ATIVIDADE DE POLÍCIA OSTENSIVA IV (Operações Especiais)		60
		32	ATIVIDADE DE POLÍCIA OSTENSIVA V (Operações de defesa Interna)		30
Total da C/H Area de Ensino Profissional			195	540	
Carga Horária Curricular			750	540	
A Disposição da Direção (Incluindo Feriados)			60	60	
Estágio Operacional Supervisionado				180	
Sub Total			810	780	
Carga Horária Total do Curso				1590	

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ENSINO

PROGRAMA DE MATÉRIA		
Sigla DRA	Disciplina DIREITO AMBIENTAL	Horas/Aula 30
OBJETIVO: Despertar no aluno o interesse e preocupação pelos cuidados com o meio ambiente, bem como dotá-lo de conhecimentos legais e administrativos essenciais a prática de política ambiental.		
PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA		
UNIDADE DIDÁTICA	Nº ASS	ASSUNTO
01. Noções Históricas sobre o meio ambiente e designação ambiental	01 02 03	Evolução histórica; Vida em sociedade (homem x natureza); Situação atual.
02. Sistema Nacional do Meio ambiente	01 02 03 04 05 06 07 08	Amparo constitucional e legislação Ordinária; O sistema nacional do meio ambiente; Avaliação de impacto ambiental; Estudo de impacto ambiental (EIA); Relatório de impacto de meio ambiente (RIMA); Audiência pública; Licenciamento ambiental; Unidades de conservação.
03. Noções de legislação Ambiental.	01 02 03 04	Noções de legislação ambiental, federal, Estadual e municipal; Noções de crime contra a flora e fauna; Noções de crime contra a fauna ictiológica; Outras figuras penais (mineração, poluentes e agrotóxicos).
04. A Polícia Militar e a Proteção ao Meio Ambiente	01 02 03 04	Amparo constitucional; A CPPA, subordinação e articulação; Atividades e documentação; Atuação e atuação ambiental.
05. Amostragem de Equipamentos	01	Demonstração dos equipamentos e de seu funcionamento.
VERIFICAÇÃO FINAL - FEEDBACK		



**ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE INSTRUÇÃO E ENSINO**

**CURRÍCULO DO CURSO DE
FORMAÇÃO DE SOLDADOS**

(CESd BM)

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 1998

**ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE INSTRUÇÃO E ENSINO**

CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS BM 2.0

CURRÍCULO

1. **DURAÇÃO DO CURSO:** 1590 H/A (37 semanas);

2. **OBJETIVO DO CURSO:** Habilitar o futuro soldado para o desempenho das funções, inerentes ao Soldado BM, de acordo com a legislação vigente, através de um ensino interdisciplinar, relacionando a atividade bombeiro-militar às inovações constitucionais, às demais áreas de conhecimento jurídico e à moderna realidade social, política, econômica e cultural do Brasil;

3. **ROL DAS MATÉRIAS COM A RESPECTIVA CARGA HORÁRIA:**

ÁREA DE ENSINO	Nº	MATÉRIAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
			1ª FASE	2ª FASE
FUNDAMENTAL	01	TÉCNICA DE REDAÇÃO DE DOCUMENTOS	15	
	02	QUALIDADE NO ATENDIMENTO	15	
	03	ÉTICA POLICIAL MILITAR	15	
	04	COMUNICAÇÃO EM LINGUA ESPANHOLA	30	
	05	PSICOLOGIA SOCIAL APLICADA	15	
	06	SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DA PM	15	
	07	HISTÓRIA DA PM	15	
	08	HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO	15	
	09	LEGISLAÇÃO POLICIAL MILITAR	45	
	10	CRIMINOLOGIA	30	
Total da C/H Area de Ensino Fundamental			210	
INSTRUMENTAL	11	DIREITOS HUMANOS	30	
	12	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	30	
	13	DIREITO PENAL	75	
	14	DIREITO PROCESSUAL PENAL	15	
	15	DIREITO PENAL MILITAR	30	

U M E N T A L	16	DIREITO CIVIL	15		
	17	DIREITO AMBIENTAL	30		
	18	MEDICINA LEGAL	30		
	19	CRIMINALÍSTICA	30		
	20	DEFESA CIVIL	30		
	21	INTELIGÊNCIA POLICIAL	30		
Total da C/H Area de Ensino Instrumental			345		
P R O F I S S I O N A L	B O M B E I R O	22	TIRO POLICIAL MILITAR	30	
		23	DEFESA PESSOAL I, II	30	30
		24	ORDEM UNIDA I, II	30	15
		25	EDUCAÇÃO FÍSICA I, II	45	45
		26	NOÇÕES DE POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	30	
		27	CONCEITOS BÁSICOS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO		60
		28	PRINCÍPIOS DA QUÍMICA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO		60
		29	FUNDAMENTOS DE COMBATE E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS		105
		30	SOCORROS DE URGÊNCIA E RESGATE		135
		31	FUNDAMENTOS DE BUSCA E SALVAMENTO		120
Total da C/H Area de Ensino Profissional			165	570	
Carga Horária Curricular			720	570	
A Disposição da Direção (Incluindo Feriados)			60	60	
Estágio Operacional Supervisionado				180	
Sub Total			780	810	
Carga Horária Total do Curso				1590	

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ENSINO

PROGRAMA DE MATÉRIA		
Sigla	Disciplina	Horas/Aula
DRA	DIREITO AMBIENTAL	30
OBJETIVO: Despertar no aluno o interesse e preocupação pelos cuidados com o meio ambiente, bem como dotá-lo de conhecimentos legais e administrativos essenciais a prática de política ambiental.		
PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA		
UNIDADE DIDÁTICA	Nº ASS	ASSUNTO
01. Noções Históricas sobre o meio ambiente e designação ambiental	01	Evolução histórica;
	02	Vida em sociedade (homem x natureza);
	03	Situação atual.
02. Sistema Nacional do Meio ambiente	01	Amparo constitucional e legislação Ordinária;
	02	O sistema nacional do meio ambiente;
	03	Avaliação de impacto ambiental;
	04	Estudo de impacto ambiental (EIA);
	05	Relatório de impacto de meio ambiente (RIMA);
	06	Audiência pública;
	07	Licenciamento ambiental;
	08	Unidades de conservação.
03. Noções de legislação Ambiental	01	Noções de legislação ambiental, federal, Estadual e municipal;
	02	Noções de crime contra a flora e fauna;
	03	Noções de crime contra a fauna ictiológica;
	04	Outras figuras penais (mineração, poluentes e agrotóxicos).
04. A Polícia Militar e a Proteção ao Meio Ambiente	01	Amparo constitucional;
	02	A CPPA, subordinação e articulação;
	03	Atividades e documentação;
	04	Atuação e autuação ambiental.
05. Amostragem de Equipamentos	01	Demonstração dos equipamentos e de seu funcionamento.
VERIFICAÇÃO FINAL- FEEDBACK		

Anexo 3



POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA
CENTRO DE ENSINO
DIVISÃO DE ENSINO

CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS PM 1.0

ÁREA DE ENSINO	Nº	MATÉRIAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA				Pg
			1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE	SOMA	
FUNDAMENTAL	01	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO I, II, III	30	30	30	90	1-3
	02	COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA I, II	45	15		60	4-5
	03	CONSCIENTIZAÇÃO TURÍSTICA	15			15	6
	04	RELAÇÕES PÚBLICAS	30			30	7
	05	DEONTOLOGIA	30			30	8
	06	GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL		30		30	9
	07	METODOLOGIA DA INSTRUÇÃO			30	30	10
	08	CORRESPONDÊNCIA POLICIAL MILITAR	30			30	11
	09	SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DA PMSC		15		15	12
	10	INFORMÁTICA NA PMSC			30	30	13
	11	ESTATÍSTICA		30		30	14
	12	HISTÓRIA DA PMSC	15			15	15
	13	HISTÓRIA E GEOGRAFIA CATARINENSE			30	30	16
	14	POLÍTICA SOCIAL		30		30	17
	15	CHEFIA E LIDERANÇA			15	15	18
	INSTRUMENTAL	16	CRIMINOLOGIA	30			30
17		DIREITOS HUMANOS	30			30	20
18		DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			30	30	21
19		DIREITO ADMINISTRATIVO		45		45	22
20		DIREITO CONSTITUCIONAL	30			30	23
21		DIREITO PENAL I, II	30	45		75	24-25
22		DIREITO PROCESSUAL PENAL		45		45	26
23		DIREITO PENAL MILITAR		30		30	27
24		DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR			30	30	28
25		DIREITO CIVIL			30	30	29
26		DIREITO AMBIENTAL		30		30	30
27		LEGISLAÇÃO POLICIAL MILITAR I, II, III	30	30	30	90	31-37
28		ATIVIDADE ADMINISTRATIVA NAS PMSC I, II		45	60	105	38-41
29		MEDICINA LEGAL			30	30	42
30		CRIMINALÍSTICA			30	30	43
31		DEFESA CIVIL			15	15	44
32		DOCTRINA POLICIAL			30	30	45
33		INTELIGÊNCIA POLICIAL			15	15	46
34		TIRO POLICIAL MILITAR I, II, III	45	30	45	120	44-49
35		DEFESA PESSOAL I, II, III	30	30	30	90	50-52
36	ORDEM UNIDA I, II, III	30	30	30	90	53-55	
37	EDUCAÇÃO FÍSICA I, II, III	30	30	30	90	56-58	
PROFI	38	ATIVIDADE DE BOMBEIRO MILITAR I (Emergências e Traumas)	105			105	59-60
	39	ATIVIDADE DE BOMBEIRO MILITAR II (Noções de Bombeiro)	30			30	61
	40	ATIVIDADE DE POLÍCIA OSTENSIVA I, III, VII (Policciamento Ostensivo Geral)	30	45	45	120	62,64,68

S S I O N A L	41	ATIVIDADE DE POLICIA OSTENSIVA II, IV (Policimento Ostensivo de Trânsito e Rodov.)	30	30		60	63,65
	42	ATIVIDADE DE POLICIA OSTENSIVA VIII (Policimento Ostensivo Especializado)			30	30	70
	43	ATIVIDADE DE POLICIA OSTENSIVA V, IX (Operações Especiais)		30	30	60	66,71
	44	ATIVIDADE DE POLICIA OSTENSIVA VI (Operações de defesa Interna)		30		30	67
CARGA HORÁRIA CURRICULAR MÍNIMA			675	675	675	2025	
A DISPOSIÇÃO DA DIREÇÃO			180	180	180	540	
ESTÁGIO OPERACIONAL SUPERVISIONADO						360	
TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO						2925	

Anexo 4



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO

CURRÍCULO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE
SARGENTOS PM

ÁREA DE ENSINO	Nº	MATÉRIAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	Nº DE CRÉDITOS	
FUNDAMENTAL	01	Comunicação e Expressão	30	02	
	02	Política Social	15	01	
	03	Relações Públicas e Humanas	15	01	
	04	Deontologia	15	01	
	05	Qualidade Total e Produtividade	30	02	
	06	Metodologia da Instrução	15	01	
	07	Correspondência Policial Militar	15	01	
	08	Sistema de Comunicações da PMSC	15	01	
	09	Informática na PMSC	30	02	
INTERMEDIÁRIA	CULTURA JURÍDICA				
	10	Direito Administrativo	30	02	
	11	Direito Constitucional	15	01	
	12	Direito Penal	30	02	
	13	Direito Processual Penal	15	01	
	14	Direito Penal Militar	15	01	
	15	Direito Processual Penal Militar	30	02	
	16	Direito Ambiental	30	02	
	17	Direito da Criança e do Adolescente	15	01	
	18	Direito Civil	15	01	
	19	Legislação Policial Militar	30	02	
	CULTURA ADMINISTRATIVA				
	20	Administração de Pessoal (Recursos Humanos, Ensino e Promoção Social)	30	02	
	21	Administração de Material	30	02	
	22	Administração Financeira	30	02	
	PROFISSIONAL	23	Defesa Civil	15	01
		24	Defesa Pessoal	30	02
		25	Doutrina Policial	45	03
		26	Informações e Contra-Informações	15	01
27		Operações de Defesa Interna	15	01	
28		Operações Especiais	30	02	
29		Polícia Ostensiva	60	04	
30		Tiro Policial	45	03	
31		Educação Física	45	03	
32		Ordem Unida	15	01	
CARGA HORÁRIA CURRIC. MÍNIMA E TOTAL DE CRÉDITOS			810	54	

OBSERVAÇÕES:

- ⇒ O presente currículo contará com 810 horas-aulas curriculares mínimas a serem cumpridas em 18 (dezoito) semanas, dentro de um semestre letivo de 22 (vinte e duas) semanas;
- ⇒ A semana letiva contará com 45 (quarenta e cinco) horas-aulas curriculares;
- ⇒ A presente proposta altera a estrutura do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos PM, passando este a constituir-se em três núcleos distintos conforme a área específica de ensino. São eles: núcleo de ensino fundamental, núcleo de instrumental e núcleo de ensino profissional.
- ⇒ O núcleo de ensino fundamental contará com nove matérias e carga horária de 180 (cento e oitenta) horas-aula, correspondendo a um total de 12 (doze) créditos de 15 (quinze) horas-aula cada. Para efeito de média ponderada este núcleo terá peso 2 (dois).
- ⇒ O núcleo de ensino instrumental contará com 13 (treze) matérias e carga horária de 330 (trezentas e trinta) horas-aula, correspondendo a um total de 21 (vinte e um) créditos de 15 (quinze) horas-aula cada. Para efeito de média ponderada este núcleo terá peso 4 (quatro).
- ⇒ O núcleo de ensino profissional contará com 10 (dez) matérias e carga horária de 300 (trezentas) horas-aula, correspondendo a um total de 21 (vinte e um) créditos de 15 (quinze) horas-aula cada. Para efeito de média ponderada este núcleo terá peso 4 (quatro).
- ⇒ Para efeito de classificação final do curso:
 - ⇒ os pesos diferenciados dos núcleos incidirão diretamente no cálculo da média final do aluno no curso;
 - ⇒ cada matéria terá, inicialmente, uma nota apurada conforme os critérios das NPCE em vigor. A partir desta nota a apuração da média final obedecerá os critérios específicos, adiante indicados, que deverão oportunamente constar das NPCE:
 - ⇒ a nota obtida na matéria deverá ser multiplicada pelo número de créditos correspondentes, resultando em valor numérico;
 - ⇒ em cada núcleo deverão ser somados os valores numéricos das respectivas matérias, obtidos conforme cálculo acima, que serão divididos pelo número de créditos correspondente ao núcleo, resultando numa média por núcleo;
 - ⇒ a partir da média de cada núcleo, que será multiplicada pelo peso ponderado a ele correspondente, far-se-á o somatório dos valores obtidos nos três núcleos, que será dividido por 10 (dez) para apuração da média final do aluno no curso.

	06	Audiência Pública
	07	Desenvolvimento Ambiental
02. Temas Gerais	01	Os Ecosistemas Interiores do Meio Ambiente
	02	Estado, Defesa e Defesa do Meio Ambiente
		Contaminação do Ambiente
	03	O Papel Público de São Paulo de São Paulo
	04	Áreas Verdes e Recreação
	05	Tratado de Proteção e Defesa Ambiental
04. A Polícia Militar e a Proteção do Meio Ambiente	01	Condições Ambientais
	02	A LPPA, Subordinação e Articulação
	03	Políticas e Instrumentos
	04	Atuação e Autuação Ambiental
	05	Instrumentos de Gestão Ambiental
VERIFICAÇÃO FINAL		



POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ENSINO
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

PROGRAMA DE MATÉRIA		
Sigla	Disciplina	Horas/Aula
DRA	DIREITO AMBIENTAL	30

OBJETIVO: Possibilitar ao aluno atualização e ampliação de conhecimentos específicos da legislação ambiental, a fim de padronizar procedimentos e ações de acordo com as novas realidades ambientalistas.

PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA		
UNIDADE DIDÁTICA	Nº AS S	ASSUNTO
01. Noções Históricas Sobre o Meio ambiente e a Degradação Ambiental	01 02 03	Evolução Histórica Vida em Sociedade (Homem x Natureza) Situação Atual
02. Sistema Nacional do Meio Ambiente	01 02 03 04 05 06 07	Amparo Constitucional e Legislação Ordinária O Sistema Nacional do meio Ambiente Avaliação do Impacto Ambiental Estudo do Impacto Ambiental (EIA) Relatório de Impacto de Meio Ambiente (RIMA) Audiência Pública Licenciamento Ambiental
03. Temas Globais	01 02 03 04 05	Os Blocos Econômicos e o Meio Ambiente Efeito Estufa e Camada de Ozônio, Nossa Contribuição no Processo O Bem Público de Uso Comum do Povo Áreas Naturais Protegidas Direito de Propriedade e Direito Ambiental
04. A Polícia Militar e a Proteção do Meio Ambiente	01 02 03 04 05	O Amparo Constitucional A CPPA, Subordinação e articulação Atividades e documentação Atuação e Autuação Ambiental Amostragem de Equipamentos
VERIFICAÇÃO FINAL		
FEEDBACK		

Anexo 5

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS - 1997

1. OBJETIVO DO CURSO:

Formar o futuro Oficial, capacitando-o ao exercício de cargos e funções privativas de Oficial Subalterno e intermediário da Polícia Militar, através de um ensino interdisciplinar relacionando a atividade Policial Militar às inovações constitucionais, às demais áreas de conhecimentos jurídicos e à moderna realidade social, política, econômica e cultural do Brasil.

2. DURAÇÃO:

5.400 H/A (Cinco mil e quatrocentas Horas/Aulas)

3. APROVAÇÃO:

Aprovado conforme BCG 070/97.

4. CURRÍCULO:

1º CFO/1º SEMESTRE		
Nº ORDEM	MATERIA	C/H
01	Língua Portuguesa	60
02	Metodologia Científica	30
03	Psicologia I	30
04	Introdução ao Estudo do Direito	60
05	Correspondência e Documentação na PMSC	30
06	Armamento, Munição e Explosivos	60
07	Ordem Unida I	30
08	Defesa Pessoal I	30
09	Educação Física I	45
10	Legislação Policial Militar	60
11	Direito Disciplinar	45
12	Cerimonial e Protocolo I	30
13	Atividade de Polícia Ost. I	60
14	Atividade de Bombeiro Militar I	105
	Carga Horária Curricular Mínima	675

1º CFO/2º SEMESTRE		
Nº ORDEM	MATÉRIA	C/H
01	Espanhol I	30
02	Estatística	45
03	Metodologia da Pesquisa Jurídica	30
04	História do Direito	60
05	Teoria Geral do Processo	60
06	Psicologia Forense	30
07	Sociologia Geral	60
08	Ciência Política I	60
09	Tiro Policial Militar I	60
10	Ordem Unida II	30
11	Defesa Pessoal II	45
12	Educação Física II	45
13	Direito Administrativo I	60
14	Atividade de Polícia Ostensiva II	30
15	Atividade de Polícia Ostensiva III (Técnica)	30
Carga Horária Curricular Mínima		675

2º CFO/1º SEMESTRE		
Nº ORDEM	MATÉRIA	C/H
01	Linguagem e Redação Jurídica	60
02	Comunicação e Informática na PMSC	30
03	História e Geografia Catarinense	45
04	Ciência Política II	60
05	Defesa Civil	30
06	Tiro Policial Militar II	45
07	Ordem Unida III	30
08	Defesa Pessoal III	30
09	Educação Física III	30
10	Direito Administrativo II	60
11	Direito Civil I	60
12	Direito Penal I	60
13	Direito Ambiental	30
14	Atividade de Polícia Ostensiva IV (Técnica)	60
15	Atividade de Polícia Ostensiva V	45
Carga Horária Curricular Mínima		675

2º CFO/2º SEMESTRE

Nº ORDEM	MATÉRIA	C/H
01	História da Polícia Militar	30
02	Sociologia Jurídica	30
03	Economia	60
04	Criminologia	30
05	Tiro Policial Militar III	45
06	Ordem Unida IV	15
07	Defesa pessoal IV	30
08	Educação Física IV	30
09	Direito Constitucional I	60
10	Direito Civil II	60
11	Direito Penal II	60
12	Direito Processual Penal I	60
13	Medicina Legal	60
14	Atividade de Polícia Ostensiva VI (Trans. e Rod.)	60
15	Operações de Defesa Interna e Territorial	45
	Carga Horária Curricular Mínima	675

3º CFO/1º SEMESTRE

Nº ORDEM	MATÉRIA	C/H
01	Relações Humanas	30
02	Tiro Policial Militar IV	30
03	Ordem Unida V	30
04	Defesa Pessoal V	30
05	Educação Física V	30
06	Legislação Policial Militar II	30
07	Direito Constitucional II	60
08	Direito Civil III	60
09	Direito Processual Civil I	60
10	Direito Penal III	60
11	Direito Processual Penal II	60
12	Direito Penal Militar I	30
13	Criminalística	45
14	Atividade de Polícia Ostensiva VII (Trans. e Rod.)	60
15	Atividade de Polícia Ostensiva VIII (Pol. Ost. Mont.)	30
16	Atividade de Bombeiro Militar II	30
	Carga Horária Curricular Mínima	675

3º CFO/2º Semestre

Nº ORDEM	MATÉRIA	C/H
01	Metodologia da Instrução	45
02	Teoria Geral de Administração I	45
03	Tiro Policial Militar V	45
04	Ordem Unida VI	15
05	Defesa Pessoal VI	30
06	Educação Física VI	30
07	Direito Civil IV	60
08	Direito Processual Civil II	60
09	Direito penal IV	60
10	Direito Processual penal III	60
11	Direito Penal Militar II	30
12	Direito Sindical	30
13	Doutrina Policial Militar	45
14	Atividade de Polícia Ostensiva X (Téc. e Tat. Combate)	45
15	Atividade de Polícia Ostensiva IX (Op. Esp.)	45
16	Atividade de Bombeiro Militar III	30
Carga Horária Curricular Mínima		675

4º CFO/1º SEMESTRE

Nº ORDEM	MATÉRIA	C/H
01	Comunicação Social	30
02	Espanhol II	30
03	Teoria Geral de Administração II	45
04	Tiro Policial Militar VI	45
05	Ordem Unida VII	30
06	Defesa Pessoal VII	30
07	Educação Física VII	30
08	Direito Civil V	60
09	Direito Civil VI	60
10	Direito Processual Penal Militar	30
11	Direito Internacional	60
12	Direito da Infância e Juventude	30
13	Inteligência Policial	45
14	Atividade de Polícia Ostensiva XI (Op. Esp.)	30
15	Atividade de Polícia Ostensiva XII (Seg. Fis. Inst.)	30
16	Atividade de Bombeiro Militar IV	45
17	Desenvolvimento e Pesquisa do TCC	45

Carga Horária Curricular Mínima	675
---------------------------------	-----

4° CFO/2° SEMESTRE		
Nº ORDEM	MATÉRIA	C/H
01	Oratória	30
02	Psicologia II (Org. e Comport.)	30
03	Deontologia	30
04	Atividade Administrativa na PMSC	30
05	Gestão da Qualidade Total	45
06	Direitos Humanos	30
07	Tiro Policial Militar VII	30
08	Ordem Unida VIII	15
09	Defesa pessoal VIII	30
10	Educação Física VIII	30
11	Direito Civil VII	60
12	Direito Civil VIII	60
13	Direito Processual Penal Militar II	30
14	Direito do Consumidor	30
15	Cerimonial e Protocolo II	30
16	Trabalho de Comando	30
17	Atividade de Polícia Ostensiva XIII (Pol. Espec.)	30
18	Desenvolvimento e Pesquisa do TCC	45
19	Apresentação do TCC	60
Carga Horária Curricular Mínima		675

5. EMENTAS DAS DISCIPLINAS:

1° CFO/1° SEMESTRE

Disciplina: Língua Portuguesa

Carga Horária: 60 (sessenta) Horas/aulas.

Ementa: A comunicação e seus fenômenos. Técnicas do discurso. Articulação verbal e escrita. O parágrafo. Acentuação gráfica. Semântica: homônimos e parônimos mais em evidência. Semântica: radicais greco-latinos. O verbo: formação de tempos verbais, com ênfase aos tempos simples. Concordância nominal e verbal. Regência.

Anexo 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE INSTRUÇÃO E ENSINO

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

1. DURAÇÃO DO CURSO - 805 HORAS AULA - 30 SEMANAS
2. OBJETIVO DO CURSO: Possibilitar aos oficiais intermediários, através do desenvolvimento doutrinário, o aperfeiçoamento das atividades voltadas as ações segurança pública.
3. ROL DAS MATÉRIAS COM A RESPECTIVA CARGA HORÁRIA:

ENSINO/MÓDULO	Nº DE ORDEM	MATÉRIAS CURRICULARES/ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
FUNDAMENTAL	01	Metodologia da Pesquisa Científica 1ª Parte	30
	02	Ciência Política e Teoria do Estado	30
	03	Constituição e Ação Policial	30
	04	Direito Administrativo	30
	SUB-TOTAL		
DIDÁTICO PEDAGÓGICO	06	Didática do Ensino Superior	45
	07	Metodologia do Ensino Superior	45
	SUB-TOTAL		
FORMAÇÃO HUMANÍSTICA	08	Psicologia Forense	30
	09	Metodologia da Pesquisa Científica 2ª parte	30
	10	Linguagem e Redação Jurídica	30
	11	Sociologia Jurídica	30
	SUB-TOTAL		
FORMAÇÃO POLÍTICO-JURÍDICA	12	Menor Infrator e Lei Penal	30
	13	Inovações da Lei Penal	30
	14	Política Criminal e Direito Penitenciário	30
	15	Direitos Humanos	30
	SUB-TOTAL		

PROFISSIONAL (PMSC)	16	Treinamento para Saúde Física e Mental *	-
	17	Doutrina Geral de Polícia:	70
		- Doutrina Geral, Finalidade e Competência (10)	-
		- Doutrina de Trânsito (10)	-
		- Doutrina de Bombeiros (10)	-
		- Legislações (10)	-
		- Operações Especiais (10)	-
		- Gerenciamento de Situação Crítica (10)	-
		- Ativ. Pol. Ambiental (10)	35
	18	Trabalho de Comando	45
	19	Tiro Policial Militar	
SUB-TOTAL			150
CARGA HORÁRIA TOTAL			600
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	20	Pesquisa Monográfica	45
	21	Apresentação Monográfica	45
	22	Recesso Escolar/Feridos	65
	23	Palestras/Seminários	05
	24	Viagens de Estudos	45
SUB-TOTAL			205
CARGA HORÁRIA LETIVA TOTAL			805

* Será realizado de acordo com o que prevê o anexo "O" da NPCI, junto à sua OPM no período Vespertino.

Florianópolis, 29 de Março de 1999.

WALMOR BACKES
Cel PM Cmt Geral da PMSC

Anexo 7

ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE INSTRUÇÃO E ENSINO

CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA MILITAR

1. DURAÇÃO DO CURSO - 941 HORAS AULA - 34 SEMANAS

2. OBJETIVO DO CURSO: Possibilitar aos oficiais Superiores, através do desenvolvimento doutrinário, o aperfeiçoamento das atividades voltadas as ações de administração em segurança pública.

3. ROL DAS MATÉRIAS COM A RESPECTIVA CARGA HORÁRIA:

ENSINO/MÓDULO	Nº DE ORDEM	MATÉRIAS CURRICULARES/ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
FUNDAMENTAL	01	Metodologia da Pesq. Científica – 1ª Parte	30
	02	Linguagem e Redação Jurídica	30
	03	Direito Administrativo	30
	04	Direito Constitucional	30
	SUB-TOTAL		
JURÍDICO	05	Direito Privado e Administração Pública	30
	06	Direito Penal, Processual Penal e Adm. Púb.	30
	07	Administração Pública	30
	SUB-TOTAL		
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	08	Planejamento Estratégico	30
	09	Políticas Públicas	30
	10	Contabilidade Pública	30
	11	Metodologia da Pesquisa Científica – 2ª Parte	30
	SUB-TOTAL		
DIDÁTICO PEDAGÓGICO	12	Metodologia do Ensino Superior	45
	13	Didática do Ensino Superior	45
	SUB-TOTAL		
GESTÃO	14	Qualidade em Serviço	30
	15	Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	30
	16	Estratégia de Recursos Humanos	30
	17	Psicologia Organizacional	30
	SUB-TOTAL		

PROFISSIONAL (PMSC)	18	Treinamento para saúde Física e Mental *	-
	19	Doutrina de Organização da PM	20
	20	Trabalho e Documentos de Comando	20
	21	Doutrina de Emprego da PM	20
	22	Doutrina Geral de Polícia:	85
		- Doutrina Geral, Finalidade e Competência (10)	-
		- Doutrina de Trânsito (10)	-
		- Doutrina de Bombeiros (10)	-
		- Legislações (10)	-
		- Criminologia (10)	-
		- Vitimologia (05)	-
	- Operações Especiais (10)	-	
	- Gerenciamento de Situação Crítica (10)	-	
	- Atividade Pol. Ambiental (10)	-	
23	Polícia Judiciária **	10	
SUB-TOTAL			155
CARGA HORÁRIA TOTAL			695
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	24	Pesquisa Monográfica	45
	25	Apresentação Monográfica	45
	26	Recesso Escolar/Feriados	106
	27	Palestras/Seminários	05
	28	Viagens de Estudos	45
SUB-TOTAL			246
CARGA HORÁRIA LETIVA TOTAL			941

* Será realizado de acordo com o que prevê o Anexo "O" da NPCI, junto à sua OPM, no período vespertino.

** À disposição da Polícia Civil.

Florianópolis, 29 de Março de 1999.

WALMOR BACKES
Cel PM Cmt Geral da PMSC

Anexo 8

NOTA DE INSTRUÇÃO Nº 002/DIE/98

1. FINALIDADE:

Orientar o planejamento e o desenvolvimento da Instrução Modular da Polícia Militar e regular o seu controle, coordenação e avaliação, nos anos de 1998 e 1999.

2. REFERÊNCIA:

- 2.1 NPCI
- 2.2 Programa de Ensino a distância.

3. META:

Realizar Instrução Modular para 100% do efetivo de praças pronto e em funções meio.

4. PERÍODO DE EXECUÇÃO:

- a. De 21 Setembro até 11 Dezembro 1998;
- b. De 15 Março até 19 Novembro 1999.

5. EXECUÇÃO:

5.1 Etapas de Desenvolvimento e Avaliação da Instrução

1ª ETAPA – Na 1ª etapa será feita a distribuição dos módulos de instrução, antes do início de cada período de estudos, para os Policiais Militares e Bombeiros Militares estudarem individualmente ou em grupos, de acordo com a sua disponibilidade de tempo.

2ª ETAPA – Na 2ª etapa será realizada a avaliação individual de rendimento da instrução modular, através de prova teórica dos assuntos do respectivo módulo, que serão distribuídas antecipadamente pela DIE às OPM/OBM.

3ª ETAPA – Na 3ª etapa será realizada a instrução de nivelamento, em sala de aula com o instrutor da matéria, para os PM's e BM's que não obtiveram no mínimo 50% de

aproveitamento na avaliação de rendimento no módulo avaliado, devendo ao final da instrução serem reavaliados, conforme carga horária constante do Anexo "A" e "A1".

5.2 Nos Destacamentos e Pelotões Destacados a avaliação individual de rendimento da Instrução Modular deverá ser aplicada por um Oficial da OPM/OBM, no próprio local de trabalho dos Policiais Militares e Bombeiros Militares avaliados.

5.3 O instruendo só poderá submeter-se a parte prática das matérias que assim exigirem, quando tiver obtido o índice mínimo de aprovação na parte teórica.

5.4 O instruendo que após ter concluído a instrução de nivelamento (3ª etapa), ter sido submetido a reavaliação e não obter o índice previsto, será considerado reprovado e submetido a nova instrução de nivelamento e reavaliação, em data a ser definida pela DIE.

5.5 Ao PM que não obtiver o índice mínimo de 50% de acertos do programado na prática de tiro, será vedado o uso de armas da Corporação e submetido novamente a instrução, até que atinja o índice de aprovação.

6. REGIME DE TRABALHO:

6.1 Após a distribuição dos módulos, os Policiais Militares e Bombeiros Militares, terão um mês para o estudo por conta própria, quando então, será feita a avaliação de aproveitamento, conforme calendário de atividades constante do anexo "A";

7. PARTICIPAÇÃO:

Todas as praças prontas e as que exercem funções meio nas OPM/OBM.

8. LOCAIS DE DISTRIBUIÇÃO DOS MÓDULOS E AVALIAÇÃO DOS PM/BM:

8.1 Os Módulos serão distribuídos pela DIE nas Sedes dos Batalhões e Cias Destacadas PM/BM, onde serão repassados à todas as praças até o nível de GPM.

8.2 A avaliação será em conformidade com os Anexos A e A-1.

9. LOCAIS DE INSTRUÇÃO DE NIVELAMENTO:

9.1 Nas Sedes das OPM/OBM de nível de Btl e Cias destacadas, abrangendo o respectivo efetivo subordinado;

9.2 Cia P Rv: o efetivo da Sede e do Posto 01 fará a Instrução na Cia. O restante do efetivo fará a Avaliação nas OPM/OBM (Btl, Cia) mais próxima do seu local de trabalho.

9.3 O efetivo do 2º e 3º Pelotão de Polícia Ambiental fará a Instrução na Sede da Cia. Os demais Pelotões destacados, farão a Instrução nas OPMs a que estão subordinados.

9.4 CEPM: será responsável pela Instrução do efetivo do CEPM, Diretorias, QCG e BCSv;

9.5 O efetivo da Sede dos Cmdos Regionais (CPC, CPL, CPI e CCB) fará a Instrução na OPM/OBM (Btl e Cia) das cidades onde estiverem sediados.

10. CORPO DOCENTE DA INSTRUÇÃO DE NIVELAMENTO:

Disciplina PM/BM: ministradas pelos Oficiais e/ou Sargentos das próprias OPM/OBM.

Obs.: Poderão ser convidadas pessoas, civis ou militares, que sejam especialistas em qualquer dos assuntos, a fim de colaborarem com o treinamento.

11. CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DE INSTRUÇÃO PM/BM:

- Anexo "A" e "A-1".

12. QUADRO DE EFETIVO E AVALIAÇÃO DAS PRAÇAS OPM/OBM E CIAS ISOLADAS:

A OPM/OBM executora da Instrução Modular deverá encaminhar à DIE, até 10 dias após o término de cada módulo, o relatório de acompanhamento da Instrução, constante do Anexo "B".

13. AUDITORIA:

13.1 Será realizada pela Diretoria de Instrução e Ensino – DIE;

13.2 Objetivo:

- Avaliar a adequação e o cumprimento do planejamento;
- Avaliar as condições de execução;
- Medir e avaliar os resultados do treinamento.

13.3 Avaliação:

- Relatório de aproveitamento encaminhado pelos Cmt de OPM/OBM, ao término de cada turma;

- b. Pesquisas de campo a serem realizadas com o pessoal já treinado.

14. APOIO ADMINISTRATIVO:

14.1 Ficará sob responsabilidade dos Cmt de OPM/OBM:

- a. Distribui dos módulos aos PM/BM;
- b. Transporte dos PM/BM da OPM/OBM de origem até o local da avaliação e da instrução de nivelamento;
- c. Preparo das instalação es e meios auxiliares necessários a avaliação e a instrução de nivelamento;
- d. Almoço para todos os PM/BM componentes do corpo discente da instrução de nivelamento.

14.2 Ficará sob responsabilidade da DALF:

- a. Fazer a distribução dos módulos de instrução s OPM/OBM;
- b. Suplementao das etapas de alimentação para os PM/BM que fizerem a instrução de nivelamento.

15. ORIENTAÇÃO ES AOS CMT DE OPM/BM:

15.1 Os Cmt's de OPM/OBM deverão fazer a distribuo dos módulos de instrução durante o ano de 1998 e 1999, no início de cada período de estudo, constante do Anexo "A" e "A1", devendo repassar aos PM's as seguintes orientação es:

- a. O conteúdo dos módulos de instrução  matéria de serviço PM/BM de caráter "reservado", não devendo, portanto, ser divulgado fora do âmbito da Corporação;
- b. Será de inteira responsabilidade do PM/BM detentor do módulo, o seu manuseio e sua guarda, devendo ter os devidos cuidados para não rasur-lo, danificá-lo ou extravi-lo.

15.2 Os Cmt's das OPM/OBM relacionados no ANEXO "B" deverão providenciar a retirada dos módulos, nos dias 17 e 18 Set 98, no Almo xarifado Geral da PMSC – Fpolis.

16. PRESCRIÇÃO ES DIVERSAS:

16.1 Os PM/BM escalados para a instrução de nivelamento ficarão  disposição dos P-3/ B-3 dos Btl/Cias, em regime de dedicação exclusiva, não podendo ser escalados em qualquer atividade que acarrete prejuízo da frequência ou do aproveitamento;

16.2 Às 25 (vinte e cinco) praças, sejam elas PM ou BM que obtiverem as maiores médias em toda a instrução modular, será concedido uma viagem de intercâmbio à PMPR, com todas as despesas custeadas pela Corporação. Caso haja empate na apuração das maiores médias, os critérios para desempate serão os seguintes:

- a. Maior Média no Módulo de Policiamento Ostensivo, para os Policiais Militares e Maior Média no Módulo de Sistemas Preventivos de Incêndio, para os Bombeiros Militares;
- b. Antigüidade;
- c. Maior Idade.

17. LIGAÇÕES E INFORMAÇÕES:

Oficiais para contato junto à DIE:

- 17.1 Maj PM Bill Farney de Medeiros (048) 229-6170
(048) 229-6372
- 17.2 Maj PM Carlos Augusto Sell, Fone/Fax:..... (048) 229-6371/6372
- 17.3 1º Ten PM José L. Gonçalves da Silveira (048) 229-6371

VALMIR LEMOS
Cel PM Cmt Geral

DISTRIBUIÇÃO:

- Comandantes de OPM/OBM;
- CEPM;
- DALF;
- DP;
- DSP;
- Aj Geral;
- Corregedoria;
- BCSv;
- Arquivo DIE.

ANEXO " A "

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DE INSTRUÇÃO PM

MÓDULOS		PERÍODO DE ESTUDOS	AVALIAÇÃO INDIVIDUAL	INSTRUÇÃO DE NIVELAMENTO	CARGA H DA INSTR NIVELAM
Módulo VII	Policiamento Ostensivo	21 Set até 30 Out 98	03 Nov até 13 Nov 98	23 Nov até 11 Dez 98	10 f
Módulo VIII	Técnicas Táticas de Abordagem	21 Set até 30 Out 98	03 Nov até 13 Nov 98	23 Nov até 11 Dez 98	05 f
Módulo XI	Socorros de urgência	21 Set até 30 Out 98	03 Nov até 13 Nov 98	23 Nov até 11 Dez 98	10 f
Módulo I	Segurança Interativa	15 Mar até 23 Abr 99	26 Abr até 07 Mai 99	17 Mai até 04 Jun 99	05 f
Módulo II	Qualidade e Produtividade	15 Mar até 23 Abr 99	26 Abr até 07 Mai 99	17 Mai até 04 Jun 99	05 f
Módulo X	Técnicas e Táticas de Tiro Policial	15 Mar até 23 Abr 99	26 Abr até 07 Mai 99	17 Mai até 04 Jun 99	10 f
Módulo III	Atividade Física e Qualidade de Vida	07 Jun até 16 Jul 99	19 Jul até 30 Jul 99	09 Ago até 27 Ago 99	05 f
Módulo IV	Direito Penal e Penal Militar	07 Jun até 16 Jul 99	19 Jul até 30 Jul 99	09 Ago até 27 Ago 99	10 f
Módulo V	Direitos Humanos	07 Jun até 16 Jul 99	19 Jul até 30 Jul 99	09 Ago até 27 Ago 99	05 f
Módulo VI	Estatuto da Criança e do Adolescente	30 Ago até 08 Out 99	11 Out até 22 Out 99	01 Nov até 19 Nov 99	05 f
Módulo IX	Noções de Bombeiro	30 Ago até 08 Out 99	11 Out até 22 Out 99	01 Nov até 19 Nov 99	05 f

Obs.: O início dos estudos dar-se-á a partir do recebimento do material.

ANEXO " A1 "

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DE INSTRUÇÃO BM

MÓDULOS		PERÍODO DE ESTUDOS	AVALIAÇÃO INDIVIDUAL	INSTRUÇÃO DE NIVELAMENTO	CARGA HORÁRIA DA INSTRUÇÃO DE NIVELAMENTO
Módulo XI	Socorros de Urgência	21 Set até 30 Out 98	03 Nov até 13 Nov 98	23 Nov até 11 Dez 98	10 h
Módulo XII	Sistemas Preventivos de Incêndio	21 Set até 30 Out 98	03 Nov até 13 Nov 98	23 Nov até 11 Dez 98	10 h
Módulo XIII	Resgate Veicular	21 Set até 30 Out 98	03 Nov até 13 Nov 98	23 Nov até 11 Dez 98	10 h
Módulo I	Segurança Interativa	15 Mar até 23 Abr 99	26 Abr até 07 Mai 99	17 Mai até 04 Jun 99	05 h
Módulo II	Qualidade e Produtividade	15 Mar até 23 Abr 99	26 Abr até 07 Mai 99	17 Mai até 04 Jun 99	05 h
Módulo III	Atividade Física e Qualidade de Vida	15 Nov até 23 Abr 99	26 Abr até 07 Mai 99	17 Mai até 04 Jun 99	05 h
Módulo IV	Direito Penal e Penal Militar	07 Jun até 16 Jul 99	19 Jul até 30 Jul 99	09 Ago até 27 Ago 99	05 h
Módulo V	Direitos Humanos	07 Jun até 16 Jul 99	19 Jul até 30 Jul 99	09 Ago até 27 Ago 99	05 h
Módulo VI	Estatuto da Criança e do Adolescente	30 Ago até 08 Out 99	11 Out até 22 Out 99	01 Nov até 19 Nov 99	05 h
Módulo XIV	Teoria e Prática de Controle de Incêndio	30 Ago até 08 Out 99	11 Out até 22 Out 99	01 Nov até 19 Nov 99	10 h

Obs.: O início dos estudos dar-se-á a partir do recebimento do material.

ANEXO " B "

168

MODELO DE RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA INSTRUÇÃO POR MÓDULOS

OPM/OBM: 3ªCia/20ºBPM		Módulos: Módulo I				Data: 09 Out 98					
Relatório da Avaliação (1)											
		Notas Obtidas									
Grad	Efetivo	1 à 2	2,1 à 3	3,1 à 4	4,1 à 5	5,1 à 6	6,1 à 7	7,1 à 8	8,1 à 9	9,1 à 10	Soma
Sub Ten	3					5,4					16,2
Sub Ten	5						7,0				35,0
Sub Ten	4							7,2			28,8
SubTotal	12	Obs.: Soma das Notas Dividido pelo <u>Efetivo da Graduação</u> colocado em Estudo. ⇒									6,67
1º Sgt	2				5,0						10,0
1º Sgt	3					5,1					15,3
SubTotal	5										5,06
Sd	10						6,2				62,0
Sd	5								9,0		45,0
Sd	6 (*)				4,9						29,4
SubTotal	21										7,13
Total	38	Obs.: <u>Soma das Notas</u> Dividido pelo <u>Total do Efetivo</u> em Estudo. ⇒									6,36
Relatório Da Instrução De Nivelamento (2)											
										Data: 11 Dez 98	
Grad	Efetivo	1 à 2	2,1 à 3	3,1 à 4	4,1 à 5	5,1 à 6	6,1 à 7	7,1 à 8	8,1 à 9	9,1 à 10	Soma
Sd	6 (*)					6,0					36,0
SubTotal	6										6,0
Total Geral	38										6,53

Obs.: Modelo do quadro acima, que deverá ser enviado à DIE, no prazo de 10 dias úteis, após o término da Data da Reciclagem E.:(Módulo VII - Término em 11 Dez 98 => 26 Dez 98).

- (1) Relatório das notas obtidas durante o Período de Avaliação;**
- (2) Relatório das notas obtidas durante o Período de Nivelamento.**

ANEXO " C "

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS MÓDULOS DE INSTRUÇÃO PM/BM

OPM	LOCAL	Nº CONJUNTOS DE MÓDULOS	QUANTITATIVO BTL E/OU CIA
1º BPM	ITAJAI	337	519
2ª/1º BPM	BAL. CAMBORIÚ	182	
2º BPM	CHAPECÓ	498	1.182
1ª/2º BPM	HERVAL D' OESTE	328	
2ª/2º BPM	CONCÓDIA	173	
3ª/2º BPM	XANXERÊ	183	
3º BPM	CANOINHAS	242	
1ª/3º BPM	PORTO UNIÃO	128	680
3ª/3º BPM	MFRA	197	
4ª/3º BPM	CAÇADOR	113	
4º BPM	FPOLIS	896	
5º BPM	TUBARÃO	360	579
1ª/5º BPM	LAGUNA	219	
6º BPM	LAGES	539	750
3ª/6º BPM	CURITIBANOS	211	
7º BPM	ESTREITO-FPOLIS	525	926
1ª/7º BPM	PALHOÇA	262	
4ª/7º BPM	BIGUAÇU	139	
8º BPM	JOINVILLE	732	
3ª/8º BPM	JARAGUÁ DO SUL	192	1.090
4ª/8º BPM	SÃO FRANCISCO DO SUL	166	
9º BPM	CRICIUMA	436	
1ª/9º BPM	ARARANGUÁ	215	651
10º BPM	BLUMENAU	400	
1ª/10º BPM	BRUSQUE	149	
11º BPM	SÃO MIGUEL D' OESTE	307	436
2ª/11º BPM	DIONÍSIO CERQUEIRA	129	
13º BPM	RIO DO SUL	308	308
BCSv	FPOLIS	977	977
BOE	BARREIROS -SÃO JOSÉ	297	297
CPPA	FPOLIS	156	156
CPGd	FPOLIS	176	176
CIA PREv	FPOLIS	472	472
CIA PM FEM	FPOLIS	138	138
CPI	LAGES	19	19
CPL	BAL. CAMBORIÚ	07	07
CPC	FPOLIS	94	94
CEPM	FPOLIS	100	100
TOTAL GERAL PM			11.002

OBM	LOCAL	Nº CONJUNTOS DE MÓDULOS	BBM e ou CBM
CCB	FPOLIS	23	23
CAT	FPOLIS	18	18
1º BBM	ESTREITO-FPOLIS	184	744
2ª/1º BBM	FPOLIS-GBS	243	
3ª/1º BBM	CRICIUMA	317	
2º BBM	CURITIBANOS	114	580
2ª/2º BBM	CHAPECÓ	146	
3ª/2º BBM	LAGES	134	
4ª/2º BBM	CANOINHAS	186	
3º BBM-1ª/3º BBM	BLUMENAU	121	567
2ª/3º BBM	RIO DO SUL	200	
3ª/3º BBM	ITAJAI	246	
TOTAL GERAL BM			1.932
TOTAL GERAL PM/BM			12.934

OBSERVAÇÕES:

1. Cada conjunto contém :
 - a) PM - 11 Módulos (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI);
 - b) BM - 10 Módulos (I, II, III, IV, V, VI, XI, XII, XIII, XIV).

2. Estão sendo remetidos 01(um) conjunto de Módulos de Instrução para cada Cmdo Regional, 02 (dois) para cada Batalhão PM/BM e 01(um) para cada Companhia PM/BM isolada, para servir de material de pesquisa aos instrutores e compor o acervo bibliográfico das respectivas unidades.

Anexo 9

Questionário

- 1) Quais as maiores dificuldades enfrentadas por você como policial militar ambiental no combate ao crime ambiental?
- 2) O que falta para melhorar os serviços prestados pela CPPA em Santa Catarina?
- 3) Como é o relacionamento do policial militar ambiental com os fiscais ambientais do IBAMA e FATMA, na sua opinião?
- 4) O nível de instrução da tropa é o ideal para fazer a fiscalização ambiental?
- 5) Como é o relacionamento com o público externo?
- 6) E em relação ao público interno, como esta a moral dos policiais para fazer frente a sua missão?
- 7) O equipamento e armamento utilizado pela CPPA é o adequado?
- 8) Quais são as ocorrências mais comuns atendidas pela CPPA?
- 9) O efetivo da CPPA esta preparado para atender as missões que lhe são destinadas? Se a resposta for negativa aponte o que falta para melhorar o seu desempenho.
- 10) Os pleitos dos policiais ambientais são aceitos pelos outros órgãos de fiscalização ambiental?

Referências Bibliográficas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. São Paulo: Ed. Lumen Juris Ltda. 1996;

BANCO MUNDIAL. *World development report 1992: development and the environment*. Oxford University Press. New York, 1992;

BOWDITCH, L. & BUONO, Anthony F. *Elementos de Comportamento Organizacional*. São Paulo: Pioneira, 1992;

BRASIL. *Lei nº 6 938, Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente*. 31 de Agosto de 1981.

BRASIL. *Decreto nº 99 274, Regulamenta a Lei nº 6 938, de 31 de Agosto de 1981*. 6 de Junho de 1990.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 11.ed. Rio de Janeiro : FENAME, 1976;

CHAMPION, Dean J. *A Sociologia das Organizações*. São Paulo: Saraiva, 1985;

CRETELLA Jr., José. *Comentários à Constituição de 1988 - IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991;

DIAS, Gilberto. *Burocracia x Aprendizagem Organizacional : um estudo de caso na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 1997;

ESTADO de Santa Catarina. *Constituição Estadual*. 1989;

ESTADO de Santa Catarina. *Convênio nº 002/95, celebrado entre a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - FATMA* -, visando o estabelecimento de cooperação técnica e financeira em atividades de fiscalização Ambiental, previstas no Projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias (Projeto Microbacias/BIRD), 1995;

ESTADO de Santa Catarina. *Convênio nº 009/94, celebrado entre a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA* -, objetivando estabelecer regime de mútua cooperação com vistas a execução de ações fiscalizatórias, 1994;

ESTADO de Santa Catarina. *Lei nº 6 217, Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina*. 10 de Fevereiro de 1983;

ESTADO de Santa Catarina. *Lei nº 8 039, Cria a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental*. 23 de Julho de 1990;

ESTADO de Santa Catarina. *Lei nº 9 428, Código Florestal Estadual*. 12 de Junho de 1990;

ESTADO de Santa Catarina. *Lei nº 1 017, Aprova o Regulamento de atuação da Polícia de Proteção Ambiental*. 13 de Novembro de 1991;

ETZIONI, Amitai. *Análise Comparativa de Organizações Complexas: sobre o poder, o engajamento e seus correlatos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974;

GARVIN, David. Building a learning organization. *Business Credit*, v.96, p. 19-29, jan.1993;

GARVIN, David. *Gerenciando a Qualidade: a Visão Estratégica e Competitiva*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992;

HALL, Richard. *Organizações: estrutura e processos*. Rio de Janeiro: Ed. Prentice Hall do Brasil Ltda., 1984;

- KAST, F.E. & ROSENZWEIG, J.E. *Organização e Administração - Um Enfoque Sistêmico*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987;
- KATZ, Daniel & KHAN, Robert. *Psicologia Social das Organizações*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1978;
- KOONTZ, Harold; O'DONNELL, Cyril; WEIHRICH, Heinz. *Administração: Fundamentos da Teoria e da Ciência*. 14.ed. São Paulo: Pioneira, 1986;
- KOTTER, J.P. *What leaders really do?* Harvard Business Review, mai/jun, 1990;
- KWASNICKA, E.L. *Introdução à Administração*. São Paulo: Atlas, 1981;
- LANNA, Antônio Eduardo Leão. *Gerenciamento de Bacia Hidrográfica: Aspectos Conceituais e Metodológicos*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995;
- MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 6.ed. São Paulo: Malheiros Editores., 1996;
- MILLES, R.H. *Conflicting Nails and Corporate Strategy*. Prentice-Hall, Inc. E.C.New Jersey, 1982;
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Conservação Ambiental no Brasil*. Brasília : PNMA, 1997;
- MINTZBERG, Henry. *Criando organizações eficazes: estrutura em cinco configurações*. São Paulo: Atlas, 1994;
- MORGAN, Gareth. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1994;
- MOSCOVICI, Fela. *Desenvolvimento Interpessoal*. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1985;
- MOTA, Aroudo. *Gestão Ambiental: Uma Abordagem Organizacional Contemporânea. Estudos Empresariais*, Brasília, ano 3, n.1, p.3-13, jan/abr. 1998;

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologias, Práticas*. 11.ed. São Paulo: Atlas, 1997;

PETTIGREW, A. M.; FERLIE, E.; MCKEE, L. *Shaping Strategic Change*. London: Sage Publication, 1992;

SCHEIN, Edgar H. *Psicologia Organizacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil Ltda., 1982;

SCHON, Donald. *Beyond the Stable State*. New York: The Norton Library, 1971;

SENGE, Peter. *A quinta disciplina*. 10. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1994;

THOMPSON, James David. *Dinâmica Organizacional: Fundamentos Sociológicos da Teoria Administrativa*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976;

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982;

WREN, Daniel A. *The Evolution of Management Thought*. New York: John Wiley & Sons, 1979.